Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, 28, 29 e 30 de março de 2020 | Nº 24.634 | Preço banca: R$ 3,50

Ações para enfrentar coronavírus totalizam R$ 700 bi, diz Guedes

Brasil tem 92 mortes e 3,4 mil casos confirmados da Covid-19

Página 4

Governo de São Paulo inaugura hospital de campanha na capital

Página 2

As ações da área econômica para reduzir os danos provocados pela crise do coronavírus totalizam R$ 700 bilhões, entre antecipações de recursos, liberação de linhas de crédito e aumento de gastos públicos, disse na sexta-feira, (27) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em vídeo postado nas redes sociais do ministério, ele declarou que apenas a medida de renda básica para os trabalhadores autônomos, aprovada na quinta-feira, (26) pela Câmara dos Deputados, resultará em gastos de R$ 45 bilhões nos próximos três meses.

Nas contas do ministro, a liberação do Bolsa Família para 1,2 milhão de famílias e as antecipações do décimo terceiro salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), somadas à ajuda aos autônomos, garantirá praticamente R$ 100 bilhões em proteção para a população mais desprotegida.

"A determinação do presidente Jair Bolsonaro é que não vão faltar recursos para defender as vidas, a saúde e os empregos dos brasileiros. Nenhum brasileiro vai ficar para trás. Nós vamos cuidar de todos e começamos justamente protegendo os mais vulneráveis", disse o ministro. Página 3

Coronavírus já mata 1 a cada 2h20 no Estado de São Paulo

Página 2

Governo anuncia linha de crédito a pequenas e médias empresas

O governo federal anunciou na sexta-feira (27) uma linha de crédito para financiar a folha de pagamentos de pequenas e médias empresas, como forma de apoiá-las durante a situação de calamidade pública em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19). O pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro foi feito no Palácio do Planalto com a presença dos presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto, da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano.

A linha de financiamento deve beneficiar 1,4 milhão de empresas, atingindo 12,2 milhões de trabalhadores. O crédito será destinado a empresas com faturamento anual entre R$ 360 mil a R$ 10 milhões e vai financiar dois meses da folha de pagamento, com volume de R$ 20 bilhões por mês.

Segundo Campos Neto, a medida será operacionalizada pelo BNDES. O limite de financiamento é de dois salários mínimos. (Agencia Brasil)

Senado votará na segunda auxílio de R$ 600 para trabalhadores

Foto: Arquivo/ABr

O Senado votará na próxima segunda-feira (30) o pagamento de um auxílio emergencial por três meses, no valor de R$ 600, destinado aos trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), confirmou a votação para o início da próxima semana em postagem no Twitter.

Alcolumbre está se recuperando após ser diagnosticado com o novo coronavírus. Quem tem presidido as sessões remotas é o vice-presidente, senador Antonio Anastasia (PSD-MG). A sessão está prevista para ocorrer às 16h. Horas antes, pela manhã, os líderes se reunirão, também remotamente, para discutir outras votações prioritárias da semana.

Pelas manifestações de senadores nas redes sociais, a expectativa é que a medida seja aprovada sem objeções. O vice-líder do governo, senador Chico Rodrigues (DEM-RR), e o líder da minoria, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), se manifestaram favoráveis à votação e sua aprovação. Além deles, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) e os senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Esperidião Amin (PP-SC) também se manifestaram favoráveis.

O auxílio, que foi aprovado na Câmara dos Deputados na quinta-feira (26), é voltado aos trabalhadores informais (sem carteira assinada), às pessoas sem assistência social e à população que desistiu de procurar emprego. A medida é uma forma de amparar as camadas mais vulneráveis à crise econômica causada pela disseminação da covid-19 no Brasil e o auxílio será distribuído por meio de *vouchers* (cupons). (Agencia Brasil)

França estende quarentena de coronavírus por mais duas semanas

O primeiro-ministro francês, Edouard Philippe, disse em discurso que o governo decidiu estender a quarentena do coronavírus por duas semanas, até 15 de abril.

"Após esses dez primeiros dias de confinamento, fica claro que estamos no início dessa onda epidêmica. Submergiu o leste da França e agora chega à região de Paris e ao norte da França", afirmou Philippe.

O premiê disse que, por esse motivo, o período de confinamento será prorrogado por duas semanas a partir da terça-feira da próxima semana, e acrescentou que as mesmas regras serão aplicadas.

Segundo ele, esse período só será estendido novamente se a situação de saúde exigir. (Agência Brasil)

Câmara dos EUA aprova pacote de US$ 2,2 trilhões contra coronavírus

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou na sexta-feira (27) um pacote de ajuda de US$ 2,2 trilhões - o maior da história norte-americana. Página 3

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com algumas nuvens. Não chove. 29° C / 17° C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. 29° C / 19° C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite. 27° C / 20° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,06
Venda: 5,06

Turismo
Compra: 4,86
Venda: 5,27

EURO

Compra: 5,62
Venda: 5,63

Esporte

World Atlhetics adia mais três etapas da Liga Diamante

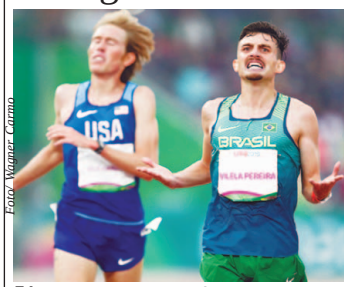

Foto: Wagner Carmo

Ederson *Pereira, ouro no Pan de Lima*

A World Athletics, ex-IAAF, anunciou nesta sexta-feira (27/3), o adiamento de mais três etapas da Liga Diamante, a principal série de meetings de atletismo, por causa da pandemia do COVID-19. Foram adiados sem data marcada os GPs de Estocolmo, Suécia (24 de maio), Nápoles/Roma, Itália (28 de maio), e Rabat, Marrocos (31 de maio).

Antes a WA já havia suspenso a realização das três primeiras etapas de 2020, previstas para Doha, Catar, no dia 17 de abril, seguida por dois eventos na China, em 9 e 16 de maio - a primeira sem cidade definida e a seguinte em Xangai.

"A decisão foi tomada depois de consultadas todas as partes envolvidas. A dinâmica global do novo coronavírus, as restrições às viagens e, acima de tudo, a preocupação com a saúde e segurança dos atletas torna impossível a realização das competições como previsto", informou a World Athletics em um comunicado oficial.

A entidade acrescenta que está trabalhando para definir um novo calendário para a Liga Diamante, provavelmente com uma mudança no formato da competição, com eventos realizados mais tarde do que o habitual e com menos provas em cada meeting.

A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Chery Arrizo 5 ganha nova transmissão

O Chery Arrizo 5, modelo 2021, chega às concessionárias com novidades. O sedã ganha nova transmissão CVT, que passa a contar com 9 velocidades simuladas, mais capacidade de torque, melhor eficiência energética e redução no consumo de combustível. Com a atualização, o Arrizo 5 passa a ter torque máximo de 21,4 Kgfm, ante os 19,4 Kgfm anteriores, além de ter reduzido o consumo médio em 11%, também em relação ao modelo 2020.

Tudo isso graças à nova transmissão e a calibração com o motor 1.5 Turbo Flex, que continua o mesmo, com potências máximas de 150 cv com etanol e 147 cv com gasolina. O Arrizo 5 também segue contando com dois modos de condução: Eco e Sport.

Essa evolução na transmissão foi aplicada ao veículo após meses de estudo e pesquisa, com o objetivo de tornar o carro mais agradável ao modo de dirigir do brasileiro. Todo o processo de desenvolvimento, calibração e ajuste da nova transmissão ao motor foi conduzido pelos engenheiros da CAOA Chery no Brasil. O know-how de quem conhece o mercado e as necessidades do consumidor brasileiro tornou possível que o modelo ganhasse em dirigibilidade, uma vez que as relações de torque favorecem uma direção mais ágil, confortável e com respostas rápidas.

Os novos Arrizo 5 comercializados no mercado nacional passam a contar também com novas versões: RT e RTS, substituindo a RX e RXT. Ambas ganham importantes funções de segurança como freio de estacionamento eletrônico e Auto Hold. O painel de instrumentos também foi atualizado e agora possui display colorido e visual mais agradável com funções redesenhadas. A versão topo de linha, RTS, recebeu ainda novo acabamento de roda.

Foto: Divulgação

Um dos sedãs mais competitivos do mercado nacional, o Arrizo 5 se destaca também pelas dimensões. O modelo tem excelente distância entre-eixos de 2.650 mm, altura de 1.487 mm, largura de 1.814 mm e 4.532 mm de comprimento. O porta-malas é de 430 litros.

Tendo a sofisticação tecnológica como uma de suas marcas, o Arrizo 5 segue contendo sistemas keyless, de partida sem chave e sistema multimídia de 8 polegadas com espelhamento Android e Apple CarPlay. O veículo possui também controle eletrônico de estabilidade e tração, airbags, freio a disco nas quatro rodas com ABS e EBD e sistema ISOFIX de fixação de cadeirinha. No quesito conforto, a direção elétrica, o ar-condicionado eletrônico e a câmera de ré são os destaques, assim como o espaço interno.

Fabricado nacionalmente em Jacareí (SP), o Arrizo 5 foi desenvolvido sob a plataforma M1X, feita em parceria com grandes montadoras globais nos moldes europeus, que garante alto nível de competitividade internacional ao veículo. Versátil e pensada para receber uma família de produtos, a plataforma dá à CAOA Chery a possibilidade de expansão do seu portfólio a partir de projetos modernos e que prezam pelo conforto e segurança.

O CAOA Chery Arrizo 5 é comercializado com preço de R$ 74.590 na versão RT e R$ 83.590 na versão RTS, ambos ano-modelo 20/21. O modelo tem três anos de garantia para o veículo completo e cinco anos para motor e câmbio. Ele é ofertado nas cores Branco e Preto (sólidas), Azul, Cinza e Prata (metálicas), além de Branco Perolizado.

autojornal
o dia a dia motorizado

Governo de São Paulo inaugura hospital de campanha na capital

O governador de São Paulo, João Doria, anunciou na sexta-feira (27) o repasse de R$ 50 milhões, fundo a fundo, para a capital paulista. O dinheiro é destinado a financiar os hospitais de campanha, que atendem os casos de baixa e média complexidade no tratamento da covid-19. O depósito, segundo ele, será feito na próxima segunda-feira (30). O governador anunciou também o repasse de R$ 40 milhões para 565 municípios de São Paulo com menos de 100 mil habitantes. "Todos os valores deverão ser destinado para custeio, compra de insumos e a montagem e operação de hospitais de campanha [para coronavírus]", disse o governador em evento de inauguração do hospital de campanha instalado no estádio do Pacaembu.

Doria acrescentou que liberou, junto com o Ministério da Infraestrutura, os postos de pesagem nas rodovias de São Paulo para serem utilizados para apoio e descanso de caminhoneiros. "A partir de hoje, todos os espaços dos postos de pesagem das rodovias de São Paulo estão disponibilizados para os caminhoneiros. A medida vale até o dia 30 de junho. Liberamos também o acesso de caminhões aos domingos à tarde, na chegada à São Paulo. Até ontem isso era restrito devido ao grande fluxo de veículos que retornavam à capital nos finais de semana. Essa medida também será válida até o dia 30 de junho."

Outra medida anunciada pelo governador foi a criação de um canal de denúncias para os caminhoneiros, onde eles poderão falar sobre o fechamento de serviços essenciais nas estradas ou qualquer tipo de bloqueio de rodovias. O serviço vai funcionar 24 horas por dia e as denúncias poderão ser feitas pelo telefone 0800-055 5510 ou pelo *e-mail* abastecimentoseguro@sp.gov.br.

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas, anunciou na sexta-feira que a capital terá 2,1 mil leitos em postos de campanha e outros 725 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva para o tratamento de coronavírus.

Segundo o secretário municipal de Sáude de São Paulo, Edson Aparecido, os hospitais de campanha na cidade, entre eles, o que foi instalado no Pacaembu, não serão de livre acesso. As pessoas só chegarão ali por encaminhamento. Ele informou que, nos hospitais de campanha, haverá também leitos de estabilização para os pacientes que tiverem suas condições agravadas. Esses pacientes serão depois levados para as UTIs dos hospitais. "O município está gastando R$ 35 milhões na infraestrutura dos hospitais de campanha e mais R$ 15 milhões para o custeio em quatro meses", disse o secretário.

De acordo com o secretário, a prefeitura espera, a partir da semana que vem, ampliar o número de testes para detecção de coronavírus, passando a fazer cerca de 600 por dia, que serão feitos em profissionais de saúde, pacientes internados na rede hospitalar e pacientes que apresentem sintomas na atenção básica.

Segundo Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan e integrante do Centro de Contingência do Coronavírus de São Paulo, a medida de isolamento social estabelecida em São Paulo tem sido efetiva. "Antes das medidas de contenção [em São Paulo], a transmissibilidade do coronavírus era de uma pessoa infectada transmitindo para cinco [pessoas]. No dia 16 de março, as medidas começaram a ser anunciadas e implementadas. No dia 20, essa transmissibilidade já tinha se reduzido de um indivíduo infectado para três [pessoas]. No dia 25, já era de um para dois e meio. Estamos observando uma queda que resulta do afastamento social. Se continuarmos nesse processo, essa curva vai se estabilizar e vamos atravessar esse período mais crítico", disse ele, durante entrevista na tarde de sexta-feira.

Para o prefeito, Bruno Covas, o isolamento é uma ação humanitária. "Estamos fazendo aqui o que a Organização Mundial da Saúde recomenda, que é o isolamento, a recomendação para que as pessoas fiquem dentro de casa. A proteção à vida não é recomendação de esquerda, de direita ou de centro. É uma ação humanitária", disse Bruno Covas, prefeito de São Paulo. "Estamos na terceira fase da pandemia. Passamos pela prevenção, pelas ações de isolamento e agora estamos nos preocupamos com a terceira fase, que é a de explosão de casos e pela quantidade de pessoas que vão precisar de leitos. Embora vejamos muitos políticos preocupados com o artigo da CLT que trata de responsabilização, nossa preocupação aqui é com o artigo 121 do Código Penal e não ser responsabilizado por nenhum homicídio." (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, CESAR NETO tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo (Brasil) desde 1993. Tornou-se referência também na INTERNET, via www.cesarneto.com e no TWITTER, via @CesarNeto-Real ... EMAIL cesar@cesarneto.com

.

CÂMARA (SP)

Vereadores que - através dos seus partidos - apoiam a campanha pela reeleição de Bruno Covas (PSDB), agora se empenham pelas suas redes sociais pelo mais jovem prefeito da cidade de São Paulo (no Século 21). Vencer tal inimigo - mutante e mortal (Corona Codiv 19) - virou sobrevida

.

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas tá bastante esperançoso quanto a derrotar o mutante e mortal vírus (Corona - Covid 19) esteja - no mínimo - menos infectante até o dia 7 abril 2020, quando o candidato à reeleição (PSDB) fará 40 de idade. Seu Secretário (Saúde), Edson Aparecido, tá se 'virando nos 30'

.

ASSEMBLEIA (SP)

Na ALESP tem um deputado, cujo nome é Márcio 'da Farmácia'. Quem não o conhece, pode pensar que é um dono de farmácia em Diadema. Acontece que o cara tem formação em Farmácia e por isso teria muito a contribuir na luta contra o vírus mutante e mortal Corona (Codiv 19)

.

GOVERNO (SP)

Era tudo o que o comunicador e marketeiro João Doria (dono do PSDB 'liberal de centro'). Polarizar desde já com o Presidente Bolsonaro (ex-PSL) sobre qual o modelo de governo pra combater e vencer Codiv 19 - mutante Corona vírus). O comunicador Datena tá dando asas pra ambos

.

CONGRESSO (BR)

Deputados federais e senadores por São Paulo tão divididos em relação a quem vai vencer o cabo de guerra pelo modelo - de saúde pública, econômico e administrativo que vai prevalecer no combate ao vírus mutante e mortal Corona Codiv 19). Por enquanto, tão perdendo os brasileiros

.

PRESIDÊNCIA (BR)

Tem um médico brasileiro dizendo que os infectados pelo chamado novo Corona vírus não sentem absolutamente nada. São estes - que nada sentem - os que seguiriam infectando os demais. Um gozador diz que Bolsonaro tem que nomeá-lo ministro (Saúde) e que o Nobel tem que ser dele

.

PARTIDOS

Percebam como as lógicas - de quando são oposições e de quando são governos - dos donos e sócios preferenciais dos partidos ditos das esquerdas brasileiras não muda. Se tornarem cartórios que carimbam quase tudo pra combater os adversários e inimigos 'dos centros' e 'das direitas'. Este, ...

.

POLÍTICOS

... além dos demais motivos que os enfraquecem enquanto narrativas e discursos, é o motivo que acabou levando ao fato de não terem nenhuma verdadeira nova liderança que tenha personalidade suficiente pra não se submeter aos Lulismo (PT) e agora Cirismos (PDT que foi Brizolista) no Século 21

.

HISTÓRIAS

Fundado em 2009, o BRIC (hoje BRICS) reuniu países em desenvolvimento como Brasil, Rússia, Índia e China (depois África do Sul). Todos estão passando horrores com o mutante e mortal (Corona Covid 19). A Índia pode ter ainda mais mortos, porque assim como a China tem quase 1,4 bilhão de almas

Email:**cesar@cesarneto.com**

Coronavírus já mata 1 a cada 2h20 no Estado de São Paulo

O número de óbitos relacionados ao novo coronavírus no Estado de São Paulo cresceu 209 % em apenas cinco dias, conforme balanço da Secretaria de Estado da Saúde.

No último domingo (22), o Estado registrava 22 mortes, contra 68 desta sexta-feira (27). Municípios da Grande São Paulo e do Interior também registram óbitos.

Em apenas 24 horas foram registrados mais 10 mortes, o que significa que a doença mata, em média, uma pessoa a cada duas horas e vinte minutos.

No domingo, apenas a capital paulista registrava óbitos relacionados à doença. Já nesta quinta-feira (26), os municípios de Vargem Grande Paulista, Guarulhos, Taboão da Serra e Ribeirão Preto também contabilizam pelo menos um óbito.

Dos 10 novos óbitos contabilizados hoje, 4 são homens (66, 67, 91 e 93) e 6 mulheres (63, 63, 65, 77, 85 e 89). Nove são da Capital e um do município de Guarulhos. O Estado também registra 1.223 casos confirmados da doença.

São Paulo recebe doação de máscaras e uniformes do Banco da China

A cidade de São Paulo, por meio de uma articulação da equipe internacional da Prefeitura com o Consulado Geral da China, vai receber uma doação de 50 mil máscaras e 1000 uniformes destinados ao tratamento de pacientes diagnosticados com coronavírus no município.

A doação foi viabilizada pelo Banco da China e tem previsão de chegar ao Brasil até 06 de abril. Os modelos são os mesmos utilizados pelos profissionais chineses de saúde e também foram exportados para a Alemanha. A empresa nacional PGL Logística é a responsável pelos trâmites logísticos da doação destinada à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

"Diante do cenário atual, o prefeito Bruno Covas orientou todas as secretarias a buscarem estratégias e ações que contribuam com o enfrentamento da covid-19 em São Paulo. A equipe internacional tem encontrado apoio nas comunidades estrangeiras", afirma o secretário de Relações Internacionais, Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes.

Relações bilaterais

Atualmente, a comunidade chinesa em São Paulo é composta por 250 mil chineses e descendentes que vivem na cidade. No âmbito das relações bilaterais, a Prefeitura recebeu uma delegação do governo municipal de Xangai e do Consulado-Geral da China em São Paulo, no ano passado, com o objetivo de apresentar as ações e programas de incentivo ao comércio e investimentos da cidade de São Paulo. Ao final da reunião com o prefeito Bruno Covas, o grupo participou da cerimônia de abertura da exposição "Momentos na História" sobre os 70 anos da fundação da República Popular da China celebrado em 1 de outubro de 2019. A mostra ficou aberta ao público até 10 de agosto na OCA (Pavilhão Lucas Nogueira Garcez), localizada no Parque Ibirapuera.

Durante o encontro, o grupo internacional convidou São Paulo para participar do China International Import Expo, uma das maiores feiras de importação do mundo. A cidade foi representada pelo coordenador da equipe de relações internacionais, que participou do evento de 4 a 8 de novembro. A feira também contou com a presença do Presidente da China, Xi Jinping, e do Presidente da França, Emmanuel Macron.

Menos burocracia, mais negócios: São Paulo chegou a 200 mil empresas abertas com o Empreenda Fácil

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Inovação e Tecnologia (SMIT), chegou, no mês de fevereiro, à marca de 200 mil empresas abertas por meio do projeto Empreenda Fácil. Desenvolvida no âmbito da Coordenadoria de Gestão da Tecnologia de Informação e Comunicação (CGTIC/SMIT), a iniciativa começou a ser implementada em maio de 2017.

Contando as etapas de abertura, registro e licenciamento de empresas de baixo risco, eram necessários 100 dias, em média, para concluir a formalização do negócio. Este tempo foi reduzido para cerca de três dias e meio. Essa facilidade rendeu à cidade de São Paulo um salto — do 176º para o 140º lugar — no ranking da Global Doing Business Ranking 2019, considerando a comparação com o ano anterior.

"A marca atingida em fevereiro simboliza uma cidade que prioriza a agilidade e eficiência. A capital se torna mais atrativa para investimentos e novas empresas, por meio da inovação tecnológica e da confiança no cidadão empreendedor", enfatiza o secretário municipal de Inovação e Tecnologia, Juan Quirós.

O projeto diminuiu a burocracia com a adoção de um processo inteiramente eletrônico e autodeclaratório, sem necessidade de comparecimento presencial da(o) cidadã(o) em repartições públicas — medidas que reafirmam a confiança em quem deseja empreender.

Com este conjunto de ações, São Paulo avança como cidade modelo para negócios e atrai mais investimentos. Os próximos passos incluem ajustes em relação à Lei da Liberdade Econômica para garantia de um marco legal atualizado.

Mortes por coronavírus crescem 164% em 4 dias no Estado de SP

O número de óbitos relacionados ao novo coronavírus no Estado de São Paulo cresceu 163,6% em apenas quatro dias, conforme balanço da Secretaria de Estado da Saúde. No último domingo (22), o Estado registrava 22 mortes, contra 58 na quinta-feira (26). Os óbitos confirmados nesta sexta-feira, também apontam um avanço da doença para outras regiões do Estado.

No domingo apenas a capital paulista registrava óbitos relacionados à doença. Já nesta quinta-feira, os municípios de Vargem Grande Paulista, Guarulhos, Taboão da Serra e Ribeirão Preto também contabilizam pelo menos um óbito.

Dos 10 novos óbitos contabilizados hoje, 7 são homens (36, 63, 73, 76, 80, 86 e 92) e 3 mulheres (64, 77, 77). Nove são da Capital e o paciente de 36 anos, que apresentava comorbidades, é do município de Ribeirão Preto.

O número de pacientes graves em UTI de hospitais públicos e privados, notificados no sistema da Secretaria, também indica crescimento. Na quarta-feira, (25) eram 59 pacientes com casos confirmados. Na sexta-feira, foram informadas 84 pessoas internadas.

O Estado também registra 1.052 casos confirmados da doença.

Lembre sempre de lavar as mãos

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Ações para enfrentar coronavírus totalizam R$ 700 bi, diz Guedes

As ações da área econômica para reduzir os danos provocados pela crise do coronavírus totalizam R$ 700 bilhões, entre antecipações de recursos, liberação de linhas de crédito e aumento de gastos públicos, disse na sexta-feira, (27) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em vídeo postado nas redes sociais do ministério, ele declarou que apenas a medida de renda básica para os trabalhadores autônomos, aprovada na quinta-feira, (26) pela Câmara dos Deputados, resultará em gastos de R$ 45 bilhões nos próximos três meses.

Nas contas do ministro, a liberação do Bolsa Família para 1,2 milhão de famílias e as antecipações do décimo terceiro salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), somadas à ajuda aos autônomos, garantirá praticamente R$ 100 bilhões em proteção para a população mais desprotegida.

"A determinação do presidente Jair Bolsonaro é que não vão faltar recursos para defender as vidas, a saúde e os empregos dos brasileiros. Nenhum brasileiro vai ficar para trás. Nós vamos cuidar de todos e começamos justamente protegendo os mais vulneráveis", disse o ministro.

O ministro citou ainda a liberação de R$ 200 bilhões de compulsório (dinheiro que os bancos são obrigados a deixar depositados no Banco Central), de R$ 100 bilhões da Caixa Econômica Federal e de R$ 50 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele mencionou a ajuda de R$ 88 bilhões para estados e municípios, anunciada no início da semana.

Segundo Guedes, se forem somadas as medidas listadas, que somam R$ 538 bilhões, mais as ações a serem anunciadas em breve, a ajuda chegará a R$ 700 bilhões nos próximos três meses. O ministro não especificou o quanto desse total corresponde a recursos novos, decorrente de aumento de gastos públicos, e o quanto decorre de antecipação de benefícios ou do adiamento de pagamento de tributos, mas disse que o dinheiro ajudará o Brasil a enfrentar o que chamou de "primeira onda", caracterizada pela pressão sobre o sistema de saúde.

"Nos próximos, três, quatro meses, esses R$ 700 bilhões vão entrar na economia brasileira para nos proteger contra esse choque da saúde que está se abatendo sobre o povo brasileiro", destacou.

Proteção do emprego

Numa primeira versão do vídeo, o ministro tinha explicado como funcionaria a complementação de salário proposta pelo governo para evitar demissões em massa. Inicialmente, o ministro tinha informado que a empresa pagaria 50% do salário do trabalhador, com o governo completando 25%. Para setores mais afetados, cujas receitas tendam a cair a zero durante o estado de calamidade pública, o governo aumentaria a complementação para 33%. Em nenhum dos casos, o trabalhador afastado temporariamente continuaria a receber 100% do salário.

Posteriormente, o ministério subiu uma nova versão do vídeo, sem as explicações de Guedes sobre a suspensão do contrato de trabalho. A assessoria do Ministério da Economia explicou que a proposta foi atualizada para aumentar a renda do trabalhador dispensado temporariamente.

Segundo a assessoria da pasta, o patrão de empresas que tiverem de interromper ou reduzir as atividades cortará parte do salário do trabalhador, com o governo complementando um percentual do seguro-desemprego a que a pessoa teria direito equivalente ao percentual de corte sofrido. Dessa forma, caso o empresário corte o salário em 50%, o governo entraria com 50% do seguro-desemprego. Se o empresário cortar 25% do pagamento, o governo complementa 25%.

Produção

Além do choque sobre o sistema de saúde, Guedes citou uma segunda ameaça sobre a economia brasileira: o colapso do abastecimento provocado por eventuais interrupções de atividades essenciais. O ministro disse que o isolamento social é necessário para enfrentar a pandemia, mas advertiu que a população pode encontrar dificuldades em gastar a ajuda recebida caso a atividade econômica esteja desorganizada.

"Se nós não nos lembrarmos de que temos que continuar resistindo com a nossa produção econômica também, nós vamos ter aquele fenômeno onde todo mundo está com os recursos, mas as prateleiras estão vazias porque nós deixamos a organização da economia brasileira entrar em colapso. Então, o alerta do presidente é o seguinte. Sim, vamos cuidar da saúde, mas não podemos esquecer que, ali na frente, nós temos o desafio de continuar produzindo", declarou.

Entre as atividades consideradas essenciais pelo ministro estão a saúde, a produção rural e o transporte de cargas, principalmente por caminhoneiros. Ele encerrou o discurso com uma mensagem positiva e se disse confiante de que o Brasil se unirá para superar tanto a pandemia do novo coronavírus como os impactos econômicos provocados pela crise.

"O presidente da República, o Congresso brasileiro, o povo brasileiro, os empresários brasileiros que não vão deixar a produção ser desorganizada, os caminhoneiros que vão fazer o transporte, os produtores rurais que vão garantir o abastecimento. É o Brasil acima de tudo e o Brasil vai atravessar as duas ondas. Nós vamos furar as duas ondas e vamos sair mais fortes e unidos do lado de lá", concluiu Guedes.

O ministro gravou o vídeo de sua residência, no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro. Desde o dia 20, Guedes despacha de casa, em trabalho remoto. Ele promove reuniões com o presidente Bolsonaro, com representantes do setor privado e com membros de sua equipe por meio de videoconferências. Ontem, o ministro informou que seu teste para o coronavírus deu negativo e que está em quarentena por precaução. (Agência Brasil)

Bolsas europeias caem, mas têm melhor semana desde 2011

As ações europeias fecharam no vermelho na sexta-feira (27), depois que parlamentares da União Europeia não concordaram sobre um pacote de apoio contra o coronavírus, enquanto o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, anunciou que está infectado.

O índice pan-europeu Stoxx 600 começou o dia em queda de 2% e fechou em baixa de 3,3% após o anúncio do teste de Boris Johnson. O declínio se seguiu a três dias de ganhos. Apesar da queda desta sessão, o Stoxx 600 marcou sua melhor semana desde 2011.

Com a maior parte da Europa sob quarentena devido ao vírus, uma recessão parece iminente. Na quinta-feira, parlamentares da União Europeia prorrogaram em duas semanas o prazo para chegarem a um acordo abrangente sobre um pacote de resgate econômico, devido a uma disputa entre os países do sul da Europa, em dificuldades, e os do norte, fiscalmente conservadores.

"Talvez o teste positivo de Boris tenha contribuído para a venda, embora isso fosse acontecer de qualquer maneira", disse Andrea Cicione, chefe de estratégia da TS Lombard. "O ponto principal é que a recuperação desta crise será muito mais lenta do que o consenso espera. E será ainda mais contida pelo alto nível de desemprego e falta de investimento." (Agência Brasil)

Dólar comercial volta a ser vendido acima de R$ 5,10

Depois de três dias de alívio nos pregões globais, o mercado financeiro voltou a ter um dia de nervosismo. A bolsa de valores caiu e voltou a se aproximar dos 70 mil pontos. O dólar, que na quinta-feira (26) tinha fechado abaixo de R$ 5, subiu e voltou a ser vendido acima de R$ 5,10.

O índice Ibovespa, da B3, a Bolsa de Valores brasileira, fechou a sexta-feira (27) aos 73.429 pontos, com queda de 5,51%. O índice operou em baixa durante todo o dia, seguindo o

O dólar comercial encerrou o dia vendido a R$ 5,107, com alta de R$ 0,111 (+2,22%). Por volta das 16h30, a cotação estava em R$ 5,05, mas subiu nos minutos finais de negociação. A divisa acumula alta de 27,2% em 2020. Diferentemente dos últimos dias, o Banco Central (BC) voltou a intervir no mercado. A autoridade monetária vendeu US$ 1,02 bilhão das reservas internacionais, em dois leilões.

Aviões voltam a atender a capitais e outras 19 cidades brasileiras

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) informou na sexta-feira, (27), em Brasília, que as companhias Gol, Azul e Latam vão garantir voos para as capitais dos 26 estados e o Distrito Federal, além de outras 19 cidades do país. Os voos terão início neste sábado, (28) e estão previstos até o fim de abril.

A agência disse, ainda, que recebeu das empresas os últimos ajustes no redimensionamento da malha aérea brasileira, em razão da pandemia do novo coronavírus.

O planejamento teve início na última segunda-feira (23), quando as empresas se reuniram com representantes da Anac, do Ministério de Infraestrutura e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para detalhar o funcionamento da malha, para que nenhum estado ficasse sem pelo menos uma ligação aérea.

"Com a redução drástica de voos em março, em decorrência da pandemia do coronavírus, havia o risco de uma paralisação total do serviço. A malha emergencial é 91,61% menor do que a originalmente prevista pelas empresas para o período. Considerando a programação da Gol, Azul e Latam, a queda é de 56,06% das localidades atendidas, passando de 106 para 46. O número de voos semanais passou de 14.781 para 1.241", informou a Anac.

Segundo a agência reguladora, os voos, com frequências semanais, serão distribuídos assim: 723 voos no Sudeste, 153 na região Nordeste, 155 voos no Sul, 135 no Centro-oeste e 75 voos para a região Norte. Desse total, 483 voos serão operados pela Latam, 405 voos pela Azul e 353 voos pela Gol. (Agência Brasil)

Nível de ocupação cresce 2,6% no estado de São Paulo em 2019

Estudo da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) mostra que, no estado de São Paulo, o nível de ocupação cresceu 2,6% em 2019, resultado melhor que o observado para o Brasil: 2%. Os destaques foram o interior, com aumento de 3,7%, e a capital com crescimento de 3%.

Diferentemente de 2017 e 2018, em que cresceram apenas os ocupados sem contribuição à Previdência, em 2019, no estado de São Paulo, observou-se o mesmo aumento para os ocupados com e sem contribuição (2,6%). Já para Brasil, houve maior aumento para os não contribuintes (3,6%) do que para os contribuintes (1,1%).

Como decorrência do aumento da ocupação, verificou-se pequena redução da taxa de desocupação no estado de São Paulo e nas três regiões consideradas. No entanto, apenas a taxa de desocupação no interior do estado (11,3%) é menor que a registrada para o Brasil (11,9%). A taxa na região metropolitana de São Paulo (13,7%) é mais elevada.

A subutilização da mão de obra também mostrou declínio. No estado de São Paulo essa taxa correspondia a 20,5%, menor que a do Brasil: 24,2%.

O rendimento médio real habitual do trabalho pouco variou em 2019, mantendo-se no patamar do ano anterior. São Paulo manteve média superior (R$ 2.962) à do Brasil (R$ 2.330), o que mostra que o aumento do nível de ocupação foi o responsável por elevar a massa de rendimento real habitual no estado (1,6%). Essa elevação foi mais intensa no interior (3,3%) do que na região metropolitana de São Paulo (0,4%). (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Câmara dos EUA aprova pacote de US$ 2,2 tri contra coronavírus

A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou na sexta-feira (27) um pacote de ajuda de US$ 2,2 trilhões - o maior da história norte-americana - para ajudar indivíduos e empresas a lidar com a crise econômica causada pelo surto de coronavírus e fornecer aos hospitais com necessidade urgente de suprimentos médicos.

O enorme projeto de lei - também aprovado pelo Senado, de maioria republicana, na noite de quarta-feira (25) - agora vai para a sanção do presidente republicano Donald Trump.

Democratas e republicanos na Câmara, liderada pelos democratas, aprovaram o pacote por voto em áudio, revertendo um desafio processual do representante republicano Thomas Massie, que havia tentado forçar uma votação formal e gravada.

Massie, um republicano independente que desafia repetidamente líderes do partido, disse no Twitter que achava que o projeto continha muitos gastos estranhos e dava muito poder ao Federal Reserve. Ele não falou no plenário da Câmara durante o debate de três horas.

Trump disse no Twitter que Massie deveria ser expulso do Partido Republicano. "Ele só quer publicidade. Ele não pode impedir, apenas adiar", escreveu ele.

Outra autoridade afirmou que Massie estava colocando em risco a saúde dos parlamentares.

Pelo menos três membros do Congresso testaram positivo para o coronavírus e mais de duas dúzias fizeram uma autoquarentena para limitar sua propagação.

O pacote de resgate - a maior medida de alívio fiscal já aprovada pelo Congresso - vai acelerar os pagamentos diretos aos norte-americanos dentro de três semanas se Trump sancioná-lo.

A medida de 2,2 trilhões de dólares inclui 500 bilhões de dólares para ajudar indústrias afetadas e 290 bilhões de dólares para pagamentos de até 3 mil dólares a milhões de famílias.

Também fornecerá 350 bilhões de dólares em empréstimos a pequenas empresas, 250 bilhões de dólares para aumento do auxílio-desemprego e pelo menos 100 bilhões de dólares para hospitais e sistemas relacionados à saúde. (Agência Brasil)

Argentina decreta fechamento total de fronteiras até o fim do mês

O governo argentino publicou decreto que determina o fechamento de todas as fronteiras (terrestres, aéreas e marítimas) a partir de 0h de sexta-feira, (27). Apenas poderão entrar no país, até o final do dia deste sábado, (28), os argentinos que estão em trânsito e já haviam passado pelos trâmites de migrações nos aeroportos, no momento do decreto. A medida é para evitar a propagação do novo coronavírus. A Argentina tem 589 casos confirmados da doença e 13 mortes.

O Decreto de Necessidade e Urgência, publicado no Diário Oficial do país, amplia os alcances de decisão tomada na sexta-feira passada (13), que restringia a entrada de estrangeiros não residentes no país. A nova medida é válida para todos os argentinos, residentes ou não, e estrangeiros.

O decreto estabelece que "até 31 de março, inclusive, (todos) devem abster-se de comparecer aos locais de trabalho e não podem circular nas ruas, estradas e espaços públicos. Somente poderão fazer saídas mínimas e essenciais para adquirir suprimentos de limpeza, medicamentos e alimentos. Durante o período do isolamento, eventos culturais, recreativos, esportivos, religiosos ou qualquer outro tipo de evento que envolva a participação de pessoas não podem ser realizados. Também está suspensa a abertura de lojas, shopping centers, estabelecimentos de atacado e varejo e qualquer outro local que exija a presença de pessoas".

O ministro de Defesa, Agustín Rossi, disse que há exceções, como o transporte e distribuição de alimentos, medicamentos e itens de higiene.

Segundo o ministro, apesar do fechamento dos aeroportos ter diminuído a entrada de pessoas no país, havia um tráfico intenso nas fronteiras terrestres e nos portos. Os voos foram suspensos no dia 16 deste mês.

Outras exceções, que poderão entrar e sair do país, são as pessoas envolvidas no transporte de mercadorias, por meios aéreos, terrestres, marítimos e fluviais.

Também poderão circular os profissionais envolvidos em atividades essenciais, como os profissionais da saúde, forças de segurança, Forças Armadas, bombeiros, serviços meteorológicos. São exceções também as autoridades nacionais, como senadores, deputados, governadores, prefeitos, vereadores, etc; trabalhadores da Justiça, pessoal diplomático estrangeiro creditado junto ao governo argentino e profissionais de serviços funerários.

Poderão circular os profissionais de empresas de serviços básicos, como água, luz e esgoto, além dos trabalhadores de supermercados, indústrias de alimentos e itens essenciais, da imprensa, de obras públicas e de limpeza urbana.

Em um outro decreto, presidente Alberto Fernández, anunciou um bônus salarial de 5000 pesos argentinos (cerca de 400 reais) nos meses de abril, maio, junho e julho, para os profissionais da saúde envolvidos no atendimento dos casos de coronavírus.

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, anunciou também o cancelamento de voos de repatriação pagos pelo Estado. Estima-se que haja entre 10 mil a 15 mil argentinos no exterior. O governo afirma que trabalhará para repatriar essas pessoas, respeitando certas prioridades. Primeiro serão atendidos aqueles que têm riscos à saúde ou mulheres grávidas.

A Agência Nacional de Aviação Civil argentina autorizará somente voos "excepcionais" e "humanitários". A situação dos argentinos será avaliada país a país e, se necessário, será implementado um voo excepcional para repatriar os cidadãos. (Agência Brasil)

Hidrovias do Brasil S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF 12.648.327/0001-53 - NIRE 35.300.383.982
Fato Relevante
A **Hidrovias do Brasil S.A.** ("Companhia"), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215, 7º andar, Pinheiros, em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02 e no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em razão da deterioração da atual conjuntura de mercado, decidiu-se pelo adiamento da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de sua emissão ("Oferta"), cujo pedido de registro foi protocolado nesta D. CVM em 20 de fevereiro de 2020. A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de fevereiro de 2020, conjuntamente com a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia manterá o mercado atualizado a respeito dos desenvolvimentos relacionados à Oferta. Este fato relevante tem caráter exclusivamente informativo, nos termos da legislação em vigor, e não deve ser considerado como um anúncio de oferta das ações. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. São Paulo, 17 de março de 2020.
André Kinjo Kubota - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.541.127/0001-26

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante			
Contas a Receber e Outros Recebíveis	7	2.736	1.730
Adiantamentos a fornecedores	8	3	3
Total do ativo circulante		2.739	1.733
Não circulante			
Imobilizado	9	16	23
Intangível	10	155.026	155.769
Total do ativo não circulante		155.042	155.792
Total do ativo		157.781	157.525

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	11	53.388	52.729
Obrigações Trabalhistas		43	43
Obrigações fiscais		2	156
Outras Contas a Pagar	13	18.774	16.903
Adiantamento Clientes		-	18
Total do passivo circulante		72.207	69.849
Não circulante			
Partes Relacionadas	12	22.981	23.711
Provisões para contingências	14	20.420	20.307
Total do passivo não circulante		43.401	44.018
Patrimônio líquido			
Capital Subscrito	15	221.000	221.000
Capital a Integralizar		(66.000)	(66.000)
Prejuízo Acumulado		(112.827)	(111.342)
Total do patrimônio líquido		42.173	43.658
Total do passivo e patrimônio líquido		157.781	157.525

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Operações continuadas	Nota Explicativa	2019	2018
Receita Operacional Líquida	16	2.750	1.428
Custo dos Serviços Prestados		(14)	(957)
		(14)	(957)
Lucro / Prejuízo Bruto		2.736	472
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas / Receitas Administrativas	17	(4.056)	(7.012)
Outras Receitas Operacionais		(131)	(5.011)
Prejuízo Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(1.451)	(11.551)
Receitas Financeiras	18	7	21
Despesas Financeiras	18	(41)	-
Receitas e Despesas Financeiras Líquidas		(34)	21
Prejuízo do Exercício		(1.485)	(11.531)

"As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S**, sem ressalvas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia."

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

	Capital Subscrito	Capital A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	221.000	(66.000)	(99.811)	55.189
Prejuízo do exercício			(11.531)	(11.531)
Em 31 de dezembro de 2018	221.000	(66.000)	(111.342)	43.658
Prejuízo do exercício			(1.485)	(1.485)
Em 31 de dezembro de 2019	221.000	(66.000)	(112.827)	42.172

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

	2019	2018
Parcela dos Outros Resultados Abrangentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrimonial		
Prejuízo do exercício	(1.485)	(11.531)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Prejuízo do exercício	(1.485)	(11.531)

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Resultado do Exercício	(1.485)	(11.531)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	571	(3.406)
Provisão para Contingências	113	4.854
Depreciação e Amortização	174	770
	(622)	(9.313)
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	(1.006)	(1.650)
Estoque	-	252
Outros Créditos	-	133
	(1.006)	(1.265)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	659	(652)
Obrigações Trabalhistas	-	(10)
Obrigações Fiscais	(154)	126
Adiantamento a Clientes	(18)	-
Provisão para Contingências	-	15.453
Outras Contas a Pagar	1.871	(15.470)
	2.358	(553)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	730	(11.131)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	-	138
Intangível	-	8.850
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	730	(2.143)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes Relacionadas	(730)	2.143
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(730)	2.143
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	-
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	-	-

Composição da Diretoria

Diretor Presidente Paulo Tessari Coutinho
Diretor de Operações Eduardo de Queiroz Galvão
Contador Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

CEOS Administradora de Bens S/A

CNPJ nº 23.698.040/0001-54

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2019	2018
Não circulante			
Clientes	8	2.199.261	2.199.261
Adiantamentos a terceiros		42.311	42.311
Contas a receber e outros recebíveis	9	513.977	638.478
Total do ativo não circulante		2.755.549	2.880.050
Total do ativo		2.755.549	2.880.050

Passivo	Nota Explicativa	2019	2018
Não circulante			
Notas promissórias a pagar	10	438.120	426.240
Obrigações Fiscais		225.055	225.055
Debêntures	11	1.409.597	1.480.904
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		304.955	304.955
Adiantamentos de clientes		508.694	508.694
Total do passivo não circulante		2.886.421	2.945.848
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	12	39.393	39.393
Prejuízo do exercício		(170.265)	(105.191)
Total do patrimônio líquido a descoberto		(130.872)	(65.798)
Total do passivo e patrimônio líquido a descoberto		2.755.549	2.880.050

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

	2019	2018
Despesas operacionais		
Administrativas e gerais	(2.313)	(8.682)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.313)	(8.682)
Despesas financeiras	(62.761)	(68.710)
Resultado financeiro líquido	(62.761)	(68.710)
Resultado antes dos impostos	(65.074)	(77.392)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	26.314
Prejuízo do Exercício	(65.074)	(51.078)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

	2019	2018
Parcela dos Outros Resultados Abrangentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrominial		
Prejuízo do exercício	(65.074)	(51.078)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Prejuízo do exercício	(65.074)	(51.078)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2018	2	39.393	(54.113)	(14.720)
Prejuízo do exercício		-	(51.078)	(51.078)
Em 31 de dezembro de 2018		39.393	(105.191)	(65.798)
Prejuízo do exercício		-	(65.074)	(65.074)
Em 31 de dezembro de 2019		39.393	(170.265)	(130.872)

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Resultado do exercício	(65.074)	(51.078)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	(26.314)
	(65.074)	(77.392)
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais		
Contas a receber e outros recebíveis	124.501	669
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais		
Fornecedores e outras contas a pagar	11.880	23.240
Provisao Juros s/empréstimos e financiamentos	(71.307)	53.485
Obrigações fiscais	-	(2)
Caixa líquido das atividades operacionais	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	-
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A CEOS é uma sociedade anônima, constituída no dia 22 de outubro de 2015, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 1º andar, conjunto 192, sala 34, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo. A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de administração de contas a receber a pagar; (b) a cobrança de recebíveis e a liquidação de passivos, em seu nome ou de terceiros; (c) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como em consórcios e associações; e (d) dar cumprimento às obrigações previstas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial e da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial (em conjunto denominadas "Recuperandas"), homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001, a ela designadas, tais como, mas não se limitando, (i) a assunção dos débitos concursais da Galvão Participações S.A – em Recuperação Judicial e a consolidação dos débitos concursais da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial; e (ii) a emissão, a administração e a amortização de debêntures e notas promissórias para alocação dos credores concursais das Recuperandas. **2 Ciclo:** A CEOS foi constituída com respaldo na Lei nº 13.043 do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, aprovado em Assembleia Geral de credores e homologado pelo Juízo Recuperacional em 14 de setembro de 2015. O capital social da CEOS foi formado por (i) ativos da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial relacionados no Plano de Recuperação Judicial, especialmente em sua Cláusula 3.5, igualmente por meio do cisão descrita no item (i) acima (ii) passivos concursais da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial, vertidos à CEOS por meio da cisão parcial da Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial, de acordo com o Balanço Patrimonial da cindida, datado de 31 de outubro de 2015 (iii) ativos da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial relacionados no Plano de Recuperação Judicial, especialmente sua Cláusula 3.5, igualmente por meio do instrumento de assunção de dívida citado no item (iii) acima. e (iv) passivos concursais da Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial, vertidos à CEOS por meio do "Instrumento Particular de Assunção de Dívidas, Cessão de Créditos e Outras Avenças" celebrado em 30 de novembro de 2015; **3 Base de Preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2020. **4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de Estimativas e Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **6 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico. **7 Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social: (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais essas utilizadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Caixa e equivalentes de caixa*: Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Os saldos negativos de contas garantidas são apresentados no passivo circulante. **c) Instrumentos Financeiros:** O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa desse ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade desse ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem aplicações financeiras registradas em caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Esta categoria abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **(i) Passivos financeiros não derivativos – desreconhecimento:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. **a) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

8 Clientes

	2019	2018
Clientes Publico/Misto	2.199.261	2.199.261
	2.199.261	2.199.261

Refere-se a contas a receber com a Petrobrás S.A que foi cindido para a Companhia, garantindo o saldo a pagar aos credores concursais das Recuperandas.

9 Contas a Receber

	2019	2018
Galvão Participações S.A - Em recuperação judicial	513.977	638.478
	513.977	638.478

Refere-se a saldo com a controladora pela assunção de dívida junto com instituições financeiras.

10 Notas Promissórias a Pagar

	2019	2018
Notas Promissórias a Pagar	438.120	426.240
	438.120	426.240

Refere-se a saldo de Notas Promissórias emitidas em atendimento ao plano de recuperação judicial, transferidas no exercício de 2016 da conta de Fornecedores.

11 Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	2019	2018
Debêntures	IPCA	1.409.597	1.480.904
		1.409.597	1.480.904
Circulante		1.409.597	1.480.904
Não Circulante		1.409.597	1.480.904

Em cumprimento as disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial, transferidas no exercício de 2016 da conta de Fornecedores.

12 Capital Social

	Participação %	Ações	Capital Integralizado
Galvão Participações S/A.	99,997%	39.392	39.392
MRS Participações Ltda.	0,003%	1	1
	100%	39.393	39.393

13 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco de mercado com fins de especulação. Em 31 de dezembro 2019 a entidade não possui qualquer operação com derivativos. 13.1 Riscos de mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros. 13.2 Gestão de capital: A gestão de capital tem por objetivo aperfeiçoar a estratégia de crescimento da Companhia, levando em consideração o interesse dos quotistas e de outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações da sociedade com base numa série de fatores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira. A Companhia busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política relativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos quotistas, emitir novas quotas ou vender ativos. 13.3 Estimativas do valor justo: Pressupõe-se os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa juros vigente no mercado, que é disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. **14 Outras Informações:** Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações. **15 Eventos Subsequentes:** A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão.

Composição da Diretoria: **Diretor** - Eduardo de Queiroz Galvão **Diretor** - Edison Martins **Contador:** Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **CEOS Administradora de Bens S/A.** São Paulo - São Paulo. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da CEOS Administradora de Bens S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEOS Administradora de Bens S/A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião com Ressalva:** O montante de R$ 2.199.261 da rubrica Clientes refere-se a créditos de razoável realização por se tratar de serviços efetivamente executados de acordo com as regras contratuais do Plano de Recuperação Judicial da Galvão Engenharia S/A – em recuperação judicial e Galvão Participações S/A – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"). Porém, devido a empresa estar cobrando judicialmente estes créditos, pode gerar incerteza quanto ao recebimento de sua totalidade. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Principais assuntos de auditoria - Base para opinião com ressalva:** O montante de R$ 2.199.261 da rubrica Clientes refere-se a créditos constituídos com respaldo na Cláusula 3.6 e 3.7 do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial e Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial, aprovado em Assembleia Geral de credores e homologado pelo Juízo Recuperacional em 14 de setembro de 2015, tornando-se detentora de ativos estabelecidos conforme Laudo de avaliação do Patrimônio Líquido em 31 de outubro de 2015 para efeito de cisão parcial entre a Galvão Engenharia S.A e CEOS Administradora de Bens S.A. **Nossa abordagem:** Nossos procedimentos de auditoria baseiram-se no Plano de Recuperação Judicial e no Laudo de avaliação patrimonial para efeito de cisão. Observamos que os créditos transferidos para a Companhia CEOS Administradora de Bens S.A. tratam-se de recebíveis oriundos da empresa Petrobras S.A. com finalidade de garantir os pagamentos dos credores concursais. **Principais assuntos de auditoria - Emissão pública de debêntures com garantias reais:** Em cumprimento as disposições contidas no plano de recuperação judicial da Galvão Engenharia S.A. – emrecuperação judicial e Galvão Participações S.A. – em recuperação judicial (em conjunto "Recuperandas"), a CEOS, em 03/06/2016, concluiu o processo de emissão de Debêntures, as quais foram subscritas e integralizadas pelos credores financeiros arrolados no processo de Recuperação Judicial em quitação aos créditos concursais por eles detidos, conforme previsto na cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial.**Nossa abordagem:** Nossa abordagem de auditoria considerou entre outros procedimentos: testes substantivos, entendimento e inspeção das cláusulas inseridas no Programa de Recuperação Judicial, no Laudo de Avaliação patrimonial para efeito de cisão e verificação de conformidade com o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da CEOS Administradora de Bens S.A, considerando os dispositivos descritos na Instrução nº 476 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários que regulamenta a operação de valores mobiliários. Também foi avaliada a lista de debenturistas credores e os documentos descritos no Anexo da Instrução 476 da CVM. Consideramos que os procedimentos realizados pela administração e divulgados nas Demonstrações Contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude envolve o ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 13 de fevereiro de 2020. **Approach Auditores Independentes S/S** - CRC 2SP023119/O-0. **Leandro Antonio Marini Pires** - Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

Covid-19: governo prorroga vencimento de débitos com o Incra

O governo federal prorrogou o prazo de vencimento dos débitos no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como medida de enfrentamento aos efeitos da pandemia de covid-19 no país. A prorrogação se estende à concessão de crédito de instalação, títulos de domínio e parcelamentos administrativos vencidos a partir de 4 de fevereiro, quando começou a vigorar a emergência em saúde.

O prazo será de até 60 dias, contados a partir do fim da emergência, data que será definida pelo Ministério da Saúde. Também serão prorrogados pelo mesmo prazo os valores a receber de contratos, débitos de convênios e multas.

A Portaria nº 586/2020, do Ministério da Agricultura, foi publicada na sexta-feira, (27) no *Diário Oficial da União* e também suspende os prazos para apresentação de defesa, de recurso administrativo e de manifestações em razão de notificações emitidas pelo instituto.

De acordo com o Incra, após o término da emergência em saúde, os processos administrativos voltarão a correr automaticamente, pelo período remanescente, contados a partir do primeiro dia útil.

A portaria determina também que os contratos de concessão de uso - documentos provisórios de exploração da terra assinados pelos assentados com o Incra - vencidos durante a emergência em saúde, ficam automaticamente revalidados pelo período de 180 dias. (Agência Brasil)

Brasil tem 92 mortes e 3,4 mil casos confirmados

Em nova atualização do Ministério da Saúde, o número de mortes chegou a 92, contra 77 registradas na quinta-feira (26). O resultado significa um aumento de 18% em relação a ontem. Em comparação com o início da semana, quando eram 25 óbitos, o número multiplicou por 3,68 vezes.

A taxa de letalidade chegou ao máximo da semana, ficando em 2,7%.

O total de casos confirmados saiu de 2.915 para 3.417 na sexta-feira (27). O resultado marcou um aumento de 80% nos casos em relação ao início da semana, quando foram contabilizadas 1.891 pessoas infectadas.

O número de casos novos foi de 502, atingindo o número mais alto da série histórica. Ontem, o acréscimo foi de 482. Nos dias anteriores, o aumento havia sido menor, ficando na casa entre 232 e 345 casos.

São Paulo acumula 1.233 casos. O estado, epicentro da epidemia no país, é seguido por Rio de Janeiro (493), Ceará (282), Distrito Federal (230), Rio Grande do Sul (195) e Minas Gerais (189).

Também registram casos Santa Catarina (149), Paraná (119), Bahia (115), Amazonas (89), Pernambuco (56), Goiás (49), Espírito Santo (47), Rio Grande do Norte (28), Mato Grosso do Sul (28), Acre (25), Sergipe (16), Maranhão (13), Pará (13), Alagoas (11), Mato Grosso (11), Roraima (10), Paraíba (nove), Piauí (nove), Tocantins (oito), Rondônia (seis) e Amapá (dois).

Auxílio para pequenas e médias empresas

O governo anunciou na sexta-feira (27) uma linha de crédito emergencial para ajudar pequenas e médias empresas a quitar a folha de pagamentos. O setor está entre os mais afetados pela crise gerada pela pandemia de covid-19. A estimativa é de liberação de R$ 40 bilhões.

A medida deve be

CABINDA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/NIRE nº 04.000.182/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: A Administração da Cabinda Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Pecorê Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, usando atenção ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de março de 2020.

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo/Circulante	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	88	99
Impostos a recuperar	2	1
Despesas antecipadas	5	5
Total do ativo	95	105
Passivo e patrimônio líquido	**2019**	**2018**
Contas a pagar (nota 5)	20	25
Total do passivo	20	25
Patrimônio líquido (Nota 6): Capital social	886	886
Reserva de capital	582	482
Prejuízos acumulados	(1.393)	(1.288)
Total do patrimônio líquido	75	80
Total do passivo e patrimônio líquido	95	105

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**886**	**332**	**(1.180)**	**38**
Integralização reserva de capital		150	—	150
Prejuízo do exercício		—	(108)	(108)
Em 31 de dezembro de 2018	**886**	**482**	**(1.288)**	**80**
Integralização reserva de capital		100	—	100
Prejuízo do exercício		—	(105)	(105)
Em 31 de dezembro de 2019	**886**	**582**	**(1.393)**	**75**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2019	2018
Receitas financeiras	2	4
Despesas gerais e administrativas (nota 7)	(107)	(112)
Prejuízo do exercício	(105)	(108)
Quantidade de ações (média ponderada)	7.104.000	7.104.000
Prejuízo por ação de operações da companhia (expressos em R$ por ação)	(0,01484)	(0,01518)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(105)	(108)
Resultado abrangente do exercício	(105)	(108)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(105)	(108)
Impostos a recuperar	(1)	–
Despesas antecipadas	–	(5)
Contas a pagar aos fornecedores	(5)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(111)	(114)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização de reserva de capital	100	150
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100	150
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(11)	36
Caixa e equivalentes no início do exercício	99	63
Caixa e equivalentes no final do exercício	88	99
Variação do caixa e equivalentes	(11)	36

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2019	2018
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45)	(52)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2	4
Valor distribuído líquido	(43)	(48)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições federais	62	60
Prejuízo do exercício	(105)	(108)
Valor adicionado distribuído	(43)	(48)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.103**	**286**	**(1.302)**	**87**
Integralização de capital	–	150	–	150
Prejuízo do exercício	–	–	(83)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.103**	**436**	**(1.448)**	**91**
Prejuízo do exercício			(83)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.103**	**436**	**(1.511)**	**28**

diante e emissão de 750.000 novas ações, sendo 250.158 ações ordinárias e 499.842 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por GP Investimentos Ltda. Em 27 de janeiro de 2014, a GP Holdings I, LLC adquiriu a totalidade das ações da emissão da Companhia detidas pela GP Investimentos Ltda, pelo valor total de R$ 1, em consequência dessa transação, a GP Holding I, LLC passou a deter o controle da Companhia com 99,99% do capital social. A Cabinda Participações S.A. declarou que, atualmente está com suas atividades paralisadas e, portanto, não vem gerando receitas operacionais. A Companhia é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC., empresa com sede em Delaware - Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Cabinda compra com suas obrigações, considerando sua situação econômico-financeira. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2020. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis: (a) Base de preparação:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS) - IAS 1) e de acordo com a deliberação CVM 676/11 que aprovou o CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas em real, que é a moeda funcional da Companhia, e são apresentadas em milhares de real. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em milhares de real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais. **(d) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **(e) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Bancos	3	9
Aplicações financeiras	85	90
	88	99

5. Contas a pagar: As contas a pagar são obrigações a pagar a fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades e, portanto, são classificadas no passivo circulante. A Companhia não possui operações referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das demonstrações contábeis e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R$ 20 (31 de dezembro de 2018 - R$ 25). **6. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em Ata de Reunião do Conselho de Administração sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor independente elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes não havendo qualquer discordância; 2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2019, da **Cabinda Participações S.A.** e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

tor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantida em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. As normas de auditoria requerem que divulguemos principais assuntos de auditoria em nosso relatório, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de algum assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Dos assuntos que foram objeto de comunicação aos responsáveis pela governança, julgamos que não há principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório de auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente.

São Paulo, 28 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

Ministro do STF volta a negar suspensão de MP do contrato de trabalho

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, novamente, a suspensão da MP 927/20, com a qual o governo normatizou medidas trabalhistas durante o período de enfrentamento ao novo coronavírus (covid-19).

Desta vez, Marco Aurélio rejeitou um pedido de liminar (decisão provisória) do PDT. Ontem (26), ele já havia negado solicitação similar do partido Rede Sustentabilidade, que havia questionado não só a MP927/20, mas também a MP 926/20, que trata de medidas restritivas à circulação de pessoas.

Na decisão mais recente, Marco Aurélio rejeitou os argumentos do PDT de que a MP 927/20 seria inconstitucional por tratar de temas que, na visão do partido, só poderiam ser aprovados após meio de projeto de lei ordinária ou complementar. Para o ministro, não há, por ora, motivos para carecer o Poder do Executivo em editar medidas provisórias sobre temas trabalhistas, "principalmente em época de crise", argumentou.

O partido também apontou como inconstitucional a possibilidade de o acordo individual entre patrão e empregado se sobrepor à legislação trabalhista, conforme previsto de modo excepcional pela MP, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Ao rejeitar o pedido, Marco Aurélio disse ser legítimo o acordo individual que vise a manutenção do vínculo empregatício no momento atual. "A liberdade do contratado dos serviços, especialmente em época de crise, pode ser o ponto propício sustento sobre risco, há de ser preservada, desde que não implique, como consta na cláusula final do artigo, a colocação em segundo plano de garantia constitucional".

Outros pontos da MP 927/20 também foram preservados por Marco Aurélio, entre eles a possibilidade de antecipação de férias, a suspensão de obrigações administrativas no campo de segurança do trabalho e a flexibilização na implementação do teletrabalho e do banco de horas.

Um dos pontos mais polêmicos da MP 927/20, que permitia a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses sem o pagamento de salário, acabou revogado pelo próprio governo na MP 928/20, após causar reações no Congresso.

Há no Supremo, até o momento, sete ações diretas de inconstitucionalidade contra a MP927/20, abertas por PDT, Rede Sustentabilidade, PSB, Solidariedade, PSol, PT e PCdoB, e também por entidades de trabalhadores. (Agencia Brasil)

Corte na arrecadação de Sesc/Senac pode causar demissão de 10 mil

Documento enviado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) a todos os governadores brasileiros revela que o corte de 50% na arrecadação compulsória por 90 dias, definido pelo governo federal para diminuir os efeitos da pandemia do novo coronavírus, provocará o fechamento de 265 unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

O corte foi anunciado semana passada em pacote do governo para enfrentar crise causada pela pandemia do coronavírus. Ele consiste na redução em 50% das contribuições de empresários para o Sistema S (que inclui o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai; Serviço Social do Comércio - Sesc; Serviço Social da Indústria- Sesi; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio- Senac) por três meses, numa economia total de R$ 2,2 bilhões para as empresas.

Segundo o CNC, o movimento deve gerar a demissão de 10.210 trabalhadores em todo o país. A medida reduzirá mais de 36 milhões de atendimentos, vagas e inscrições nos serviços oferecidos.

Os estados mais prejudicados serão Rio de Janeiro, com 34 unidades fechadas; Pernambuco (29); Santa Catarina (28); Rio Grande do Norte (18); Goiás (17); Piauí e Paraná (16 unidades fechadas, cada); Amazonas (15); Minas Gerais (14); e Acre (13).

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, afirmou que a redução dos atendimentos do Sesc e do Senac vai afetar milhares que necessitam da infraestrutura das duas instituições, inclusive para atendimento básico à população. "Mais de 90% das unidades que poderão ser fechadas estão presentes em regiões que, muitas vezes, carecem da presença do governo e, principalmente nestas localidades, os serviços que o Sistema Comércio oferece chega aos mais pobres, a parcela que sofrerá o maior impacto com o fechamento (das unidades)", ressaltou Tadros.

A CNC encaminhou um plano de ações do Sesc e do Senac ao presidente Jair Bolsonaro, aos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Mandetta (Saúde), e aos titulares da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, David Alcolumbre, para evitar o fechamento das unidades e a demissão de milhares de trabalhadores. O plano envolve recursos da ordem de R$ 1 bilhão que serão usados, principalmente, no combate ao coronavírus e na prestação de serviços à sociedade nos próximos três meses. Essa verba de R$ 1 bilhão corresponde a 50% da contribuição compulsória do Sesc e Senac em três meses. Segundo Tadros, a capilaridade do Sesc e Senac poderá ser usada para reduzir os impactos da pandemia de coronavírus em municípios brasileiros carentes de estrutura .

Medidas propostas

Uma das medidas propostas pela CNC é colaborar na identificação da abrangência do número de infectados no Brasil e no apoio à instrumentalização dos profissionais de saúde, por meio da aquisição e distribuição de materiais necessários à prevenção e ao combate à pandemia, em conformidade com as orientações dos órgãos governamentais de saúde.

Em caráter emergencial, poderão ser mobilizadas as redes de supermercados, restaurantes, bares e outros doadores para a coleta e distribuição de alimentos para instituições sociais, por meio do Projeto Mesa Brasil, de abrangência nacional. O Mesa Brasil Sesc é uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome o desperdício, que objetiva contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, promovendo sua inclusão social.

A terceira proposta da CNC envolve a disponibilização das unidades do Sesc e do Senac, incluindo 50 unidades móveis, para ampliação e interiorização das ações de atenção primária à saúde, entre as quais vacinação, coleta de sangue, ações gerais de prevenção.

A quarta medida é ligada ao desenvolvimento e oferta de programações gratuitas visando à mobilização da sociedade em geral e a capacitação de profissionais da área de saúde, atendendo as demandas e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS). Serão usadas para esses fins as plataformas digitais do Sesc e Senac.

Já a quinta medida se refere à aquisição e disponibilização de respiradores e outros equipamentos necessários para o tratamento de infectados pelo coronavírus. (Agencia Brasil)

CAINDA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.038.782/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: A Administração da Cainda Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembléia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Pecorê Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, usando atenção ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de março de 2020.

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	2019	2018
Ativo/ Circulante	48	117
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	42	111
Impostos a recuperar	1	1
Despesas antecipadas	5	5
Total do ativo	48	117
Passivo e patrimônio líquido/ Circulante	20	25
Contas a pagar (nota 5)	20	25
Obrigações fiscais	–	1
Patrimônio líquido (nota 6)	28	91
Capital social	1.103	1.103
Reserva de capital	436	436
Prejuízos acumulados	(1.511)	(1.448)
Total do passivo e patrimônio líquido	48	117

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2019	2018
Receitas financeiras de aplicações	3	4
Despesas Gerais e administrativas (nota 7)	(86)	(87)
Prejuízo do exercício	(83)	(83)
Quantidade de ações (média ponderada)	2.060.123	2.060.123
Prejuízo por ação de operações da companhia (expressos em R$ por ação)	(0,03998)	(0,04029)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM MILHARES DE REAIS)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(83)	(83)
Resultado abrangente do exercício	(83)	(83)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.103**	**286**	**(1.302)**	**87**
Integralização de capital	–	150	–	150
Prejuízo do exercício	–	–	(83)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.103**	**436**	**(1.448)**	**91**
Prejuízo do exercício			(83)	(83)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.103**	**436**	**(1.511)**	**28**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(83)	(83)
Impostos a recuperar	–	(1)
Despesas antecipadas	–	(5)
Contas a pagar aos fornecedores	(5)	1
Obrigações fiscais	(1)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(89)	(90)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização reserva de capital	–	150
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	–	150
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(89)	60
Caixa e equivalentes no início do exercício	111	51
Caixa e equivalentes no final do exercício	42	111
Variação do caixa e equivalentes	(69)	60

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2019	2018
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46)	(56)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	3	4
Valor distribuído líquido	(43)	(52)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições federais	20	31
Prejuízo do período	(63)	(83)
Valor adicionado distribuído	(43)	(52)

1. Contexto operacional: A Cainda Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto, foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto de uma cisão parcial da sociedade Pecorê Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior. A Companhia possui como atividade preponderante o investimento na América Latina Logística Tecnologia S.A. (ALL), adquirida em 31 de dezembro de 2000, cuja atividade compreende a pesquisa, criação, desenvolvimento, aprimoramento, patenteamento e exploração comercial de tecnologias, produtos, serviços e sistemas de informação em geral. Esse investimento foi alienado em 10 de dezembro de 2004. Em 5 de setembro de 2006, a totalidade e a integralidade dos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral aprovaram: (a) o aumento de capital no valor de R$ 198 mediante a capitalização de créditos detidos com a ligada América Latina Logística S.A. (ALL); (b) o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social na proporção de 1.000.000 (um milhão) de ações em 1 (uma) nova ação; (c) alterações estatutárias que criaram duas classes de ações preferenciais, cada classe com sua peculiaridade; (d) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais Classe A; (e) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias; (f) o aumento de capital no valor de R$ 2 por meio da emissão de ações preferenciais Classe B mediante pagamento em espécie efetuado pelo acionista Emerging Markets Capital Investments, LLC; (g) resgate da totalidade das ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia; (h) eleição de novos membros do Conselho de Administração; (i) alteração da sede da Companhia para a cidade e o Estado de São Paulo e (j) alteração do veículos para as publicações legais da Companhia. Em razão desse evento, o controle da Companhia passou a ser exercido pelo acionista Emerging Markets Capital Investments, LLC. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2007, foi aprovada a conversão de 9.506 ações ordinárias já existentes em ações preferenciais Classe A e conversão de 19.000 ações preferenciais Classe B em ações preferenciais Classe A. Todas de titularidade do acionista Emerging Markets Capital Investments, LLC. Nesta mesma data a totalidade das ações preferenciais Classe A (28.506 ações) detidas pelo acionista Emerging Markets Capital Investments, LLC, foram negociadas mediante o pagamento de R$ 0,038 por ação, representando a retirada deste acionista desta sociedade. Adicionalmente, ainda nesta mesma data, foi aprovado o aumento do capital social, no valor de R$ 30, mediante a emissão de 500.000 ações, sendo 166.667 ações ordinárias e 333.333 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R$ 0,10 por ação será destinado à conta de reserva de capital (R$ 450). Em 08 de julho de 2016, foi integralizado R$ 100 ao patrimônio líquido, sendo R$50 destinado à conta de capital social e R$50 à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R$400 foi destinado a conta de reserva de capital a integralizar. Em 29 de maio de 2017, foi integralizado R$100 destinado à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R$300 foi destinado à conta de reserva de capital a integralizar. Em 25 de maio de 2018, foi integralizado R$150 destinado à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R$150 foi destinado à conta de reserva de capital a integralizar. Em 25 de outubro de 2019, foi integralizado R$100 destinado à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R$100 foi destinado à conta de reserva de capital a integralizar. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado é de R$ 886, dividido em 1.104.000 ações ordinárias, 2.000.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritos e integralizados. A Companhia foi autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, sem guardar proporcionalidade entre as espécies e classes de ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão. **(b) Reservas de capital:** A reserva de capital foi constituída a partir do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas em observância ao artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. **(c) Reserva legal:** A Companhia constituirá a conta de reserva legal, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude da Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado a essa reserva. **(d) Dividendos:** Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado em cada exercício social. **7. Despesas gerais e administrativas por natureza:** Correspondem a gastos com publicações, taxas de manutenção da auditoria, taxas de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), contribuições, despesas bancárias e outros.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

tor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantida em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. As normas de auditoria requerem que divulguemos principais assuntos de auditoria em nosso relatório, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de algum assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Dos assuntos que foram objeto de comunicação aos responsáveis pela governança, julgamos que não há principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório de auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente.

São Paulo, 28 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: A Administração da Cainda Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembléia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de julho de 2000, por meio de cisão parcial da Pecorê Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise. Por fim, usando atenção ao disposto na Instrução CVM 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de março de 2020.

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo/ Circulante	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	42	111
Impostos a recuperar	1	1
Despesas antecipadas	5	5
Total do ativo	48	117
Passivo e patrimônio líquido/ Circulante	20	25
Contas a pagar (nota 5)	20	25
Obrigações fiscais	–	1
Patrimônio líquido (nota 6)	28	91
Capital social	1.103	1.103
Reserva de capital	436	436
Prejuízos acumulados	(1.511)	(1.448)
Total do passivo e patrimônio líquido	48	117

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2019	2018

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 472 São Paulo, 28 de março a 3 de abril de 2020

Nacionais

Amplas configurações do Novo Tracker

O Novo Tracker chega completamente atualizado e seu novo conjunto antecipa tendências nos quesitos mais valorizados pelo consumidor: design, segurança, conforto, conectividade e desempenho.

O Novo Tracker passa a ter maior oferta com o início da produção na fábrica da GM em São Caetano do Sul (SP). O modelo também amplia seu leque de configurações, permitindo competir nas faixas com maior demanda comercial. O modelo conta ainda com outro importante argumento: é SUV Flex mais econômico. Tanto na cidade como na estrada, de acordo com o Inmetro.

O Novo Tracker chega com duas opções de motorização turbo (1.0T e 1.2T), duas opções de transmissão de seis marchas (manual e automática) e quatro opções de acabamento (versão de entrada, LT, LTZ e Premier).

Para a carroceria há um leque com sete opções de cores, incluindo a de lançamento Azul Power, exclusiva do modelo topo de linha.

O Novo Tracker mescla robustez, esportividade e elegância. Começa impressionando pelo porte, já que o modelo cresceu em comprimento (12 mm) e na largura (15 mm), enquanto a altura foi ligeiramente reduzida.

O Novo Tracker vem equipado com rodas de alumínio de série. Na versão Premier elas são de 17 polegadas com superfície usinada, fundo cinza metálico e aros "flutuantes" cromados para combinar com outros acabamentos em mesmo tom. As rodas trazem cinco parafusos para, além de maior poder de fixação, permitir uma perfeita harmonização.

O modelo impressiona pelo seu aspecto tecnológico, destacado inicialmente pelos inéditos faróis Full LED. Seus projetores para luz baixa e alta têm poder de iluminação de duas a três vezes maior que sistemas tradicionais. Os faróis trazem ainda luzes de condução diurna (DRL) e um inovador sistema de luz auxiliar lateral que amplia em 11% a área iluminada em manobras e curvas. A luz de sinalização dianteira também é de LED, fica no para-choque e se diferencia pelo formato verticalizado.

Na versão Premier existem LEDs também nas lanternas traseiras, agora bipartidas. Como cada uma das partes conta com múltiplos LEDs, o efeito luminoso é idêntico ao de veículos premium, agregando charme até mesmo quando apagadas.

As maiores dimensões externas combinadas com o entre-eixos 15 mm alongado e a redistribuição dos elementos mecânicos refletiram em um maior aproveitamento do espaço interno.

As partes que o motorista mantém maior contato receberam atenção especial dos designers. O principal deles é o volante, que garante boa empunhadura e permite ajustes de altura e profundidade. Sua base reta foi pensada para dar maior liberdade no embarque e desembarque, além de agregar esportividade.

O volante conta ainda com uma série de teclas. Nas do lado esquerdo ficam os comandos do limitador de velocidade e do controlador de velocidade de cruzeiro, enquanto que nas do lado direito estão os botões de atalho para o sistema multimídia e para o comando de voz.

O acabamento interno das portas está totalmente integrado com o do painel, com linhas e materiais que criam um aspecto de continuidade. Destaque para acabamento em dois tons (Preto JetBlack e Azul Captain) na versão Premier. Além da bela trama da cobertura dos alto-falantes, chama a atenção o puxador de porta de alça larga alusivo ao universo dos autênticos SUVs.

À frente há porta-objetos com um interessante suporte para smartphones, que deixa o aparelho melhor encaixado para evitar ruídos de trepidação. A bela manopla da transmissão e o carregador wireless também ficam apoiados sobre o console central, que se estende até os comandos do ar-condicionado, da tecla que permite a desativação do sistema Stop/Start, e os botões das travas das portas e do assistente de estacionamento.

Logo acima ficam as saídas de ar do sistema de refrigeração, que contam com formatos personalizados e molduras em cinza acetinado no melhor estilo "high-tech".

Os bancos são extremamente confortáveis. Os dianteiros são do tipo envolventes com apoios nas laterais e revestidos em material premium nas versões mais sofisticadas. Costura pespontada e detalhes personalizados típicos de produtos executados por artesões são exclusividades do modelo topo de linha Premier.

Os ocupantes traseiros também viajam com muito conforto. São igualmente beneficiados pelo aumento das dimensões, principalmente para a área das pernas (+74 mm), ombros (+46 mm) e cabeça (+19 mm). No Novo Tracker, os assentos são do tipo anfiteatro, ou seja, quem viajam atrás senta em um patamar mais alto para melhor visibilidade. O encosto de braço central é basculante e conta com porta-copos. A comodidade é complementada por compartimentos no dorso do banco dianteiro e nas laterais das portas. A variedade de formatos desses espaços garante a acomodação de objetos de diferentes formatos como garrafas, eletrônicos, livros, brinquedos.

A sensação de espaço interno e de liberdade ganham uma outra dimensão com as janelas extras laterais na coluna C e a opção do teto-solar panorâmico, que ampliaram a área envidraçada do carro em até 15%.

O compartimento de bagagem está 30% maior, se aproxima dos 400 litros de capacidade. Um recurso interessante é que a base agora pode ser ajustada em dois níveis de altura. No mais baixo, o usuário amplia a área de transporte em 36 litros. Já com a bandeja no nível mais alto, cria-se uma espécie de superfície plana quando o encosto dos bancos é rebatido, o que facilita a acomodação de objetos compridos ou pesados.

Segurança e comodidades

São seis airbags, cintos de segurança dianteiros com sistema de pré-tensionadores, controle eletrônico de estabilidade e assistente em partida em rampa de série em

toda as versões, assim como recursos altamente tecnológicos que otimizam a performance do veículo.

O sistema de freios do Novo Tracker é um dos mais eficientes da categoria e conta com diversos recursos:

- Assistente de frenagem para situações de perda de eficiência por aquecimento. O carro é capaz de identificar potenciais situações de perda de eficiência de frenagem por aquecimento do sistema, como geralmente acontece em descidas de serra, quando a frequência e a intensidade de uso do equipamento é mais intensa. Neste caso, o veículo aumenta automaticamente a pressão do conjunto hidráulico para que o motorista não precise elevar demasiadamente a força de aplicação no pedal para realizar as frenagens.

- Mais um mecanismo interessante refere-se à atuação do sistema de freio em curvas. O veículo analisa constantemente a velocidade, a aceleração lateral e o ângulo de esterçamento do volante para otimizar a distribuição da força de frenagem em cada roda, aumentando a estabilidade e melhorando a dirigibilidade do carro inclusive em condições cotidianas de uso, antes de situações consideradas extremas, quando existe a necessidade de intervenção do sistema eletrônico de estabilidade.

- O veículo conta ainda com recurso que ajuda a manter a trajetória em frenagens em linha reta, podendo aplicar uma força específica em cada roda, compensando variações comuns de aderência da pista ou da distribuição irregular do peso de carga, por exemplo.

- Outra novidade é a opção do sistema de alerta de colisão com sistema de frenagem autônoma em caso de emergência para mitigar ou mesmo evitar acidentes. Uma câmera localizada no alto do para-brisas faz o monitoramento visual, enquanto sensores ultrassônicos fazem a leitura a fim de detectar a aproximação de algum outro veículo à frente. Primeiro, o Novo Tracker tenta alertar o condutor por meio de um alarme sonoro e de um faixo luminoso que é refletido na base do para-brisas. Caso não haja qualquer reação do motorista, o sistema aciona automaticamente os freios.

O pacote de segurança do Novo Tracker ainda oferece alerta de ponto cego, sensores de estacionamento dianteiros, traseiros e laterais com indicação gráfica no computador de bordo e câmera de ré com linhas guias que projetam a movimentação do veículo conforma o ângulo de esterçamento do volante.

Outra tecnologia exclusiva do Novo Tracker no segmento é o serviço de telemática avançada OnStar. Ele foca em dois pilares: segurança e proteção.

Proteção, pois, caso o carro seja roubado, o sistema é capaz de localizar o veículo e até forçar a sua parada para auxiliar na recuperação por parte da polícia. Em relação à segurança, um dos serviços é o de resposta automática em caso de acidente. Numa batida com deflagração dos airbags, o carro irá enviar um sinal à central de atendimento para que faça contato com os ocupantes via um canal telefônico exclusivo e, se necessário, providencie socorro adequado.

O Novo Tracker também se diferencia pela extensa lista de itens complementares de conforto e comodidade, como o assistente de estacionamento semiautônomo para vagas paralelas e perpendiculares. O sistema é capaz de girar o volante sozinho e ajudar a encaixar o veículo até mesmo em vagas mais apertadas. As instruções são passadas ao motorista na tela do veículo.

O conceito de "Smart SUV" se faz presente através do sensor de chuva, que aciona e ajusta automaticamente a intensidade de varredura dos limpadores conforme a condição climática e a velocidade de cruzeiro do veículo. Já o sensor crepuscular aciona automaticamente os faróis quando a luminosidade natural fica reduzida.

Ainda dentro dessa lógica de automação tem a chave inteligente. Ao se aproximar do carro, mesmo que com a chave dentro do bolso, o veículo identifica o usuário e permite o destravamento das portas e o acionamento da ignição por botão. A chave eletrônica é um item de série desde a versão LT e permite comandar remotamente a abertura e o fechamento das janelas.

O Novo Tracker também pode vir equipado com retrovisor eletrocrômico, no qual o espelho se escurece temporariamente para evitar ofuscamento da visão do motorista enquanto um veículo logo atrás trafega com a luz alta ou desregulada, por exemplo. O ar-condicionado digital está mais eficaz e pode ser comando pela tela do Mylink.

A melhor definição de performance

Apesar da carroceria estar maior, o carro ficou até 144 kg mais leve que a geração anterior, o que contribui bastante para os avanços em dirigibilidade.

O novo modelo estreia com uma nova família de motores turbo que o deixam até 17% mais econômico. Índices que posicionam o modelo como o Flex mais econômico do seu segmento mesmo em condições combinadas de uso, apontam as médias do Inmetro.

São duas opções de propulsores ECOTEC três cilindros: 1.0T(16,8 kgfm e 116 cv) e 1.2T (21,4 kgfm e 133 cv), esta última disponível exclusivamente com transmissão automática.

Na configuração de entrada, com transmissão manual, o Novo Tracker mostrou rodar médias até 14,8 km/l (G) e 10,4 km/l (E) em perímetro rodoviário e até 13 km/l (G) e 9 km/l (E) em trechos urbanos, números impressionantes levando em consideração o tamanho do veículo. Com transmissão automática as médias de consumo do Novo Tracker 1.0T são 13,7 km/l (G) 9,6 km/l (E) e 11,9 km/l (G) e 8,2 km/l (E), respectivamente.

Já o modelo 1.2T percorre, na estrada, médias de 13,5 km/l (G) e 9,4 km/l (E). Na cidade, os números passam para 11,2 km/l (G) e 7,7 km/l (E).

Quanto ao comportamento em acelerações e retomadas de velocidade, o Novo Tracker 1.0T se destaca em relação a outros modelos turbinados ou a modelos até 1.8L aspirados. A aceleração de 0 a 100 km/h é feita em 10,9s.

Para quem busca um SUV mais potente, a Chevrolet oferece o Novo Tracker 1.2T, que tem desempenho semelhante a rivais com motor 2.0L aspirados, por exemplo.

Outro do segredo da excelente performance do Novo Tracker está no sistema avançado de gerenciamento eletrônico, que potencializa os resultados tanto na configuração manual como na automática.

O Novo Tracker, por ter uma família de motores mais compacta e eficiente precisa de menor quantidade de óleo e velas, por exemplo. Além disso, componentes mecânicos foram reposicionados e/ou otimizados para que o tempo necessário para a execução dos serviços fosse drasticamente reduzido. Tudo isso resultou em uma redução de mais de 20% no custo de manutenção do carro. Dessa forma, o Novo Tracker passa a ter valores de revisão programada até 60 mil km tão acessíveis como os de hatches populares.

Motos

As novas Honda CB 650R NSC e CBR 650R 2020

As Honda CB 650R NSC e CBR 650R 2020 já estão na rede de concessionárias. Mais do que uma simples renovação da família 650, a troca da letra "F" por "R" indica uma linha mais esportiva além da verdadeira revolução na parte técnica e no design. A CB 650R segue o estilo Neo Sports Café, inaugurado pela CB 1000R, enquanto a CBR 650R se destaca pela maior agressividade. Em ambas as versões há um menor peso a seco

Ambas têm garantia de três anos, sem limite de quilometragem, além do Honda Assistance (Assistência 24 horas) durante o período que durar a garantia. O preço sugerido para a Honda CB 650R 2020 é de R$ 37.900. Para a Honda CBR 650R 2020 o preço sugerido é de R$ 39.500, ambos base Estado de São Paulo.

A Honda CB 650R 2020 segue plenamente o conceito trazido pela CB 1000R Neo Sports Café, que mescla design minimalista com a agressividade típica das café racer, fator este explicitado pela substituição do sufixo "F" pelo "R", que desde sempre designa as Honda de verdadeira inspiração esportiva.

Já a CBR 650R 2020 tem nas formas de sua carenagem uma clara identidade com a superesportiva de referência da Honda, a Fireblade. Além disso, a CBR 650R também segue o conceito "Total Control", e mesmo com a troca do "F" pelo "R" no nome segue sendo uma sport-touring acessível para usuários de diferentes níveis, satisfazendo desde os mais experientes a novatos que desejam evoluir na pilotagem.

A CB 650R explora o conceito Neo Sports Café através de proporções ultracompactas, que exaltam o motor quatro cilindros em linha e conciliam agressividade com elegância. Com peso reduzido em cerca de 4 kg, a nova naked traz uma sofisticada suspensão dianteira tipo invertido, cálipers do freio dianteiro com fixação radial e rodas ainda mais leves.

A posição de pilotagem permite um posicionamento agressivo graças ao guidão de alumínio cônico e pedaleiras levemente recuadas. A iluminação Full-LED destaca o novo grupo ótico dianteiro, circular, elemento característico do estilo Neo Sports Café. O painel de instrumentos é do tipo Black out LCD e inclui indicador de marchas engatadas e luz-alerta "shift-up", que avisa o momento ideal para troca de marchas.

A sport-touring CBR 650R exala a agressividade que se espera de uma genuína herdeira da tradição CBR. A carenagem tem como destaque a parte frontal, composta pelo novo grupo ótico duplo e tomadas de ar, elementos que evidenciam a forte esportividade do modelo.

O novo banco em dois níveis, a rabeta essencial e os semi-guidões fixados sob a mesa superior, que oferecem posicionamento ideal para pilotagem esportiva, são outros detalhes que deixam clara a intenção de ampliar as capacidades esportivas do modelo. Iluminação Full-LED, painel Black out, indicador de marchas também estão presentes na CBR 650R, assim como a inédita suspensão invertida, a frenagem com cálipers radiais e as rodas aliviadas.

Elementos em comum a estas duas Honda 650 são motor e chassi. O tetracilindro DOHC arrefecido a líquido é dotado de câmbio de seis marchas com embreagem assistida, deslizante e sistema HSTC - Honda Selectable Torque Control.

O chassi tubular de aço segue a arquitetura tipo Diamond, com a zona da fixação do eixo da balança realizada em aço estampado e não mais em aço forjado, o que resultou em uma economia de peso de 1,9 kg se comparado com o chassi da "F.

Motor & Ciclística

A atualização técnica do motor que equipa a CB 650R e CBR 650R teve por objetivo oferecer desempenho mais esportivo aos modelos. Deste modo, o tetracilíndro DOHC de 16 válvulas e exatos 649 cm3 recebeu alterações que visaram aumentar a entrega de potência em médias rotações. A potência máxima é de 88,4 cv à 11.500 rpm o torque é de 6,13 kgm.f a 8.000 rpm.

O sistema de admissão de ar da CB 650R é composto por duas tomadas de ar situadas ao lado do tanque. Na CBR 650R, as tomadas de ar - também duplas - estão situadas na parte frontal da carenagem. Em ambas, a caixa do filtro de ar foi modificada em relação às "F", alteração que é, em parte, responsável pelas características de entrega de potência otimizadas. Outra modificação relevante é a majoração dos coletores de escape, cujos tubos passaram de 35 para 38,1 mm de diâmetro, com o intuito de atender os maiores níveis de potência e rotação máxima.

A embreagem agora é do tipo deslizante, o que previne repentinas perdas de aderência da roda traseira no caso de reduções de marcha extremas, frequentes na pilotagem esportiva. O acionamento da embreagem se vale de assistência, que reduziu em 12% o esforço necessário para o acionamento da alavanca.

O sistema de controle de tração HSTC - Honda Selectable Torque Control -, se encarrega de conter eventuais perdas de aderência do pneu traseiro em situações de forte aceleração. Tal dispositivo proporciona tranquilidade para a pilotagem em pisos de baixa aderência. Pilotos experientes podem optar pela desativação do controle de tração através de um botão situado no punho esquerdo.

As Honda CB 650R e CBR 650R compartilham um chassi tubular de aço tipo Diamond, que difere daquele usado nas "F" principalmente na região do eixo da balança de suspensão traseira, alteração que resultou em economia de peso de exato 1,9 kg. As traves que sobem em direção guidão também tiveram sua especificação modificada, estando mais flexíveis na região central e mais rígidas na conjunção com a coluna de direção. Tal alteração foi motivada pela introdução de uma nova suspensão dianteira, a Showa SFF do tipo invertido. Suspensões invertidas tem como vantagem a redução do peso não suspenso.

A sigla SFF vem de "Separated Function Fork", que remete à tecnologia que separa as funções entre as bengalas, na qual uma age como amortecedor de dupla ação e outra como mola. A suspensão traseira tem um conjunto mola-amortecedor regulável na pré-carga da mola em sete posições, trabalhando vinculado diretamente a balança de suspensão traseira assimétrica.

A frenagem também evoluiu: o sistema ABS antitravamento atua no par de discos dianteiros tipo flutuante através de cálipers de quatro pistões fixados radialmente. O disco traseiro se vale de cáliper de pinça simples. Novas também são as rodas, mais leves, com cinco raios duplos que calçam pneus de medidas 120/70-ZR17 na dianteira e 180/55-ZR17 na traseira.

Design & Aspectos práticos

Compacta e agressiva, a CB 650R se caracteriza pela curta rabeta e grupo ótico circular aderente à suspensão e painel de instrumentos. Distingue o estilo Neo Sports Café o longo tanque, de formato musculoso, que praticamente se funde com o poderoso motor de quatro cilindros em linha. A chave de ignição está posicionada na parte frontal do tanque e o painel retangular LCD Black out, em conjunto com o guidão cônico plano, se apresentam como protagonistas indiscutíveis do design marcante desta novíssima naked.

Já a CBR 650R é a esportividade pura em forma de motocicleta. Os faróis duplos com extremidades voltadas para o alto remetem imediatamente à fonte de inspiração de seu design, a superesportiva Fireblade. O tanque se apresenta com formas estudadas para o necessário contato físico que requer a pilotagem esportiva, enquanto o conjunto formado pelo assento em dois níveis e rabeta compacta complementa a silhueta, que valoriza a centralização de massas, qualidade intrínseca de todas motocicletas esportivas.

A posição de pilotagem de ambas foi revista em relação às precedentes "F": na CB 650R, o guidão foi avançado em 13 mm e está 8 mm mais baixo, alterações que foram complementadas pela elevação das pedaleiras em 6 mm e recuo de 3 mm. O resultado é um posicionamento mais esportivo e coerente com a proposta Neo Sports Café. A CBR 650R também recebeu medidas diferentes na posição de pilotagem, com os semi-guidões avançados em 30 mm e posicionados de maneira a permitir ao piloto aproveitar confortavelmente a proteção oferecida pela bolha para-brisa.

Um dispositivo de segurança suplementar equipa a CB 650R e CBR 650R: trata-se do Emergency Stop Signal, que reconhece frenagens de emergência em velocidades superiores a 56 km/h e, através de sensores do módulo do ABS, aciona automaticamente o pisca-alerta.

A Honda CB 650R está disponível nas cores Azul perolizado, Vermelho e Prata metálico, enquanto a Honda CBR 650R nas Vermelha e Cinza metálico.

EXPEDIENTE

autojornal
o dia a dia motorizado

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista – SP – CEP 04553-900

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos. Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. ("controlada") em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações. O Banco possui como principal fonte de captação CDB's pré-fixados indexados ao CDI, sendo aproximadamente 1,72% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 98,28% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/ Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% suas obrigações com clientes. O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital. Neste sistema, utilizamos a parametrização de gerenciamento de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as principais e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Dividendo: Foi instituído o componente organizacional de Dividendo atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	2019	2018
Circulante	**516.775**	**431.377**
Disponibilidades	**579**	**1.868**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	**413.424**	**341.892**
Aplicações no mercado aberto	400.813	324.105
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.611	17.697
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6)	**–**	**2.462**
Carteira própria	–	2.462
Relações Interfinanceiras (nota 7)	**103.899**	**84.323**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	103.659	84.069
Créditos vinculados	31	38
Correspondentes	209	216
Operações de Crédito	**–**	**322**
Operações de crédito – Setor Privado	39	324
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(39)	(2)
Outros Créditos (nota 8)	**873**	**508**
Diversos	873	508
Outros Valores e Bens	**–**	**2**
Despesas antecipadas	–	2
Realizável a Longo Prazo	**15.316**	**15.821**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6)	**2.333**	**2.217**
Carteira própria	2.333	2.217
Outros Créditos (nota 8)	**12.983**	**13.604**
Diversos	12.983	13.604
Permanente	**58.031**	**55.896**
Investimentos (nota 9)	**57.992**	**55.846**
Participação em controlada no país	57.987	55.842
Outros investimentos	5	4
Imobilizado (nota 10)	**39**	**50**
Outras imobilizações de uso	201	234
(Depreciação acumulada)	(162)	(184)
Intangível (nota 11)	**–**	**–**
Gastos de organização e expansão	165	227
(Amortização acumulada)	(165)	(227)
Total do Ativo	**592.122**	**503.094**

Passivo	2019	2018
Circulante	**36.607**	**17.741**
Depósitos (nota 12)	**15.709**	**4.860**
Depósitos à vista	8.518	3.652
Depósitos interfinanceiros	5.378	521
Depósitos a prazo	1.808	–
Relações Interdependências	**3**	**5**
Recursos em trânsito de terceiros	3	5
Outras Obrigações (nota 13)	**23.950**	**13.563**
Cobrança e arrecadação de tributos	1	1
Sociais e Estatutárias	129	308
Fiscais e previdenciárias (nota 15)	624	385
Diversas	23.197	12.870
Exigível a Longo Prazo	**463.295**	**407.494**
Depósitos (nota 12)	**449.465**	**393.224**
Depósitos interfinanceiros	–	13.708
Depósitos a prazo	449.465	380.016
Outras Obrigações (nota 13)	**13.830**	**14.270**
Fiscais e previdenciárias (nota 15)	12.293	12.117
Diversas	1.537	2.153
Patrimônio Líquido (nota 17)	**89.170**	**77.859**
Capital de domiciliados no país	146.248	146.248
Reservas de capital	543	543
Reserva de lucros	7.746	7.181
Ajustes de avaliação patrimonial	149	124
Prejuízos acumulados	(65.516)	(76.237)
Total do Passivo	**592.122**	**503.094**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital realizado	Reservas de capital / Outras Reservas de capital	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**146.248**	**543**	**7.181**	**169**	**(74.692)**	**79.489**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(1.545)	(1.545)
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	(45)	–	(45)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**146.248**	**543**	**7.181**	**124**	**(76.237)**	**77.859**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	11.286	11.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	25	–	25
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	565	–	(565)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**146.248**	**543**	**7.746**	**149**	**(65.516)**	**89.170**
Saldos em 1º de julho de 2019	**146.248**	**543**	**7.181**	**124**	**(74.896)**	**79.396**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	9.746	9.746
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	25	–	25
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	565	–	(565)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**146.248**	**543**	**7.746**	**149**	**(65.516)**	**89.170**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.
Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 22.
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil (R$), moeda funcional do Banco.
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à declaração conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. **e) Outros créditos diversos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais e créditos tributários, registrados por seus valores históricos. **f) Investimentos:** Os investimentos em controlada e controlada em conjunto são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda pelo valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **h) Intangível:** Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável. A amortização dos Gastos com Implantação de Sistemas é calculada pelo método linear, a taxa anual de 10%. **i) Valor recuperável de ativos:** A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **j) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro-rata-temporis". **k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009. Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes – são inscritos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, reconhecidos, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perda provável, os possíveis pelos assessores jurídicos e provisões pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre a parte desse que excedeu a R$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, e diferenças temporárias as alíquotas vigentes. **m) Estimativas contábeis:** A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais perdas correntes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Disponibilidades	579	1.868
Aplicações em operações compromissadas (*)	8.114	1.988
	8.693	**3.856**

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, somente os montantes de aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com as obrigações de curto prazo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2019	2018
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (b)	400.813	324.105
Letras do tesouro nacional	285.398	205.687
Letras financeiras do tesouro	–	3.000
Notas do tesouro nacional	115.215	115.418
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.611	17.697
Certificados de depósito interfinanceiro (a)	12.611	17.697
	413.424	**341.892**

(a) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem rendimentos que variam entre 102% a.a. a 107,5% a.a. do CDI (2018 – 103% a.a. a 107,5% a.a. do CDI), com vencimentos entre 02/01/2020 a 27/02/2020 (2018 – 14/01/2019 a 25/02/2019). (b) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e possuem vencimento até 90 dias.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos – Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

	2019				
	Valor de Custo Atualizado	Até 360 dias	Após 360 dias	Total	Ajuste valor de mercado contrapartida do PL
Títulos disponíveis para venda:					
Notas do Tesouro Nacional (**)	2.184	–	2.333	2.333	149
	2.184	**–**	**2.333**	**2.333**	**149**

	2018				
	Valor de Custo Atualizado	Até 360 dias	Após 360 dias	Total	Ajuste valor de mercado contrapartida do PL
Títulos disponíveis para venda:					
Letras do Tesouro Nacional (*)	2.440	2.462	–	2.462	22
Notas do Tesouro Nacional (**)	2.115	–	2.217	2.217	102
	4.555	**2.462**	**2.217**	**4.679**	**124**

Rendimentos contratados dos papéis: (*) Possui rendimentos de IPCA+5,66% ao ano em 2019. (**) Possui rendimentos indexados ao IPCA+5,66% ao ano em 2019. Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. Relações Interfinanceiras

	2019	2018
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	103.659	84.069
Créditos vinculados	31	38
Correspondentes	209	216
Total	**103.899**	**84.323**

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada em conjunto), atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. Outros Créditos – Diversos

	2019	2018
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	12.983	13.604
Impostos a compensar	640	283
Valores a receber	100	100
Outros	133	125
	13.856	**14.112**
Curto Prazo	873	508
Longo Prazo	12.983	13.604

9. Investimentos – Participação em Controlada e Controlada em Conjunto no País

	VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda.	
	Controlada		Controlada	
	2019	2018	2019	2018
% de participação	95,46%	95,46%	31,03%	31,03%
Capital social				
Patrimônio Líquido	5.491	13.248	169.957	139.186
Lucro líquido	243	345	30.771	7.628
Valor contábil do investimento	5.242	12.647	52.745	43.195
Resultado de equivalência	232	329	9.550	2.366

As participações em controlada e em controlada em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10. Imobilizado

		2019			2018	
	Taxas anuais de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	45	(45)	–	45	(45)	–
Máquinas e equipamentos	10	53	(49)	4	53	(48)	5
Móveis e equipamentos	10	9	(7)	2	36	(34)	2

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)*

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira	**10.991**	**21.199**	**16.837**
Operações de crédito	–	38	34
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.991	21.199	16.837
Despesas da Intermediação Financeira	**(11.936)**	**(23.191)**	**(16.059)**
Captações no mercado	(11.936)	(23.191)	(16.059)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**(945)**	**(1.954)**	**812**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**11.047**	**13.614**	**(2.384)**
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	8.690	15.036	5.238
Despesas de pessoal	(1.467)	(3.877)	(4.427)
Outras despesas administrativas (nota 19)	(3.389)	(6.436)	(5.512)
Despesas tributárias	(471)	(701)	(355)
Resultado de participação em controlada (nota 9)	7.869	9.782	2.695
Outras receitas operacionais (nota 20)	808	1.541	1.932
Outras despesas operacionais (nota 21)	(999)	(1.731)	(1.275)
Resultado Operacional	**10.102**	**11.660**	**(1.572)**
Resultado não Operacional	**3**	**(3)**	**(13)**
Resultado antes da Tributação	**10.105**	**11.645**	**(1.585)**
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 14)	**(359)**	**(359)**	**–**
Provisão de IRPJ e CSLL	**(359)**	**(359)**	**–**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício	**9.746**	**11.286**	**(1.585)**
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação em Reais	**1,64**	**1,90**	**(0,26)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

aos Ecs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda. (Controlada em conjunto).
14. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	2019	2019	2018
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	10.105	11.645	(1.585)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.042)	(4.658)	(713)
Exclusões (adições):	3.683	4.299	(1.694)
Resultado de participação em controlada	3.148	3.913	(1.213)
Outras	535	386	(481)
Imposto de renda e contribuição social	(359)	(359)	–

15. Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher	624	385
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	12.293	12.117
	12.917	**12.502**
Curto Prazo	624	385
Longo Prazo	12.293	12.117

16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias – O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	Fiscais	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**11.708**	**2.153**	**251**	**14.112**
Depósitos	–	126	–	126
Baixas por pagamento (nota 21)	–	(633)	(1)	(634)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**11.708**	**1.646**	**250**	**13.604**
Depósitos	–	225	–	225
Baixas por pagamento (nota 21)	(137)	(709)	–	(846)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.571**	**1.162**	**250**	**12.983**

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais (a)	12.293	12.117
Provisão para riscos trabalhistas (b)	1.262	1.860
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	293	275
Total	**13.830**	**14.270**

(a) Classificados na rubrica "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 13. (b) Classificados na rubrica de "Outras obrigações – Diversas". Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	**11.938**	**2.992**	**453**	**15.383**
Constituição (19)	179	169	–	348
Baixas (2)	–	(1.301)	(160)	(1.461)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	**12.117**	**1.860**	**293**	**14.270**
Constituição (19)	176	165	–	341
Baixas (2)	–	(763)	(18)	(781)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	**12.293**	**1.262**	**275**	**13.830**

1) Valor referente a constituição de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota nº21 a). 2) Tem por natureza reversão de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota 20). Riscos Trabalhistas: São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são contabilizadas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos efetuados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação. Riscos Cíveis: São ações judiciais movidas de cárater indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes a relação de consumo, envolvendo, basicamente, com entrada em cadastro restritivo de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são contabilizadas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de perda com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. Riscos Fiscais: Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos (independentem

VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 64.835.226/0001-95 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – CEP 04553-900 – Brooklin Paulista-SP

Relatório da Administração

Senhores Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2019 e de 2018. *A Administração*

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	5.614	13.489	**Circulante**	123	241
Disponibilidades	113	65	Outras Obrigações	123	241
Aplicações Interfinanceiras			Fiscais e previdenciárias (nota 6)	123	241
De Liquidez	5.378	13.208	**Patrimônio Líquido (nota 7)**	5.491	13.248
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 4)	5.378	13.208	Capital de domiciliados no país	3.676	3.676
Outros Créditos	123	216	Reservas de capital	25	25
Diversos (nota 5)	123	216	Reservas de lucros	1.790	9.547
Total do Ativo	5.614	13.489	**Total do Passivo**	5.614	13.489

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

			Reservas de lucros			
	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.676	25	597	6.616	–	12.904
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	344	344
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	18	326	(344)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.676	25	605	8.942	–	13.248
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	243	243
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	12	231	(243)	–
Dividendos distribuídos				(8.000)		(8.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.676	25	617	1.173	–	5.491
Saldos em 01 de julho de 2019	3.676	25	613	9.111	–	13.425
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	65	65
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	3	62	(65)	–
Dividendos distribuídos				(8.000)		(8.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.676	25	617	1.173	–	5.491

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – A VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") foi constituída tendo como objetivo: (a) a subscrição, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, de emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (b) a intermediação de ofertas públicas e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (c) a compra e revenda de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, com a observância da regulamentação das agências reguladoras envolvidas; (d) a administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (e) a execução de funções de agente fiduciário; (f) a constituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento; (g) a constituição de sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (h) a prestação de serviços de intermediação, assessoria e/ou assistência técnica em atividades relacionadas com o mercado financeiro e de capitais; (i) a execução de outras atividades expressamente autorizadas por lei ou normativos expedidos por agências reguladoras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e demais normas, dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R$), moeda funcional da Distribuidora.

3. Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída a razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que exceder a R$ 240 mil/ exercícios. A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% de janeiro a 31 de agosto de 2015 e 20% de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN 3.429/2010. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Distribuidora não possui ativos e/ou passivos contingentes passíveis de registro e/ou divulgação.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estavam representadas por aplicação em depósitos interfinanceiros, realizados com o controlador Banco VR S.A.

Aplicações em depósitos interfinanceiros	2019	2018
CDI Pós – Ligadas	5.378	13.208
	5.378	13.208

Os depósitos são remunerados com base em 97% (2018 – 97%) da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI e possuem vencimento em 02 de janeiro de 2020. O resultado obtido com essas aplicações interfinanceiras no semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 571 (R$ 786 em 2018). O resultado obtido no semestre findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 179 (R$ 174 em 2018).

5. Outros Créditos – Diversos

	2019	2018
Impostos a Compensar (IR e CSLL)	123	216
Parcela de curto prazo	123	216

6. Outras Obrigações – Em 31 de dezembro de 2019, estão representados substancialmente por provisões para impostos e contribuição social, no montante de R$ 123 registrados no passivo circulante (R$ 241 em 2018).

7. Capital Social e Destinação dos Resultados – O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.676 (R$ 3.676 em 2018), representado por 2.676 quotas sem valor nominal. As reservas de lucros são constituídas com base na previsão do contrato social. Reserva Legal – 5% destinados à formação do computerme "Fundo de Reserva Legal" que garanta a integridade do Capital Social. Reserva Especial – Os resultados remanescentes são retidos e classificados à formação do competente "Fundo de Reserva Especial de Lucros". Reserva de Capital – Constituído por eles não transitados pelo resultado. Foi realizada em 30 de abril de 2019 a Reunião de sócios na qual foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 8 mil referente ao saldo da reserva de lucros.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	88	365	582
Imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10%	(10)	(67)	(121)
Contribuição social	(13)	(55)	(116)
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	(23)	(122)	(237)

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Receita da Intermediação Financeira	179	571	786
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	179	571	786
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(91)	(206)	(204)
Outras despesas administrativas (nota 9)	(83)	(179)	(168)
Despesas tributárias (nota 10)	(8)	(27)	(36)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	88	365	582
Imposto de Renda (Nota 8)	(10)	(67)	(121)
Contribuição Social (Nota 8)	(13)	(55)	(116)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	65	243	345

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Lucro Líquido Ajustado	65	243	581
Lucro líquido do semestre/exercício	65	243	345
Ajustes ao lucro líquido do semestre/exercício			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	122	237
Imposto de renda e contribuição social pago no semestre/exercício	(23)	(122)	
Variação de Ativos e Obrigações	7.592	7.805	950
Aumento (redução) das aplicações em depósitos interfinanceiros	7.972	7.830	(376)
Aumento (redução) de outros créditos	(43)	93	169
Aumento (redução) de outros obrigações – fiscais e previdenciárias	21	(118)	(4005)
Atividades de Financiamentos	(8.000)	(8.000)	–
Dividendos pagos	(8.000)	(8.000)	
Redução/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	57	(48)	(311)
Redução/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	15	48	(311)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício	98	65	96
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	113	113	65

9. Outras Despesas Administrativas	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Despesas de publicações	18	68	63
Despesas de Serviços Financeiros	34	48	41
Taxas de fiscalização	26	52	55
Outras	5	11	9
Total	83	179	168

10. Despesas Tributárias	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
COFINS	7	22	31
PIS	1	4	5
Total	8	27	36

11. Transações Entre Partes Relacionadas – As aplicações em depósitos interfinanceiros e as demais transações entre partes relacionadas são efetuadas pelas taxas normais de mercado, tomando como parâmetro as taxas médias praticadas nos bancos. As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2019		2018	
Banco VR S.A. (Controlador)	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Disponibilidades em conta corrente	113	–	65	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.378	571	13.208	786

12. Instrumentos Financeiros Derivativos – Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Distribuidora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Limites Operacionais – A Distribuidora, mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com o Banco VR S.A., seu controlador, de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional.

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e cotistas da
VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações da VR Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP 198.502/O-8

FRAZÃO Leilões **LEILÃO Online** 03/04/2020 6ª Feira - às 11hs Santander

Já está aberto na internet para receber lances.

18 IMÓVEIS

SP: Araraquara, Campinas. **CE:** Fortaleza, Euzébio. **GO:** Goiânia. **MA:** São Luis. **MT:** Pedra Preta. **PA:** Belém, Santarém. **PE:** Camaragibe. **PR:** Curitiba. **SE:** Aracajú. **SC:** Joinville.

CONDOMÍNIO E IPTU QUITADOS PELO BANCO ATÉ A DATA DO LEILÃO

Lance inicial até 70% abaixo do valor de mercado. Diversos imóveis desocupados.
Crédito Imobiliário em até 420 meses. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

Pirapora Agropecuária S.A.

CNPJ 83.699.231/0001-62

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018. As Demonstrações Financeiras completas e o relatório de Notas Explicativas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. As Demonstrações Financeiras completas foram auditadas pela GF Auditores que emitiu seu relatório em 25 de março de 2020.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Ativo	2019	2018	Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	416.469	22.484	Fornecedores	495.756	345.932
Clientes	403.699	843.808	Dividendos e juros sobre capital próprio	152.094	152.094
Estoques	2.851.305	4.291.519	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	488.305	153.880
Tributos a recuperar	8.981	249.729	Obrigações tributárias	18.600	114.987
Outros créditos	67.730	54.210	Parcelamento de impostos	–	71.584
	3.728.184	5.461.550	Contas a pagar	534.300	15.000
				1.689.085	853.487
Não circulante	10.537.898	10.537.898	**Não circulante**		
Projeto em parceria	1.544.261	–	Impostos diferidos	4.594.524	4.908.672
Impostos diferidos	493.158	104.257	Adiantamentos de clientes	729.143	–
Investimentos	8.984.588	8.415.000	Partes relacionadas	3.478.939	3.672.478
Imobilizado	8.085.486	11.536.817		8.802.606	8.581.150
Intangível	15.560	15.710	**Total do Passivo (circulante e não circulante)**	**10.491.691**	**9.434.637**
	29.660.951	**31.609.682**	**Patrimônio Líquido**		
			Capital social	2.349.600	2.349.600
			Reserva de capital	344.130	344.130
			Reserva legal	469.920	469.920
			Reserva de lucros	13.820.338	18.359.489
			Ajuste de avaliação patrimonial	6.113.456	6.113.456
				23.097.444	**27.636.595**
Total do Ativo	**33.389.135**	**37.071.232**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**33.389.135**	**37.071.232**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.349.600**	**344.130**	**469.920**	**18.606.037**	**6.475.866**	–	**28.245.553**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(246.548)	(246.548)
Ajuste de avaliação patrimonial parcela	–	–	–	–	2.637.557	–	2.637.557
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	(246.548)	–	246.548	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.349.600**	**344.130**	**469.920**	**18.359.489**	**6.113.456**	–	**27.636.595**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(4.739.151)	(4.739.151)
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	(4.739.151)	–	4.739.151	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.349.600**	**344.130**	**469.920**	**13.620.338**	**6.113.456**	–	**22.897.444**

Demonstração do Resultado dos Exercícios (Em Reais - R$)

	2019	2018
Receita operacional líquida	2.485.011	3.101.469
Custo dos produtos vendidos	(2.430.130)	(2.981.369)
Lucro bruto	**54.881**	**1.020.100**
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e Administrativas	(3.001.003)	(1.340.551)
Equivalência patrimonial	(430.411)	10.590
Ajuste líquido valor justo ativo biológico	(1.841.454)	38.976
Outras receitas (despesas) operacionais	(210.169)	46.436
	(5.483.037)	(1.244.549)
Prejuízo operacional	**(5.418.156)**	**(224.449)**
Resultado financeiro	**2019**	**2018**
Receitas financeiras	6.370	1.140
Despesas financeiras	(30.414)	(44.129)
	(24.044)	(42.963)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(5.442.200)**	**(267.432)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	–	(16.950)
Diferidos	703.049	37.834
	703.049	**20.884**
Prejuízo do exercício	**(4.739.151)**	**(246.548)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	**(2,02)**	**(0,10)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Método Indireto) (Em Reais - R$)

	2019	2018
Das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(5.442.200)**	**(267.432)**
Ajustes ao resultado que não afetam o caixa		
Depreciações e amortizações	1.128.669	1.539.418
Equivalência patrimonial	430.412	(10.590)
Valor residual de baixa/venda de imobilizado	1.660.639	1.182.913
Ajuste líquido - Valor justo ativo biológico	1.841.454	(38.976)
(=) Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	**(381.026)**	**2.394.333**
Variações nos ativos e passivos		
Clientes	439.909	556.588
Estoques	(2.318.866)	142.692
Tributos a recuperar	240.748	(10)
Outros créditos	6.480	280.838
Projeto em parceria	–	(4.546.415)
Depósitos judiciais	(4.571)	(37.445)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
IR e CS pagos	(812.470)	(732.706)
Tributos e contribuições a recolher	(65.632)	104.862
Obrigações sociais (encargos a recolher)	(6.171)	(1.694)
Obrigações trabalhistas (salários, férias)	162.593	285.024
Fornecedores	130.418	222.878
Demais contas a pagar	(8.579)	(19.796)
Parcelamento de impostos	(57.026)	(126.862)
Caixa gerado em atividades operacionais	**2.040.314**	**2.568.441**
Fluxo das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.753.491)	(2.747.538)
Caixa aplicado em atividades investimentos	**(1.753.491)**	**(2.747.538)**
Fluxo das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	1.206.149	–
Empréstimos e financiamentos com terceiros	(1.426.222)	281.809
Dividendos pagos	(50.000)	(50.000)
Caixa aplicado em atividades financiamentos	**(270.073)**	**231.809**
Aumento/redução caixa e equivalentes caixa	**16.750**	**(7.288)**
Caixa e equivalentes de caixa: Saldo inicial	67.353	74.641
Saldo final	84.103	67.353
Aumento/redução de caixa e equivalentes caixa	**16.750**	**(7.288)**
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	**416.469**	**22.484**
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	22.484	11.161
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**393.985**	**11.323**

Demonstração do Resultado Abrangente (Em Reais - R$)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	**(4.739.151)**	**(246.548)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(4.739.151)**	**(246.548)**

Diretoria

Marcio Kolli Takiguchi - Diretor Presidente
Denival Douglas Benício - Diretor Gerente

Contador

Antonio Carlos Machado - CRC 1SP178287/O-1

FRAZÃO Leilões **LEILÃO Online** 31/03/2020 3ª Feira - às 11hs Santander

Já está aberto na internet para receber lances.

18 IMÓVEIS

SP: Araraquara, Campinas. **CE:** Fortaleza, Euzébio. **GO:** Goiânia. **MA:** São Luis. **MT:** Pedra Preta. **PA:** Belém, Santarém. **PE:** Camaragibe. **PR:** Curitiba. **SE:** Aracajú. **SC:** Joinville.

CONDOMÍNIO E IPTU QUITADOS PELO BANCO ATÉ A DATA DO LEILÃO

Lance inicial até 70% abaixo do valor de mercado. Diversos imóveis desocupados.
Crédito Imobiliário em até 420 meses. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

www.jornalodiasp.com.br

FRAZÃO Leilões **LEILÃO Online** 03/04/2020 6ª Feira - às 11hs Santander

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

CASAS E APARTAMENTOS

EM TUPÃ/SP, SALVADOR/BA, CHAPECÓ/SC, BLUMENAU/SC, CATALÃO/GO, MOSSORÓ/RN

CONDOMÍNIO E IPTU QUITADOS PELO BANCO ATÉ A DATA DO LEILÃO

Lance inicial até 70% abaixo do valor de mercado. Crédito Imobiliário em até 420 meses.
Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Leia o Edital no site da leiloeira.
Cadastre-se para participar do leilão online. Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

Agro Nova Geração S/A

CNPJ nº 09.296.683/0001-40 - NIRE 35300348117

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 14:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Presidente Castelo Branco, km 259, CEP 18702 310, Fazenda Cantão do Rio Pardo, s/nº, -Cidade de Avaré/SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Avaré/SP, 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (26-27-28)

Agro Pecuária Furlan S/A

CNPJ nº 56.728.058/0001-00 - NIRE 35300036042

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 14:00 hrs., em sua Sede Social na Fazenda Bom Jesus, s/nº, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Santa Bárbara d´Oeste/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d´Oeste/SP., 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (26-27-28)

Usina Acucareira Furlan S/A

CNPJ nº 56.723.257/0001-26 - NIRE 35300035990

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

ORDEM DO DIA: Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGE, a realizar-se no dia 03/04/2020, às 09:00 hrs., em sua Sede Social na Rodovia Luiz de Queiroz (SP 304), km 143,5, Bairro Alambari, CEP 13450 970, Santa Bárbara d´Oeste/SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia Extraordinária: a) Eleição de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 c/c artigo 2.3 do Acordo de Acionistas. Santa Bárbara d´Oeste/SP., 04/03/2020. Damerson Evandro Furlan. (26-27-28)

BIOMM S. A.

CNPJ/MF Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE 31.300.016.510

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

BIOMM S.A. ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei 6.404/1976, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2020, às 14:00hs, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 706, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, Nova Lima/MG, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; (iii) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020; e (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Todos os documentos e informações pertinentes à Assembleia estão sendo examinados e deliberados na Assembleia, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei 6.404/1976 e pela Instrução CVM nº 481/09 encontram-se disponíveis na divulgação dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br). Para participação e deliberação na Assembleia presencialmente ou por meio de procurador, os acionistas deverão apresentar comprovante de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária de ações escriturais, conforme o caso: (i) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (ii) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e dos atos societários que comprovem poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato seja recebido, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Nesse caso, os acionistas poderão (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto ao Escriturador; ou, (iii) aos segues agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As manifestações, documentos e acionistas deverão observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos termos do artigo 3º

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

CNPJ nº 03.485.775/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia Müller de Bebidas e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que eventualmente considerarem necessários.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31.12.19	Controladora 31.12.18	Consolidado 01.01.2018	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18	Consolidado 01.01.2018
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa - reapresentado	4	11.503	4.658	12.465	14.711	5.965	13.441
Aplicações financeiras - reapresentado	5	35.640	68.883	91.552	48.727	81.905	116.647
Contas a receber de clientes	6	61.406	55.568	67.477	62.003	56.551	68.375
Estoques	7	101.245	117.000	101.747	107.363	125.191	108.273
Impostos a recuperar	8	3.808	6.110	902	3.960	6.337	1.312
Ativos biológicos	9				23.453	20.404	19.480
Outras contas a receber		7.033	6.354	6.872	9.934	8.351	8.078
Total do ativo circulante		220.635	258.573	281.015	270.151	304.704	326.606
Não Circulante							
Realizável a longo prazo:							
Impostos a contribuições a recuperar	8	2.770	9.550	8.818	4.033	10.953	10.533
Depósitos judiciais	20	47.274	23.081	22.672	47.316	23.114	22.745
Partes relacionadas	18	16.289	13.729	26.289	16.289	13.729	26.289
Estoques	7	478	477	1.001	478	477	1.001
Ativos biológicos	9					75	2.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27				689	1.056	1.271
Outras contas a receber		2.205	2.385	2.578	2.205	2.385	2.578
Investimentos							
em controladas	10	138.776	121.608	118.919			
Imobilizado	11	181.023	181.140	184.419	338.868	329.936	323.942
Direito de uso de ativos	12	3.756			11.032		
Intangível	13	335	394	337	382	475	451
Total do não circulante		392.906	352.364	365.033	421.292	382.200	391.777
Total do Ativo		613.541	610.937	646.048	691.443	686.904	718.383

Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31.12.19	Controladora 31.12.18	Controladora 01.01.18	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18	Consolidado 01.01.18
Circulante							
Empréstimos, financiamentos	14	1.106	1.620	1.595	15.492	13.122	13.262
Arrendamento a Pagar	12	3.076			20.479	6.827	22.174
Fornecedores	15	18.868	16.752	25.305	14.616	13.305	23.513
Obrigações sociais	16	15.353	13.473	25.687	16.822	15.091	25.920
Obrigações fiscais	17	17.591	13.403	4.212	17.817	13.644	4.212
Partes relacionadas	18	8.084	4.559	5.812	8.084	4.559	5.812
Obrigações por acordo judicial	19	-	30.000	22.838	-	30.000	22.838
Outras contas a pagar		3.215	3.989	5.870	3.416	4.177	6.272
Total do passivo circulante		67.293	83.796	99.219	93.763	104.106	115.105
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos	14	2.587	3.651	4.624	32.252	39.025	39.708
Arrendamento a Pagar	12	2.439	-	2.386	23.866	-	23.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	27.842	23.434	19.396	45.391	43.120	40.007
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	6.516	13.332	21.253	6.669	13.438	21.425
Provisão para restauração ambiental	21	-	-	-	462	491	582
Total do passivo não circulante		37.781	40.417	69.139	89.213	96.074	125.588
Patrimônio Líquido							
Capital social		61.417	61.417	61.417	61.417	61.417	61.417
Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Reserva para incentivos fiscais		6.145	4.160	3.090	6.145	4.160	3.090
Ajuste de avaliação patrimonial		90.855	92.614	94.838	90.855	92.614	94.838
Reservas de lucros		61.417	61.417	61.417	61.417	61.417	61.417
Lucros à disposição da Assembleia		288.634	267.117	256.925	288.634	267.117	256.929
Total do patrimônio líquido		508.467	486.724	477.690	508.467	486.724	477.690
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		613.541	610.937	646.048	691.443	686.904	718.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial Mais-valia	Mais-valia controladas	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Retenção de lucros	Lucros à disposição da Assembleia	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		61.417	(1)	3.090	47.092	47.746	47.417	12.284	49.133	477.690
Realização do custo atribuído	23.c				(2.091)	(133)			2.224	
Distribuição de dividendos com juros de anos anteriores	23.f									(3.489)
Aplicação em incentivos fiscais	23.b			1.070					(1.070)	
Reversão da reserva de retenção de lucros	23.d								(49.133)	49.133
Lucro líquido do exercício									17.082	17.082
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	23.f								(4.559)	(4.559)
Reserva de retenção de lucros	23.d								49.133	(49.133)
Lucros à disposição da Assembleia	23.e								(13.677)	13.677
Saldos em 31 de dezembro de 2018		61.417	(1)	4.160	45.001	47.613	47.417	12.284	49.133	467.712
Realização do custo atribuído	23.c				(1.739)	(20)			1.759	
Distribuição de dividendos com juros de anos anteriores	23.f									(2.735)
Aplicação em incentivos fiscais	23.b			1.985					(1.985)	
Reversão da reserva de retenção de lucros	23.d								(49.133)	49.133
Lucro líquido do exercício										32.562
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	23.f								(8.084)	(8.084)
Reserva de retenção de lucros	23.d								49.133	(49.133)
Lucros à disposição da Assembleia	23.e								24.252	24.252
Saldos em 31 de dezembro de 2019		61.417	(1)	6.145	43.262	47.593	47.417	12.284	49.133	508.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Líquida de Vendas e Serviços	24	440.160	420.048	476.823	447.020
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	25	(263.575)	(251.450)	(296.490)	(273.931)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	9	-	-	576	371
Lucro Bruto		176.585	168.598	180.909	173.460
Receitas (Despesas) Operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(2.332)	(810)	-	-
Com vendas	25	(94.679)	(100.898)	(94.679)	(100.898)
Gerais e administrativas	25	(51.957)	(54.723)	(51.957)	(58.875)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	6.983	(361)	6.698	230
		(137.579)	(156.792)	(139.938)	(159.543)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		39.006	11.806	40.971	13.917
Resultado Financeiro	26	(6.018)	9.319	2.792	6.681
Lucro Antes do IR e da CS		45.024	21.125	43.763	20.598
IR e CS					
Correntes	27	(8.054)	(5)	(8.563)	(188)
Diferidos	27	(4.408)	(4.028)	(2.638)	(3.328)
		(12.462)	(4.043)	(11.201)	(3.516)
Lucro Líquido do Exercícios		32.562	17.082	32.562	17.082
Lucro Líquido por ação do Capital Social - R$	28	20,61	10,81		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro Líquido do Exercício	32.562	17.082	32.562	17.082
Outros resultados abrangentes				
Resultado Abrangente Total do Exercício	32.562	17.082	32.562	17.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício		32.562	17.082	32.562	17.082
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para IR e CS	27	12.462	4.043	11.201	3.517
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	-	-	(576)	(371)
Resultado de equivalência patrimonial	10	2.332	810	-	-
Depreciação e amortização de bens	25	22.808	21.340	29.416	25.003
Provisão para perdas no ativo	11	7	-	(40)	(101)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	1.979	(68)	1.979	(68)
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	592	76	620	220
Provisão para benefícios a funcionários	30	7.056	5.436	7.414	5.965
Provisão para perdas operacionais	9	95	(31)	95	(31)
Resultado da venda dos ativos biológicos	9	-	-	24.775	16.791
Resultado na venda de ativo permanente		(93)	(19)	(92)	303
Baixa de arrendamento	12	-	-	(1.887)	-
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(1.561)	(3.201)	(1.633)	(3.266)
Juros apropriados sobre passivos monetários		760	763	4.757	4.622
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	(7.384)	(36.261)	(7.326)	(36.314)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	21	-	-	1	125
Ganho em recuperação de créditos tributários		(1.343)	(3.472)	(1.343)	(3.472)
Baixa de saldo de parcela-mento tributário		-	(25.592)	-	(25.592)
		70.272	(19.094)	99.923	4.413
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(7.817)	11.977	(7.424)	11.886
Estoques		15.162	(14.805)	17.207	(16.614)
Impostos a recuperar		2.358	(3.879)	2.706	(3.294)
Depósitos judiciais		(23.727)	406	(23.745)	433
Partes relacionadas		-	-	-	-
Outras contas a receber		(574)	733	(1.475)	(49)
Fornecedores		2.117	(2.727)	1.785	1.345
Obrigações sociais		(5.176)	(4.689)	(5.683)	(5.489)
Obrigações fiscais		10.991	(5.238)	10.973	(5.230)
Obrigações por acordo judicial		(30.000)	30.000	(30.000)	30.000
Outras contas a pagar		(866)	3.663	(881)	3.410
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		32.740	(4.644)	63.388	20.811
Juros pagos		(702)	(416)	(2.961)	(3.294)
IR e CS pagos		(7.596)	(6.771)	(8.150)	(6.980)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		24.442	(11.831)	52.277	10.537
Aplicações financeiras - reapresentado		33.243	(1.586)	33.178	(14.608)
Integralização e adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	10	(19.500)	(3.500)		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11	(18.765)	(17.277)	(31.037)	(22.791)
Aquisição de intangível	13	(79)	(223)	(79)	(223)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		170	122	170	255
Gastos com plantio de cana-de-açúcar e soja	9	-	-	(27.172)	(23.452)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento - reapresentado		(4.931)	(22.464)	(24.940)	(60.819)
Caixa líquido das Atividades de Financiamento					
Recebimentos (pagamentos de partes relacionadas, líquidos		(3.676)	11.795	(3.676)	11.795
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos		-	3.000	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(1.604)	(1.713)	(10.353)	(10.490)
Pagamentos de passivos de arrendamento		(3.758)	-	(3.934)	-
Pagamentos de impostos e contribuições parcelados		-	(2.486)	-	(2.486)
Pagamento de dividendos	23	(3.628)	(5.363)	(3.628)	(5.363)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento		(12.666)	2.233	(18.591)	(6.544)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		6.845	(32.062)	8.746	(56.826)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício - reapresentado	4	4.658	36.720	5.965	62.791
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do Exercício - reapresentado	4	11.503	4.658	14.711	5.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R$, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações Gerais A Companhia Müller de Bebidas ("Companhia" ou "controladora"), sediada na cidade de Pirassununga, no estado de São Paulo, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista, inclusive na forma de associação ("joint ventures"). A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo (Destilaria Lagoado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento da cachaça e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco. A sede administrativa está localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A unidade fabril de Cabo de Santo Agostinho-PE passou a ser explorada pela Companhia em setembro de 2017, em virtude do processo de incorporação da controlada Companhia Müller de Bebidas Nordeste. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 80,8% (107% em 2018) do total de produção acabado enviado pela Companhia. Do total de cana-de-açúcar processada por esta unidade, 76,9% (71,1% em 2018) foram adquiridos do controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Córrego Fundo e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante de padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,2% (9,5% em 2018) do total produzido pela Companhia. Do total de cana-de-açúcar processada por esta unidade, 76,9% (71,1% em 2018) foram adquiridos do controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Córrego Fundo e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante de padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,2% (9,5% em 2018) do total produzido pela Companhia. Do total de cana-de-açúcar processada por esta unidade, 76,9% (71,1% em 2018) foram adquiridos do controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio EIRELI e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Córrego Fundo e Outros ("Condomínio GMFO"), este último pertencente aos acionistas controladores. A unidade de Cabo de Santo Agostinho-PE passou a ser explorada pela Companhia em setembro de 2017, em virtude do processo de incorporação da controlada Companhia Müller de Bebidas Nordeste. A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 80,8% (107% em 2018) do total de produção acabado enviado

Jornal O DIA SP

São Paulo, 28, 29 e 30 de março de 2020

...continuação dadora Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora. Os impactos da adoção da norma estão detalhados na Nota explicativa 12. **2.22. Representação do balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018** A Companhia e suas controladas, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros papéis". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM/ OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019 - item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente estabelecida em orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia e suas subsidiárias alteraram suas políticas contábeis anteriormente adotadas por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Companhia e suas controladas (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item "(b)" do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas. Para fins comparativos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma: • Reapresentação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa no balanço patrimonial e nas demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidos em 21 de março de 2019, e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018, originalmente emitido em 22 de março de 2018:

Controladora

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa e equivalente	29.139	(24.281)	4.658
Aplicações Financeiras	44.402	24.481	68.883
Ativo circulante - Outros	185.032	-	185.032
Ativo não circulante	352.364	-	352.364
Ativo total	610.937	-	610.937

Consolidado

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa e equivalente	43.468	(37.503)	5.965
Aplicações Financeiras	44.402	37.503	81.905
Ativo circulante - Outros	216.834	-	216.834
Ativo não circulante	382.200	-	382.200
Ativo total	686.904	-	686.904

Balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2018:

Controladora

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa e equivalente	36.720	(24.255)	12.465
Aplicações Financeiras	67.297	24.255	91.552
Ativo circulante - Outros	176.998	-	176.998
Ativo não circulante	365.033	-	365.033
Ativo total	646.048	-	646.048

Consolidado

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa e equivalente	62.791	(49.350)	13.441
Aplicações Financeiras	67.297	49.350	116.647
Ativo circulante - Outros	195.518	-	195.518
Ativo não circulante	391.777	-	391.777
Ativo total	718.383	-	718.393

Controladora

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(11.831)	-	(11.831)
Aplicações financeiras	22.895	(24.481)	(1.586)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.017	(24.481)	(22.464)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades financeiras	2.233	-	2.233
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(7.581)	(24.481)	(32.062)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.720	(24.255)	12.465
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	29.139	(24.481)	4.658

Consolidado

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.537	-	10.537
Aplicações financeiras	22.895	(37.503)	(14.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23.316)	(37.503)	(60.819)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.544)	-	(6.544)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(19.323)	(37.503)	(56.826)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62.791	(49.350)	13.441
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	43.468	(37.503)	5.965

• As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants. • Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade. **3. Critérios de Consolidação** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluídas a seguir, assim definidas porque a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais dessas empresas para auferir benefícios de suas atividades. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no fim do exercício:

	Vale do Xingu		Centro da Mata	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	18.281	16.170	31.244	29.974
Ativo não circulante	33.442	26.373	133.720	125.071
Ativo total	51.723	42.543	164.964	155.045
Passivo circulante	5.397	1.950	21.082	18.373
Passivo não circulante	4.679	775	66.753	54.882
Patrimônio líquido	41.647	39.818	97.129	81.790
Total do passivo e do patrimônio líquido	51.723	42.543	164.964	155.045
Receita líquida de vendas	15.626	12.420	26.208	20.439
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(12.852)	(10.760)	(25.284)	(17.606)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(95)	(859)	671	1.230
Despesas operacionais	(388)	(310)	(4.253)	(3.452)
Resultado financeiro	414	509	(3.640)	(3.147)
Imposto de renda e contribuição social	(676)	(199)	2.127	925
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.829	801	(4.161)	(1.611)

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as receitas entre as empresas por meio dos seguintes principais procedimentos: (a) eliminação dos saldos patrimoniais consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) cálculo de participações acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
	Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e bancos	3.089	2.585	3.747	5.282
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	8.414	2.073	10.964	2.683
Total	11.503	4.658	14.711	7.965

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o "rating" divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósitos bancários - CDBs.

5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
		Reapresentado		Reapresentado
Títulos de capitalização (a)	105	100	105	100
Fundos de investimento (b)	35.535	68.783	48.622	81.805
Total	35.640	68.883	48.727	81.905

As aplicações financeiras estão representadas por: (a) Títulos de capitalização e (b) cotas de fundos de investimento compostos principalmente por debentures, títulos públicos e privados.

6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
No mercado interno	66.994	59.767	67.591	60.750
No mercado externo	2.971	2.616	2.971	2.616
Provisão para perdas	(8.559)	(6.815)	(8.559)	(6.815)
Total	61.406	55.568	62.003	56.551

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O risco de crédito de determinadas contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 25 dias em 2019 (23 em 2018). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise dos clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
A vencer	59.885	55.055	60.482	56.038
Vencidas até 90 dias	1.750	469	1.750	469
Vencidas de 91 a 180 dias	1.606	165	1.606	165
Vencidas há mais de 180 dias	7.724	6.694	7.724	6.694
Total das contas vencidas	10.080	7.328	10.080	7.328
Total das contas a receber de clientes	69.965	62.383	70.562	63.366

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Em 1º de janeiro	6.815	7.341	6.815	7.341
Constituição (reversão) de provisão	1.979	(68)	1.979	(68)
Baixas como incobráveis	(235)	(458)	(235)	(458)
Em 31 de dezembro	8.559	6.815	8.559	6.815

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Produtos acabados	9.331	10.952	9.331	12.270
Produtos em elaboração	14.779	6.590	14.779	6.590
Matérias-primas (a)	59.887	76.955	60.203	77.145
Materiais para acondicionamento e embalagem	7.245	10.794	7.245	10.794
Materiais de almoxarifado e outros	9.435	9.591	15.526	16.535
Adiantamentos para fornecedores de cana-de-açúcar (b)	4.317	4.674	4.317	4.674
Provisão para obsolescência	(2.671)	(2.729)	(2.960)	(2.729)
Total	101.723	117.477	107.841	125.668
Circulante	101.240	117.000	107.363	125.191
Não circulante	478	477	478	477
Total	101.723	117.477	107.841	125.668

(a) Os estoques de matérias-primas em 31 de dezembro de 2019 na controladora apresentam redução de 22,2% (R$ 17.068 mil) em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, basicamente representada pela redução do saldo de açúcar em estoque. A redução decorre da produção a menor de 21,3% desta matéria prima em relação ao ano anterior (2018) e ao maior consumo em nosso período de safra (2019). (b) Referem-se a adiantamentos concedidos para fornecedores que serão realizados mediante entrega de cana-de-açúcar. A parcela de adiantamentos que realizada em período superior a 12 meses está registrada no ativo não circulante. Não há estoques de cana-de-açúcar dados em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Em 1º de janeiro	2.079	2.003	2.340	2.120
Constituição (reversão) de provisão	592	726	620	220
Em 31 de dezembro	2.671	2.079	2.960	2.340

8. Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.711	2.538	2.711	2.538
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.674	101	2.779	262
Imposto sobre Produtos Industrializado - IPI (a)	1.167	7.967	1.167	7.967
	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Imposto de renda e contribuição social	14	3.225	565	3.772
INSS	-	12	1.829	771	2.751
Total	6.578	15.660	7.993	17.290
Circulante	3.808	6.110	3.960	6.337
Não circulante	2.770	9.550	4.033	10.953
Total	6.578	15.660	7.993	17.290

(a) Refere-se a valores que serão recuperados em virtude de pagamento incluído indevidamente pela Receita Federal no Brasil nas parcelas do Parcelamento Especial - PAES.

9. Ativos Biológicos Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (a) cultivo de soja e criação de gado de corte até 2019 pela controlada Centro da Mata e (b) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima na produção de aguardente da Companhia. A composição dos saldos

	Consolidado			
	31.12.19		31.12.18	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Gado de corte:				
Com até 24 meses (cabeças)	-	-	30	31
Gado reprodutor (cabeças)	-	-	15	32
Equinos - reprodutores (cabeças)	-	-	59	12
Pastagens formadas (hectares)	-	-	367	225
Provisão para perdas no ativo	-	-	-	(225)
Lavoura de soja (hectares)	8.636	20.228	7.993	18.389
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares)	1.750	3.225	1.592	1.815
Total dos ativos biológicos		23.453		20.479
Ativo circulante		23.453		20.404
Ativo não circulante		-		75
Total dos ativos biológicos		23.453		20.479

b) Movimentação dos saldos

	Consolidado			
	Pecuária	Cana-de-açúcar	Soja	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.322	1.588	8.587	11.497
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(1.346)	(859)	2.576	371
Gastos com plantio e manutenção da lavoura	-	3.381	20.071	23.452
Abate	(8)	-	-	(8)
Vendas	(1.943)	(2.095)	(12.745)	(16.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	25	2.015	18.389	20.479
Variação no valor justo dos ativos biológicos	(30)	(95)	701	576
Gastos com plantio e manutenção da lavoura	-	4.705	22.468	27.173
Abate	(45)	(3.400)	(21.330)	(24.775)
Vendas	-	(1.245)	(14.228)	(15.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	3.225	20.228	23.453

Em 2019, a controlada Vale do Xingu possui 1.750 hectares (1.592 hectares em 2018) de cana-de-açúcar plantada, sendo 491 hectares (267 em 2018) em reforma e 1.259 hectares (1.325 hectares em 2018) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cachaça. Esse ativo está avaliado pelo valor justo, menos as despesas de vendas. Em 2019, a controlada Centro da Mata possui 8.636 hectares (7.993 hectares em 2018) de plantação de soja em terras próprias, com previsão de colheita para o período entre março de 2020, parcialmente negociada com terceiros conforme mencionado na nota explicativa nº 32.c). c) Determinação do valor justo e critérios de reconhecimento dos ativos biológicos: O valor justo dos ativos biológicos é remensurado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou a perda na variação do valor justo em cada exercício é demonstrado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo, menos as despesas de venda, apurada mês-a-mês corresponde ao custo histórico. Isso ocorre, por exemplo, quando, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que a transformação biológica tenha impacto sobre o preço material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. Gado de corte, matrizes e reprodutores Para o gado de corte, em 2018, foi utilizado o valor da arroba (unidade de peso) que considera a média dos últimos 30 dias anteriores a data base, ajustado pela categoria (idade e sexo) do rebanho. Para as matrizes e reprodutores foi utilizado o preço médio por arroba multiplicado pela média de pesagem por animal. A cotação segundo cada categoria e o preço médio por arroba foram obtidos em cidades próximas aos municípios de Nova Ubiratã e Lambari d'Oeste, ambos no Estado do Mato Grosso, município onde se localizam a Fazenda Vale do Mata e a Fazenda Santa Maria, respectivamente, nas quais existe um mercado ativo, e as cotações são publicadas no Boletim Pecuário Diário AGRA-FNP. Lavoura de cana-de-açúcar Em virtude da formação, as plantas ainda não atingiram o ponto de corte e, portanto, não há diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo, menos as despesas de venda, apurada mês-a-mês corresponde ao custo histórico. Isso ocorre, por exemplo, quando, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que a transformação biológica tenha impacto sobre o preço material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. Gado de corte, matrizes e reprodutores Para o gado de corte, em 2018, foi utilizado o valor da arroba (unidade de peso) que considera a média dos últimos 30 dias anteriores a data base, ajustado pela categoria (idade e sexo) do rebanho. Para as matrizes e reprodutores foi utilizado o preço médio por arroba multiplicado pela média de pesagem por animal. A cotação segundo cada categoria e o preço médio por arroba foram obtidos em cidades próximas aos municípios de Nova Ubiratã e Lambari d'Oeste, ambos no Estado do Mato Grosso, município onde se localizam a Fazenda Vale do Mata e a Fazenda Santa Maria, respectivamente, nas quais existe um mercado ativo, e as cotações são publicadas no Boletim Pecuário Diário AGRA-FNP. Lavoura de cana-de-açúcar Em virtude da formação, as plantas ainda não atingiram o ponto de corte e, portanto, não há diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo, menos as despesas de venda, apurada mês-a-mês corresponde ao custo histórico. Isso ocorre, por exemplo, quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que a transformação biológica tenha impacto sobre o preço material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

	31.12.19	31.12.18
Área estimada de colheita (ha)	1.750	1.592
Produtividade prevista (t/ha) (i)	71,06	71,88
Quantidade de ATR por tonelada da cana-de-açúcar (kg)	120	120
Preço médio/ton de ATR, a valor presente (R$) (ii)	0,71	0,66
Taxa de desconto (iii)	8,08%	9,26%

(i) A produtividade é calculada com base em dados históricos, por talhão de plantação, em

	Custo total	Depreciação acumulada	Provisão para perdas	31.12.19	Custo total	Depreciação acumulada	31.12.18
Terras e terrenos	15.216	-	-	15.216	15.216	-	15.216
Edificações e benfeitorias	130.329	(42.598)	-	87.731	117.952	(39.625)	78.327
Máquinas e equipamentos	173.699	(125.908)	-	47.791	156.244	(107.392)	48.852
Reservatórios e tonéis	52.600	(29.270)	-	23.330	50.922	(28.037)	22.885
Contentores e recipientes	17.972	(8.296)	(7)	9.675	16.315	(7.520)	8.795
Equipamentos de informática	3.563	(3.029)	-	534	4.096	(3.516)	580
Equipamentos agrícolas	11.421	(8.505)	-	2.916	10.982	(8.363)	619
Veículos	4.546	(4.079)	-	467	4.481	(3.790)	691
Móveis, utensílios e outros	2.407	(2.111)	-	296	2.380	(2.089)	291
Total em operação	401.753	(223.790)	(7)	177.956	378.588	(199.342)	179.246
Obras em andamento	3.067	-	-	3.067	1.894	-	1.894
Total	404.820	(223.790)	(7)	181.023	380.482	(199.342)	181.140

	Custo total	Depreciação acumulada	Provisão para perdas	31.12.19	Custo total	Depreciação acumulada	Provisão para perdas	31.12.18
Terras e terrenos	15.216	-	-	15.216	15.216	-	-	15.216
Edificações e benfeitorias	131.193	(44.685)	(153)	86.355	127.137	(41.008)	(182)	85.947
Máquinas e equipamentos	163.805	(115.141)	(4)	48.660	157.256	(107.639)	(5)	49.612
Reservatórios e tonéis	53.728	(26.476)	(12)	17.240	29.278	(13.571)	(18)	15.689
Contentores e recipientes	52.978	(29.421)	(4)	23.553	51.299	(28.150)	(9)	23.141
Veículos	8.030	(6.441)	-	1.589	7.942	(5.525)	-	2.417
Contentores e recipientes	17.972	(8.288)	(7)	9.677	16.316	(7.520)	-	8.796
Equipamentos de informática	3.705	(3.107)	-	598	4.221	(3.570)	-	651
Terras de exploração	126.593	-	-	126.593	120.606	-	-	120.606
Instalações pecuárias	-	-	-	-	755	(471)	(5)	279
Lavoura de cana-de-açúcar	10.277	(4.739)	-	5.538	9.888	(4.499)	-	5.389
Móveis, utensílios e outros	2.650	(2.330)	(6)	314	2.624	(2.316)	(9)	299
Total em operação	566.147	(230.628)	(186)	335.333	542.938	(214.269)	(227)	328.542
Obras em andamento	3.535	-	-	3.535	1.894	-	-	1.894
Total	569.682	(230.628)	(186)	338.868	544.432	(214.269)	(227)	329.936

Movimentação dos saldos

	Terras e terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios e tonéis	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.216	78.186	55.358	22.886	4.601	534	4.572	818	344	182.252	2.127	184.419
Aquisição	-	165	3.162	386	5.606	408	444	284	3	10.458	7.539	17.997
Baixas	-	(36)	(41)	(41)	(155)	(1)	-	-	(1)	(1.313)	-	(1.313)
Transferências	-	2.913	3.890	969	-	-	-	-	-	7.772	(7.772)	-
Depreciação	-	(2.908)	(13.517)	(1.355)	(1.397)	(134)	(1.397)	(411)	(62)	(21.173)	-	(21.173)
Em 31 de dezembro de 2018	15.216	78.327	48.852	22.885	8.795	580	3.619	691	284	179.246	1.894	181.140
Aquisição	-	194	6.260	206	3.550	209	334	147	10	10.710	8.360	19.070
Baixas	-	-	-	-	(21)	(1)	-	(3)	-	(76)	-	(76)
Transferências	-	2.220	2.772	1.805	-	-	6	105	-	6.765	(7.187)	(7)
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	(7)	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Depreciação	-	(2.928)	(10.042)	(1.360)	(2.646)	(250)	(1.142)	(431)	(44)	(18.897)	-	(18.897)
Em 31 de dezembro de 2019	15.216	77.731	47.791	23.330	9.675	534	2.916	467	296	177.956	3.067	181.023

	Terras e terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios e tonéis	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.216	89.987	55.971	54.295	22.966	2.139	4.605	367	111.559	401.105	7.579	31.432
Aquisição (*)	-	5.781	3.344	4.488	437	1.156	5.607	442	27	21	2.550	23.853	(558)
Baixas	-	(36)	(55)	(108)	-	-	(15)	(10)	(227)	(107)	-	(558)	-
Transferências	-	(6.665)	8.890	-	1.122	51	-	27	7.823	7.823	-	7.823	(7.823)
Depreciação	-	(3.151)	(13.594)	(2.996)	(1.388)	(929)	(1.397)	(148)	(137)	(1.063)	(24.803)	(24.803)	-
Contentores de provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	(178)	-	(178)	(178)	-
Reversão de provisão para perdas	-	31	56	10	4	-	-	-	-	-	101	101	-
Em 31 de dezembro de 2018	15.216	85.167	49.613	55.689	23.141	2.417	8.796	651	120.606	578	5.388	329.936	329.936
Aquisição (*)	-	10.056	6.459	1.334	-	274	3.553	224	-	59	1.899	23.838	8.844
Baixas	-	-	(39)	-	-	(39)	(21)	(1)	-	-	-	(101)	-
Transferências	-	(6.441)	2.771	3.316	1.805	(39)	-	-	5.987	(218)	-	6.981	(7.203)
Depreciação	-	(3.238)	(10.131)	(2.905)	(1.397)	(1.060)	(2.644)	(276)	-	(109)	(1.750)	(23.510)	-
Complemento de provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de provisão para perdas	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	40	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.216	86.355	48.669	57.240	23.553	1.589	9.677	598	126.593	314	5.538	335.333	3.535

(a) As aquisições ao imobilizado no exercício referem-se substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para operação nas safras 2019 e 2020. (b) Em 2019, as baixas e máquinas industriais e vasilhame de vidro pela Companhia. A depreciação do exercício foi alocada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Custo de produção	17.187	20.108	21.520	23.738
Despesas operacionais	1.710	1.065	3.378	2.665
Total	18.897	21.173	24.898	26.403

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R$2.634 (R$3.168 em 2018) na controladora e R$2.663 (R$3.196 em 2018) no consolidado. A vida útil correspondente, líquida dos efeitos tributários, foi transferida da rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" para "Lucros acumulados", a título de realização do custo atribuído, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido da Companhia e de suas controladas anilisadas as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2019, não houve alterações das referidas taxas de depreciação do ativo imobilizado em relação à Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável dos seus ativos imobilizados, exceto pela provisão apresentada a seguir: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em virtude da cessação das operações pecuárias, foi constituída provisão para perdas sobre os ativos relacionados a esta atividade que não apresentavam valor de realização, no decorrer de 2019 houve reversão na provisão no montante de R$47 (R$101 em 2018). Bens dados em garantia Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	7.067	(933)	6.134	7.067	(786)	6.281
Máquinas, aparelhos e equipamentos	6.989	(4.362)	2.627	6.989	(3.718)	3.271
Máquinas e implementos agrícolas	19.485	(10.349)	9.136	14.199	(8.269)	5.930
Veículos	2.965	(2.602)	363	2.630	(2.250)	380
Equipamentos diversos	246	(148)	98	246	(123)	123
Máquinas elétricas e hidráulicas	360	(52)	308	360	(44)	316
Total	37.112	(18.454)	18.658	31.491	(15.190)	16.301

12. Direito de uso e Arrendamento a pagar e parcerias Agrícolas Conforme descrito na nota explicativa nº 2.22 da Companhia e suas controladas, em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola durante o período foi a seguinte:

	Veículos	Imóveis	Empilhadeiras	Edificações e depósitos	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Adoção em 1º de janeiro de 2019	4.710	567	1.273	-	-	6.550
Adições	158	157	(57)	876	-	1.001
Depreciação	(2.758)	(182)	(768)	(87)	-	(3.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.110	409	448	789	-	3.756

	Consolidado					
	Veículos	Imóveis	Empilhadeiras	Edificações, depósitos e processos	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Adoção em 1º de janeiro de 2019	4.994	567	1.273	-	4.089	11.923
Adições	408	24	(57)	964	3.632	4.971
Cedido de Imposto - Ins (Pis e Cofins)	(22)	-	-	(88)	-	(110)
Depreciação	(2.930)	(182)	(768)	(87)	(1.785)	(5.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.450	409	448	788	6.936	11.032

	Indexador	Taxa anual
Modalidade	TJLP/TLP (*)	2,92% a 5,72%
FINAME		3,0% a 10,5%
FINAME	UMBNDES (**)	4,8%
Arrendamento	CDI	3,21% a 5,25%
Capital de giro		
Financiamento do Centro-Oeste - FCO		9,5% a 10%
Custeio agrícola		8,0%
Total		
Passivo circulante		
Passivo não circulante		

(*) TLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. (**) UMBNDES - Cesta de Moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos: Os recursos foram captados com o BNDES e liberados por agentes financeiros credenciados para aquisição de máquinas e equipamentos industriais e veículos, garantidos por alienação fiduciária dos equipamentos. O valor residual dos bens alienados fiduciariamente em 2019, apresentado na nota explicativa nº 11, é de R$ 10.391 (R$12.243 em 2018). Outras garantias: FCO - hipoteca das matrículas 2.365, 2.366 e 2.207, que compõem parte do imóvel denominado Fazenda Centro da Mata no município de Nova Ubiratã no montante de R$45.179, líquido de depreciação; e Custeio agrícola - penhor da colheita de soja da safra 2019/2020. As operações de arrendamento mercantil de veículos e máquinas e equipamentos demonstradas na nota explicativa nº 14 referem

Continuação... exigindo o pagamento de valores devidos pelo fornecimento de selos de controle de IPI no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2007. A Execução Fiscal (EF) ajuizada pleiteia o pagamento do valor de aproximadamente R$70.583 e reconhece que a Companhia já teria recolhido aproximadamente R$34.868, pelo que pede a União Federal o prosseguimento da ação com a penhora do valor correspondente à diferença entre os dois montantes. Os fatos tratados na Execução Fiscal decorrem de discussão travada há muitos anos pela Companhia e que tem por objeto a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da taxa de fornecimento dos selos de IPI, bem como o processo que discutia o direito da Companhia parcelar os débitos de selos de IPI junto ao programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Essa tese já foi julgada pelos Tribunais, tendo entendido o Supremo Tribunal Federal - STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade da cobrança da referida taxa. A Companhia apresentou, por meio de seus assessores legais, sua defesa, contudo a juíza responsável pelo caso preferiu não analisar, em defesa prévia, os argumentos de defesa apresentados, decidindo que os mesmos deveriam ser discutidos via processo de Embargos de Devedor, posteriormente apresentados. Como consequência dessa decisão, em novembro de 2019 foram penhorados R$35.716 da conta corrente da Companhia e, também, efetuado depósito judicial complementar de R$15, totalizando R$35.731. A administração considerou que as possibilidades de perda nessa defesa são remotas, conforme corroborado pela Opinião Legal anteriormente emitida pelos assessores legais da Companhia.

21 Provisão para Restauração Ambiental As terras adquiridas pela controlada Vale do Xingu em 2011 possuem Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental firmado pelos antigos proprietários, para cumprimento da legislação ambiental, que prevê o plantio de 122.415 mudas nativas em uma área total e não inferior a 73,45 hectares, o qual deve ser integralmente implementado até 2040. A Companhia estima um desembolso de caixa futuro para fazer face aos custos de adequação firmados nesse compromisso, descontado a valor presente, no montante de R$462 (R$491 em 2018). O valor atual de obrigações para cumprir com a legislação ambiental na propriedade rural da controlada Vale do Xingu depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos estimados e que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo a incorrer está a taxa de desconto. A controlada Vale do Xingu utiliza a taxa de desconto antes de impostos apropriada no fim de cada exercício, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de restauração ambiental de ativos. A taxa de desconto utilizada para 31 de dezembro de 2019 foi de 3,91% ao ano (4,77% ao ano em 2018). A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
No início do exercício	491	582
Complemento de provisão (nota explicativa nº 12)	-	(178)
Realização da provisão	(30)	(38)
Efeitos de ajuste a valor presente	1	125
No fim do exercício	462	491

22 Incentivos Fiscais A Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE conta com incentivos fiscais de âmbito federal e estadual a seguir especificados: a) Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE Em janeiro de 2018 AD Diper formalizou a aprovação de transferência do benefício PRODEPE, a partir de 1 de setembro de 2017 para a Companhia, por motivo de incorporação da Companhia Müller de Bebidas Nordeste. Esse benefício corresponde a redução, consoante o Decreto nº 28.150/05, o qual foi prorrogado pelo Decreto nº 35.335, de 21 de julho de 2010, de 75% do ICMS devido sobre as operações realizadas até setembro de 2022, sendo o referido incentivo apurado, como previsto na Lei nº 12.226/02, sob a forma de crédito presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o incentivo totalizou R$1.641 (2018 R$1.070). b) Incentivo fiscal de imposto de renda Em 2019, após homologação pela SUDENE, a Secretaria da Receita Federal do Brasil deferiu a Companhia o pleito de transferência do incentivo fiscal relacionado à redução do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, por motivo de incorporação da Companhia Muller de Bebidas Nordeste ocorrida em 31 de agosto de 2017. Essa redução corresponde, consoante o Laudo Constitutivo Complementar nº 0182/04, emitido pela ADENE e prorrogação por mais dez anos, conforme homologação de pedido efetuado à Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo nº 283/10, a 75% do imposto devido apurado até dezembro de 2019, calculado nos termos da legislação específica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o incentivo totalizou R$344 e em 2018 não foi apurado valor correspondente a esse incentivo, em virtude de não ter sido apurado lucro da exploração.

23 Patrimônio Líquido a) Capital social Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social está representado por 1.580.489 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de janeiro de 2013, a qual aprovou as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2008, 2009, 2010 e 2011, foi deliberada a capitalização do saldo dos lucros acumulados apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, deduzido da parcela de dividendo suplementar, sem a emissão de novas ações, no montante de R$101.194 ("capitalização"). Dessa forma, o capital social foi elevado de R$61.417 para R$162.611. A referida capitalização foi objeto de questionamentos por acionista, em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 16/2013. Em setembro de 2016, o Tribunal Arbitral proferiu sentença, determinando a anulação da capitalização do valor de R$101.194, bem como a reversão parcial da reserva legal relativa aos exercícios sociais encerrados em 2013, 2014 e 2015, no montante de R$7.155, essa última em reflexo à anulação da capitalização e, ainda, que esses valores fossem objeto de destinação pelos acionistas por meio de nova deliberação em sede de Assembleia Geral. Em decorrência do exposto, o capital social integralizado da Companhia foi reduzido para R$61.417, devidamente refletido nos documentos societários. Em cumprimento à referida sentença arbitral, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 8 de março de 2017 com o objetivo de deliberar acerca da destinação dos referidos valores. Nesta assembleia foi deliberado a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$22.545, sendo que o saldo remanescente permaneceu na conta "Lucros à disposição da Assembleia" até que nova destinação seja dada pelos acionistas em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia. Ressalta-se que a questão relativa à capitalização de lucros foi objeto de novo procedimento arbitral conforme mencionado no item "e", adiante. b) Reserva para incentivos fiscais Corresponde aos valores decorrentes de incentivos fiscais de reduções havidas nos âmbitos do imposto sobre a renda e do ICMS, conforme mencionados na nota explicativa 22, no valor R$6.145 (R$4.160 em 2018). c) Ajuste de avaliação patrimonial Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados. d) Reservas de lucros Reserva legal A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Desde o exercício social encerrado em 2016 este limite foi atingido, motivo pelo qual o saldo desta conta permanece inalterado. Retenção de lucros Os orçamentos de capital para projetos de investimento da Companhia e de suas controladas totalizam R$108.920 (R$146.388 em 2018), dos quais R$50.756 (R$101.392 em 2018) com recursos próprios. A proposta da Administração, em observância ao artigo 192 da Lei nº 6.404/76, levando em consideração a previsão de retenções constante no artigo 196 da referida Lei, é de retenção do montante de R$49.133 (R$49.133 em 2018), que está apresentada em rubrica específica, para aplicação nos termos do orçamento de capital que será submetido à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. e) Lucros à disposição da Assembleia Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa rubrica, no montante de R$288.634 (R$267.117 em 2018), é composto pelos seguintes valores: (i) R$264.382 que se referem a saldo remanescente (após a aprovação do pagamento de dividendos e demais destinações) do lucro líquido de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleias de acionistas, a saber:

Exercício Social findo em	Assembleia geral de acionista realizadas em:	R$
31 de dezembro de 2012	10/setembro/2013	57.518
31 de dezembro de 2014	26/maio/2015	25.121
31 de dezembro de 2015	18/maio/2016	26.096
Efeito líquido do cumprimento à sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no âmbito do procedimento arbitral nº 16/2013, conforme mencionado nos itens "a" e "f" desta nota explicativa	08/março/2017	85.804
31 de dezembro de 2016	25/abril/2017	44.950
31 de dezembro de 2017	27/abril/2018	13.951
31 de dezembro de 2018	02/maio/2019	10.942
		264.382

R$24.252 que se refere ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (após o provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios calculados à razão de 25%), o qual será destinado em conformidade com o que for deliberado na Assembleia Geral que aprovar as contas do referido exercício social (prevista para ser realizada no mês de abril de 2020), podendo ser capitalizado ou distribuído como dividendos, observado o limite máximo previsto no Acordo de Acionistas da Companhia. O saldo desta conta foi objeto de questionamentos por acionistas em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SEC4. Em 9 de setembro de 2019 foi proferida sentença no âmbito do referido Procedimento Arbitral segundo a qual as Cláusulas 5.3 e 5.3.1 do Acordo de Acionistas foram declaradas válidas, ou seja, o equivalente a 25% do lucro líquido deverá ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório. Por sua vez, os acionistas podem deliberar distribuir dividendos limitados a 40% do lucro passível de distribuição, sendo que a parcela restante deverá ser objeto de orçamento de capital e/ou capitalizados. Em 23 de dezembro de 2019 foi realizada assembleia de acionistas para deliberar sobre a destinação do saldo da conta de "Lucros à Disposição da Assembleia", observado o disposto na referida sentença arbitral. Os acionistas, por unanimidade, deliberaram pela suspensão desta assembleia determinando que ela deverá ser retomada em 30 de março de 2020. f) Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais (i) Dividendo mínimos obrigatório propostos - a proposta de dividendos mínimos obrigatórios consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído. Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	32.562	17.082
Incentivos fiscais	(1.985)	(1.070)
Realização do custo atribuído	1.759	2.224
Base de cálculo dos dividendos	32.336	18.236
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	8.084	4.559
Dividendo por ação em reais	5,11	2,88

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. (ii) Dividendo adicionais - Distribuição de dividendos com lucros de exercícios anteriores: por deliberação de Assembleia geral de acionistas procedeu-se à distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, limitado a 40% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do estatuto social da Companhia e no Acordo de Acionistas, a saber:

Exercício social findo em:	Data da realização da AGO	Valores R$	Dividendo por ação (Em R$)
31 de dezembro de 2017	27 de abril de 2018	3.489	2,21
31 de dezembro de 2018	02 de maio de 2019	2.735	1,73

Conforme deliberado nas mencionadas Assembleias, os dividendos adicionais foram pagos a título de juros sobre o capital próprio, calculados nos termos do que determina o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deduzidos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

24 Receita Líquida de Vendas e Serviços A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Mercado interno	661.497	640.619	700.922	670.457
Mercado externo	13.585	12.578	13.585	12.578
IPI	(128.540)	(124.783)	(128.540)	(124.783)
ICMS	(62.411)	(59.114)	(62.411)	(59.114)
COFINS	(35.050)	(38.783)	(35.754)	(39.573)
PIS	(7.609)	(8.420)	(7.763)	(8.591)
ISS	-	-	(286)	(276)
Contribuição sobre a produção rural	-	-	(1.362)	(1.169)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(1.312)	(2.049)	(1.568)	(2.509)
Receita líquida das vendas	440.160	420.048	476.823	447.020
Classificadas como:				
Vendas de produtos	440.160	420.048	434.989	414.161
Vendas de ativo biológico	-	-	33.784	24.663
Vendas de serviços	-	-	8.050	8.196
Total	440.160	420.048	476.823	447.020

25 Apresentação da Demonstração do Resultado por Natureza A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Consumo de matérias-primas e materiais	(156.721)	(134.882)	(163.707)	(139.782)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(100.115)	(109.165)	(107.724)	(116.904)
Manutenção, melhorias e limpeza	(19.841)	(19.192)	(23.946)	(21.186)
Depreciação e amortização	(22.808)	(21.340)	(29.417)	(25.003)
Despesas com vendas e exportações	(67.244)	(74.773)	(68.163)	(74.773)
Baixas de bens do imobilizado	93	19	91	19
Expedição, fretes e carretos	(11.193)	(12.808)	(11.199)	(12.812)
Energia, tarifas e locações	(7.642)	(11.902)	(16.335)	(17.396)
Outras receitas (a)	11.378	29.308	11.378	29.308
Outras despesas (b)	(24.729)	(52.697)	(27.406)	(54.945)
Total	(398.822)	(407.432)	(436.428)	(433.474)
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(263.575)	(251.450)	(258.354)	(245.565)
Custos das vendas de ativo biológico	-	-	(30.256)	(20.747)
Custo das vendas de serviços	-	-	(7.880)	(7.619)
Sub-total custo dos produtos vendidos	(263.575)	(251.450)	(296.490)	(273.931)
Despesas com vendas	(94.679)	(100.898)	(94.679)	(100.898)
Despesas gerais e administrativas	(47.551)	(54.723)	(51.957)	(58.875)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.983	(361)	6.698	230
Total	(398.822)	(407.432)	(436.428)	(433.474)

(a) Nesse saldo encontra-se o valor de R$ 10.654 relativo a baixa do passivo sub judice de Pis e Cofins, em virtude da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo (em 2018 encontra-se o valor de R$25.592 e refere-se a baixa do saldo de parcelamento dos Selos de Controle). (b) Em 2018, conforme nota explicativa nº 19, neste saldo encontra-se o efeito líquido da reversão do saldo relativo a provisão de despesas com a substituição de vasilhame logomarcado e das despesas com o acordo firmado, no valor de R$26.281.

26 Resultado Financeiro

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(773)	(468)	(4.763)	(4.340)
Demais despesas	(839)	(741)	(1.922)	(998)
Total das despesas financeiras	(1.612)	(1.209)	(6.685)	(5.338)
Rendimentos de aplicações financeiras	4.601	6.629	5.501	7.813
Juros sobre partes relacionadas	1.458	1.777	1.458	1.777
Atualização de outros ativos monetários	1.149	1.637	1.271	1.637
Outras receitas	850	930	1.721	1.297
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(428)	(445)	(474)	(505)
Total das receitas financeiras	7.630	10.528	9.477	12.019
Resultado financeiro	6.018	9.319	2.792	6.681

27 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar. Os valores de compensação são os seguintes: Ativo não circulante

	Consolidado Vale do Xingu 31.12.19	Consolidado Vale do Xingu 31.12.18
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social	-	435
Valor justo dos ativos biológicos	367	375
Outras provisões e diferenças temporárias	322	246
Total do imposto de renda e da contribuição social ativos	689	1.056

	Controladora 31.12.19	Controladora 31.12.18	Centro da Mata 31.12.19	Centro da Mata 31.12.18	Consolidado 31.12.19	Consolidado 31.12.18
Ativo não circulante						
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social	2.043	5.715	7.417	5.019	9.460	10.734
Outras provisões e diferenças temporárias	10.115	11.132	206	308	10.321	11.440
Total do imposto de renda e da contribuição social ativos	12.158	16.847	7.623	5.327	19.781	22.174
Passivo não circulante						
Custo atribuído ao imobilizado	(22.287)	(23.182)	(24.518)	(24.527)	(46.805)	(47.709)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	(648)	(476)	(648)	(476)
Depreciação de vida útil revisada - Lei nº 11.638/07	(10.326)	(9.269)	-	-	(10.326)	(9.269)
Outras diferenças temporárias	(7.387)	(7.830)	(6)	(10)	(7.393)	(7.840)
Total do imposto de renda e da contribuição social passivos	(40.000)	(40.281)	(25.172)	(25.013)	(65.172)	(65.294)
Total do passivo, líquido	(27.842)	(23.434)	(17.549)	(19.686)	(45.391)	(43.120)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

	Ativo não circulante: Vale do Xingu	Passivo não circulante: Controladora	Passivo não circulante: Centro da Mata	Passivo não circulante: Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.056	(23.434)	(19.686)	(42.064)
Resultado do exercício	(367)	(4.408)	2.137	(2.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	689	(27.842)	(17.549)	(44.702)

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. As controladas Vale do Xingu e Centro da Mata também constituíram provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração. Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo conforme a seguir:

Ano	Controladora 2019	Consolidado 2019
2020	11.020	11.914
2021	1.138	1.253
2022	-	1.025
2023	-	2.435
2024	-	3.502
2025	-	341
Total	12.158	20.470

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	45.024	21.125	43.763	20.598
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(15.308)	(7.183)	(14.879)	(7.003)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(793)	(275)	-	-
Incentivos fiscais e doações incentivadas (*)	1.051	364	1.051	364
Juros sobre o capital próprio	2.480	3.162	2.480	3.162
Outras diferenças permanentes	108	(111)	147	(39)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(12.462)	(4.043)	(11.201)	(3.516)
Correntes	(8.054)	(5)	(8.563)	(188)
Diferidos	(4.408)	(4.038)	(2.638)	(3.328)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(12.462)	(4.043)	(11.201)	(3.516)
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	27,68	19,14	25,59	17,07

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 24 e outras doações incentivadas.

28 Lucro Básico e Diluído Por Ação Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	32.562	17.082
Quantidade de ações emitidas (milhares)	1.580.489	1.580.489
Lucro básico e diluído por ação - R$	20,60	10,81

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente.

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Aquisição de imobilizado com financiamentos	-	720	1.355	8.641
Direito de uso de ativos	7.551	-	16.806	-
Dividendos mínimos propostos	8.084	4.559	8.084	4.559
Total	15.635	5.279	26.245	13.200

30 Benefícios a Empregados A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R$7.056 (R$5.436 em 2018) na controladora e R$7.414 (R$5.965 em 2018) no consolidado. A participação nos resultados de 2019 e 2018 foi definida com base em indicadores e metas de desempenho operacional, não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

31 Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco 31.1. Informações gerais A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, têm operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controles consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, em comparação com as taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5, são reconhecidos pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até o fim de cada exercício, os quais se aproximam do seu valor de mercado. b) Contas a receber de clientes: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 6. c) Financiamentos e Empréstimos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 14. d) Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 18. e) Outros valores a receber e outros passivos reconhecidos nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. 31.2. Fatores de risco financeiro As atividades da Companhia e de suas controladas expõem estas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria, a qual identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. a) Risco de mercado Risco cambial e do fluxo de caixa associado com taxa de juros Considerando que a Companhia e suas controladas não possuem operações significativas em moeda estrangeira, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia e de suas controladas são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de câmbio. O risco de taxa de juros decorre de ativos financeiros ao valor justo. Os saldos de financiamentos de curto e de longo prazos não são significativos. Os ativos financeiros às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. A política que vem sendo adotada pela área da Tesouraria da controladora é a de manter a totalidade de seu excedente de caixa aplicado em títulos e fundos com remuneração mediante a taxa de juros que varie de acordo com o CDI, como divulgado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, obedecendo aos seguintes critérios: (i) As aplicações financeiras devem ser efetuadas em modalidades que apresentem baixo e médio riscos sujeitas à remuneração pela variação do CDI. (Exemplos: CDBs, operações compromissadas e fundos de investimento classificados como baixo e médio riscos). (ii) As aplicações em operações compromissadas, que são lastreadas em papéis, devem, preferencialmente, ter lastro em papéis das próprias instituições financeiras ou de empresas do mesmo Companhia (exemplo: debêntures das empresas de "leasing"). (iii) Para aplicações em fundos de investimento, estes devem, preferencialmente, investir em ativos de renda fixa, como títulos públicos, CDBs, debêntures, letras financeiras e operações compromissadas. (iv) As concentrações de recursos aplicados por instituição e modalidade devem ser evitadas. A diversificação das aplicações diminui o risco global de perdas consideráveis de juros e principal, advindas de situações adversas a que tais operações estão sujeitas. A área de Tesouraria da Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, com base nos quais a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os ativos que representam as principais posições com juros. Com base nas análises realizadas, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações e mútuos a receber:

Controladora

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2019	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	43.949	CDI	2,7%	255	510
Mútuo a receber – mútuo	9.315	CDI	2,81%	65	131
Empréstimos e financiamentos	(1.340)	TJLP/TLP	5,09%	(17)	(34)
Arrendamentos financeiros	(1.163)	CDI	4,40%	(13)	(26)
Total				290	581

Controladora

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2018	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	70.856	CDI	3,96%	683	1.367
Mútuo a receber – mútuo	4.879	CDI	4,08%	50	100
Empréstimos e financiamentos	(1.693)	TJLP/TLP	7,03%	(30)	(60)
Arrendamentos financeiros	(785)	CDI	6,40%	(13)	(25)
Total				690	1.382

Consolidado

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2019	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	59.586	CDI	2,70%	345	690
Empréstimos a receber - mútuo	9.315	CDI	2,81%	65	131
Empréstimos e financiamentos	-	CDI	%	-	-
Empréstimos e financiamentos	(4.548)	TJLP/TLP	5,09%	(58)	(116)
Empréstimos e financiamentos	(26)	Cesta	3,86%	-	(1)
Arrendamentos financeiros	(1.391)	CDI	4,40%	(15)	(31)
Total				337	673

Consolidado

Instrumentos	Valor contábil 31/12/2018	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	84.488	CDI	3,96%	813	1.626
Empréstimos a receber - mútuo	4.879	CDI	4,08%	50	100
Empréstimos e financiamentos	(699)	CDI	6,40%	(11)	(22)
Empréstimos e financiamentos	(5.273)	TJLP/TLP	7,03%	(93)	(185)
Empréstimos e financiamentos	(45)	Cesta	4,35%	-	(1)
Arrendamentos financeiros	(785)	CDI	6,40%	(13)	(25)
Total				746	1.493

b) Risco de crédito O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos ativos financeiros ao valor justo e a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto. No caso de clientes, a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com procedimentos específicos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e o saldo de contas a receber de clientes não ultrapassa o limite de crédito previamente concedido. c) Risco de liquidez A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e gerenciada pela área de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, o qual também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, não havendo linhas de crédito relevantes em nome da Companhia e de suas controladas vistos isoladamente. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área de Tesouraria da Companhia, que investe o excesso de caixa em fundos de investimento de alta liquidez e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Controladora

Instrumentos	Taxa de juros	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Finame	3% a 10,5%	1.106	854	720	517	496	3.693
Arrendamentos		3.076	279	279	279	-	3.913
Fornecedores		18.868	-	-	-	-	18.868
Obrigações Sociais		15.353	-	-	-	-	15.353
Outros Passivos		28.890	-	-	-	-	28.890
Total		67.293	1.133	999	796	496	70.717

Consolidado

Instrumentos	Taxa de juros	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Finame	3% a 10,5%	3.122	2.701	2.574	2.192	1.572	12.161
FCO	9,5% a 10%	9.289	3.757	3.757	3.757	11.942	32.502
Custeio Agrícola	8%	3.081	-	-	-	-	3.081
Arrendamentos		6.827	1.480	1.480	1.480	-	11.267
Fornecedores		25.305	-	-	-	-	25.305
Obrigações Sociais		16.822	-	-	-	-	16.822
Outros Passivos		29.317	-	-	-	-	29.317
Total		93.763	7.938	7.811	7.429	13.514	130.455

32 Compromissos A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir, estão apresentados aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: a) Contratos de aquisição de cana-de-açúcar A Companhia firmou contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida pelas partes relacionadas Vale do Xingu e Condomínio GMFO e por terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência, em sua maioria, de cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. Os valores a serem desembolsados em virtude dessas operações serão determinados a cada mês de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelos modelos definidos em cada contrato, que podem ser em sua maioria classificados da seguinte forma: • ATR fixo: modelo em que se acorda preliminarmente a quantidade de quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar produzida, a qual é valorizada de acordo com o valor do ATR divulgado pelo CONSECANA. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas: Partes relacionadas	Toneladas: Terceiros	Toneladas: Total
2020	114.177	441.675	555.852
2021	85.359	290.787	376.146
2022	59.330	153.021	212.351
2023	46.339	87.456	133.795
2024	22.265	57.523	79.788

b) Contratos de parceria agrícola A controlada Vale do Xingu firmou contratos plurianuais de parceria agrícola, para cultivo de cana-de-açúcar em propriedades de terceiros, no total de 1.259 ha (1.325 ha em 2018). Referidos contratos têm vigência, em sua maioria, em cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. A remuneração desses contratos será mediante a entrega de 25% da produção ao parceiro outorgante, estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas
2020	23.073
2021	11.624
2022	8.659
2023	6.015
2024	1.816

c) Venda de soja A controlada Centro da Mata firmou contratos de venda de soja com alguns clientes, com entrega prevista para os meses de janeiro a março de 2020, os quais totalizam 346 mil (394 mil em 2018) sacas de soja, negociadas ao preço médio de R$64,75 (R$66,24 em 2018), representando, portanto, uma receita estimada de R$22.405 (R$26.101 em 2018).

33 Informação por Segmento Apesar de não ser obrigada a divulgar e atendendo a uma solicitação do seu Conselho de Administração, por meio da Reunião Ordinária realizada em 15 de abril de 2016, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento, que requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em "Segmento 1" (cachaça, outras bebidas alcoólicas e exploração de cultura de cana-de-açúcar) e "Segmento 2" (exploração pecuária e produção de grãos-soja). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as informações por segmentos dessas unidades de negócios são como segue: Balanços patrimoniais por segmentos

Ativo	2019 Segmento 1	2019 Segmento 2	2019 Consolidado	2018 Segmento 1	2018 Segmento 2	2018 Consolidado
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11.027	3.684	14.711	3.360	2.605	5.965
Aplicações financeiras	48.727		48.727	81.905		81.905
Contas a receber de clientes	61.980	23	62.003	56.398	153	56.551
Estoques	102.481	4.882	107.363	117.960	7.231	125.191
Impostos e contribuições a recuperar	3.855	105	3.960	6.175	162	6.337
Ativos biológicos	3.225	20.228	23.453	2.015	18.389	20.404
Outras contas a receber	7.612	2.322	9.934	6.917	1.434	8.351
Total do ativo circulante	238.907	31.244	270.151	274.730	29.974	304.704
Não Circulante						
Realizável a longo prazo:						
Impostos e contribuições a recuperar	3.529	504	4.033	10.460	493	10.953
Depósitos judiciais	47.304	12	47.316	23.102	12	23.114
Partes relacionadas	16.289		16.289	13.729		13.729
Estoques	478		478	477		477
Ativos biológicos					75	75
Imposto de renda e contribuição social diferidos	689		689	1.056		1.056
Outras contas a receber	2.205		2.205	2.385		2.385
Investimentos em controladas	97.129			81.790		-
Imobilizado	205.925	132.943	338.868	205.526	124.410	329.936
Direito de uso de ativos	10.818	214	11.032			
Intangível	335	47	382	394	81	475
Total do ativo não circulante	384.701	133.720	421.292	338.919	125.071	382.200
Total do Ativo	623.608	164.964	691.443	613.649	155.045	686.904

Passivo e Patrimônio Líquido	2019 Segmento 1	2019 Segmento 2	2019 Consolidado	2018 Segmento 1	2018 Segmento 2	2018 Consolidado
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.210	14.282	15.492	1.709	11.413	13.122
Arrendamento a Pagar	6.752	75	6.827			
Fornecedores	19.387	5.918	25.305	17.410	6.103	23.513
Obrigações sociais	16.108	714	16.822	14.289	802	15.091
Obrigações fiscais	17.755	62	17.817	13.602	42	13.644
Impostos parcelados						
Partes relacionadas	8.084		8.084	4.559		4.559
Obrigações acordo judicial				30.000		30.000
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
Outras contas a pagar	3.385	31	3.416	4.164	13	4.177
Total do passivo circulante	72.681	21.082	93.763	85.733	18.373	104.106
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos	3.200	29.052	32.252	3.829	35.196	39.025
Arrendamento a Pagar	4.287	152	4.439			
Impostos parcelados			0			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.842	17.549	45.391	23.434	19.686	43.120
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.669		6.669	13.438		13.438
Obrigações sub-júdice				0		
Provisão para restauração ambiental	462		462	491		491
Total do passivo não circulante	42.460	46.753	89.213	41.192	54.882	96.074
Patrimônio Líquido						
Capital social	61.417	48.183	61.417	61.417	40.683	61.417
Adiantamento para futuro aumento de capital		15.500			3.500	
Ações em tesouraria	(1)		(1)	(1)		(1)
Reserva para incentivos fiscais	6.145		6.145	4.160		4.160
Ajuste de avaliação patrimonial	90.855	47.593	90.855	92.614	47.612	92.614
Reservas de lucros	61.417		61.417	61.417		61.417
Prejuízos acumulados		(14.147)			(10.005)	
Lucros à disposição da Assembleia	288.634		288.634	267.117		267.117
Total do patrimônio líquido	508.467	97.129	508.467	486.724	81.790	486.724
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	623.608	164.964	691.443	613.649	155.045	686.904

Demonstrações do resultado por segmentos

	2019 Segmento 1	2019 Segmento 2	2019 Consolidado	2018 Segmento 1	2018 Segmento 2	2018 Consolidado
Receita Líquida de Vendas e Serviços	450.615	26.208	476.823	426.582	20.438	447.020
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(271.206)	(25.284)	(296.490)	(256.325)	(17.606)	(273.931)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(95)	671	576	(859)	1.230	371
Lucro (Prejuízo) Bruto	179.314	1.595	180.909	169.398	4.062	173.460
Receitas (Despesas) Operacionais						
Resultado de equivalência patrimonial	(4.161)			(1.611)		
Com vendas	(94.679)		(94.679)	(100.898)		(100.898)
Gerais e administrativas	(47.817)	(4.140)	(51.957)	(54.854)	(4.021)	(58.875)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.811	(113)	6.698	(339)	569	230
	(139.846)	(4.253)	(139.938)	(157.702)	(3.452)	(159.543)
Lucro (Prejuízo) Antes do Resultado Financeiro	39.468	(2.658)	40.971	11.696	610	13.917
Resultado Financeiro	6.432	(3.640)	2.792	9.828	(3.147)	6.681
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	45.900	(6.298)	43.763	21.524	(2.537)	20.598
Imposto de Renda e Contribuição Social						
Correntes	(8.563)		(8.563)	(188)		(188)
Diferidos	(4.775)	2.137	(2.638)	(4.254)	926	(3.328)
	(13.338)	2.137	(11.201)	(4.442)	926	(3.516)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	32.562	(4.161)	32.562	17.082	(1.611)	17.082

Demonstrações de fluxo de caixa por segmentos

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019 Segmento 1	2019 Segmento 2	2019 Consolidado	2018 Segmento 1	2018 Segmento 2	2018 Consolidado
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	32.562	(4.161)	32.562	17.082	(1.611)	17.082
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:						
Provisão de imposto de renda e contribuição social	13.338	(2.137)	11.201	4.443	(925)	3.517
Resultado na avaliação de ativos biológicos	95	(671)	(576)	859	(1.230)	(371)
Participação em sociedades controladas	4.161			1.611		
Depreciação e amortização de bens	26.978	2.438	29.416	22.997	2.006	25.003
Estorno de provisão para perdas no imobilizado	7	(47)	(40)		(101)	(101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.979		1.979	(68)		(68)
Provisão para obsolescência dos estoques	593	27	620	87	133	220
Provisão para benefícios a funcionários	7.406	8	7.414	5.746	219	5.965
Provisão para perdas operacionais	95		95	(31)		(31)
Resultado da venda dos ativos biológicos	3.400	21.375	24.775	2.095	14.696	16.791
Resultado na venda de ativo permanente	(94)	2	(92)	(44)	347	303
Baixa de arrendamento	(1.887)		(1.887)			
Juros e variação monetária sobre ativos monetários	(1.606)	(27)	(1.633)	(3.245)	(21)	(3.266)
Juros apropriados sobre passivos monetários	977	3.780	4.757	786	3.836	4.622
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(7.326)		(7.326)	(36.314)		(36.314)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	1		1	125		125
Ganho em recuperação de créditos tributários	(1.343)		(1.343)	(3.472)		(3.472)
Baixa de saldo de parcelamento tributário				(25.592)		(25.592)
	79.336	20.587	99.923	(12.935)	17.349	4.413
Variações nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:						
Contas a receber de clientes	(7.554)	130	(7.424)	11.885	1	11.886
Estoques	14.884	2.323	17.207	(14.468)	(2.146)	(16.614)
Impostos a recuperar	2.611	95	2.706	(3.867)	571	(3.294)
Depósitos judiciais	(23.745)		(23.745)	433		433
Partes relacionadas				9	(9)	
Outras contas a receber	(588)	(887)	(1.475)	1.084	(1.133)	(49)
Fornecedores	1.970	(185)	1.785	(3.879)	5.224	1.345
Obrigações sociais	(5.587)	(96)	(5.683)	(5.069)	(420)	(5.489)
Obrigações fiscais	10.956	19	10.975	(5.237)	7	(5.230)
Obrigações acordo judicial	(30.000)		(30.000)	30.000		30.000
Outros passivos	(899)	18	(881)	3.425	(15)	3.410
Juros pagos sobre empréstimos	(741)	(2.220)	(2.961)	(438)	(2.856)	(3.294)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.150)		(8.150)	(6.980)		(6.980)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	32.493	19.784	52.277	(6.037)	16.573	10.537
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento						
Aplicações financeiras	32.292	886	33.178	23.267	11.475	34.742
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(20.976)	(10.061)	(31.037)	(20.413)	(2.378)	(22.791)
Aquisição de intangível	(79)		(79)	(223)		(223)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado	170		170	255		255
Gastos com plantio de cana-de-açúcar e soja	(4.704)	(22.468)	(27.172)	(3.381)	(20.070)	(23.452)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	6.703	(31.643)	(24.940)	(495)	(10.973)	(11.469)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Recebimentos de (pagamentos a) partes relacionadas, líquidos	(3.676)		(3.676)	11.795		11.795
Integralização e adiant.para futuro aumento de capital de controladora	(19.500)	19.500		(3.500)	3.500	
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos		3.000	3.000			
Pagamentos de financiamentos	(1.690)	(8.663)	(10.353)	(1.880)	(8.610)	(10.490)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(3.921)	(13)	(3.934)			
Pagamentos de impostos e contribuições parcelados				(2.486)		(2.486)
Pagamento de dividendos	(3.628)		(3.628)	(5.363)		(5.363)
Caixa líquido proviniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(32.415)	13.824	(18.591)	(1.434)	(5.110)	(6.544)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.781	1.965	8.746	(7.966)	490	(7.476)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4.728	1.237	5.965	12.694	747	13.441
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	11.509	3.202	14.711	4.728	1.237	5.965

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos saldos das empresas: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Eireli. As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

34. Eventos Subsequentes Em 31 de dezembro de 2019 houve o primeiro alerta oficial, emitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), acerca do advento do Coronavírus (COVID-19), que já atingiu diversos países. No Brasil o primeiro caso confirmado foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. Considerando a importância da abordagem desse tema nas demonstrações financeiras, abrangendo a análise de riscos, impactos e incertezas, a Administração da Companhia informa que, no seu entendimento, ainda não é possível mensurar, no contexto de suas operações, os possíveis efeitos econômicos decorrentes das medidas adotadas pela própria Companhia e suas controladas ou pelos impactos nos negócios de seus clientes. A esse respeito, os riscos e incertezas que se apresentam mais sensíveis à Companhia podem estar relacionados a impactos em receitas pela redução de volumes de vendas ou pela redução da capacidade produtiva pelo isolamento social compulsório. A Companhia está definindo planos de contingência, de comunicação e de continuidade do negócio e estabelecendo junto a seus clientes e fornecedores estratégias para gestão da crise.

35. Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão e aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2020.

A Administração

Contadora

Dirlene Aparecida Voltarelli Arnoni - CRC/SP 136.977/O-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Müller de Bebidas **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia Müller de Bebidas e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Müller de Bebidas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Lucros à disposição da Assembleia Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 23 que menciona que há sentença em processo arbitral impetrado por acionistas da Companhia sobre a capitalização ou distribuição de saldo de lucros à disposição da Assembleia classificado em rubrica do patrimônio líquido. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto. Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 Em 22 de março de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 21 de março de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e fluxos de caixa estão sendo reapresentados. Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras essas demonstrações foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Companhia. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de março de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Deloitte.

Paulo de Tarso Pereira Jr. - Contador - CRC nº 1 SP 253932/O-4

Jornal O DIA SP
São Paulo, 28, 29 e 30 de março de 2020

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.332/0001-82
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. *A Diretoria*

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**38.371**	**38.926**	**47.246**	**47.686**
Caixa e equivalentes de caixa	4.930	27.931	11.644	30.585
Aplicações financeiras	1.231	–	3.265	2.122
Contas a receber de clientes	13.887	7.104	20.938	9.601
Ativo fiscal corrente	4.185	2.022	4.921	2.587
Outros ativos	4.138	1.872	6.478	2.714
Não circulante	**382.478**	**307.543**	**355.087**	**293.177**
Realizável a longo prazo	3.008	181	3.630	551
Outros ativos	314	–	760	194
Ativo fiscal diferido	2.695	181	2.870	357
Investimentos em controladas	367.831	298.276	–	–
Imobilizado	7.090	2.364	11.470	3.205
Intangível	10.549	6.721	339.986	289.420
Total do ativo	**420.849**	**346.472**	**402.333**	**340.798**

Passivo	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante	**81.083**	**68.283**	**83.367**	**57.516**
Fornecedores	1.125	1.714	7.438	5.185
Obrigações trabalhistas	4.110	4.030	6.547	5.033
Obrigações tributárias	2.982	1.951	5.308	3.290
Empréstimos com controladas	32.849	17.661	–	–
Empréstimos e financiamentos	28.862	19.053	28.865	10.252
Outras obrigações	13.125	32.672	15.181	33.777
Não circulante	**155.479**	**115.005**	**160.983**	**115.061**
Obrigações trabalhistas	2.566	2.744	4.554	4.554
Provisão para passivo a descoberto	9	–	171	Outras
obrigações	21.356	3.462	21.780	3.489
Empréstimos e financiamentos	44.383	29.500	47.477	29.500
Débitos	87.172	79.128	87.172	79.128
Patrimônio líquido				
Capital social	175.675	175.675	175.675	175.675
Reserva de Capital	6.932	6.179	6.932	6.179
Prejuízos acumulados	(10.320)	(18.670)	(10.320)	(18.670)
Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	172.287	163.184	172.288	163.184
Participação dos controladores no patrimônio líquido das controladas	–	–	5.696	5.029
Total do patrimônio líquido	**172.287**	**163.184**	**177.982**	**168.209**
Total do passivo e patrimônio líquido	**420.849**	**346.472**	**402.333**	**340.798**

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	**9.078**	(5.440)	9.751	(2.322)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total resultado abrangente	**9.078**	(5.440)	**9.751**	**(2.322)**
Atribuível a:				
– Participação de controladores	9.078	(5.440)	9.078	(5.440)
– Participação de não controladores	–	–	673	3.118

Diretoria

Thomaz Luiz Cabral de Menezes – Diretor Presidente
Felipe Pinto Gomes – Diretor Financeiro
Guilherme Raupeo Bononi – Contador CRC 1SP 259.604/O-6

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.** São Paulo - SP - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse princípio contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará uma distorção relevante, quando existente. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento sobre os controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, concluímos sobre a adequação, na sua administração, do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção nesse relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou, se essas divulgações não forem adequadas, emitir opinião modificada em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação fidedigna. • Obtemos evidência suficiente e apropriada de auditoria sobre as informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020

KPMG Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
KPMG Auditores Independentes Contador
CRC 1SP034191/O-0 CRC 1SP214429/O-6

LEILÃO DE ARTE

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte no dias 28/03/20 às 13hrs e 31/03/20 às 20hrs. www.gmleiloes.com.br Alameda Piratininga 628 SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

LEILÃO DE ARTE

Leilão de Arte -Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte no dia 01/04 às 19 hs www.cravonescritoriodearte.com.br Av. Doutor João Guimarães, 315A Morumbi SP/SP (11) 2579-0542 cravonleiloes@gmail.com

Construtora de Galpões Industriais Ltda. - CNPJ/MF nº 12.358.885/0001-84 - NIRE 35224551158 - **Edital de Convocação - Reunião Geral Extraordinária de Sócios.** Ficam convocados os sócios da sociedade empresária limitada denominada **Construtora de Galpões Industriais Ltda.** a se reunirem, em Reunião Geral Extraordinária, na sede social da empresa, situada na Avenida Queiroz, nº 475, sala 9, Residencial e Comercial Morada dos Lagos, Aldeia da Serra, CEP 06429-215, Barueri, SP, no dia 15 de abril de 2020, às 14h00min, em primeira convocação - com a presença de sócios representando, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social -, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) análise e deliberação da proposta de alteração do Contrato Social da Sociedade, mais especificamente, das Cláusulas Sexta, Nona, Décima e Décima Segunda. São Paulo, 26 de março de 2020. Jorge Antonio Rizkallah-sócio e administrador, Marcos Ferreira de Lima-sócio e administrador e Edson Vaz da Cunha-sócio e administrador.

PACER LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 12.621.274/0001-67
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2019	2018
Circulante	**37.985**	**26.082**
Caixa e equivalentes de caixa	757	1.599
Contas a receber	7.644	16.179
Estoques de terceiros	29.027	8.992
Impostos a recuperar	997	312
Depósitos e valores caucionados	90	90
Outros	70	180
Não circulante	**37.585**	**22.019**
Realizável a longo prazo	**7.517**	**5.253**
Depósitos judiciais	3.288	161
Caixa restrito	4.228	5.071
Imobilizado e intangível	**29.988**	**16.787**
Imobilizado	670	801
Intangível	29.318	15.985
Total do Ativo	**75.490**	**48.101**

Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Circulante	**45.703**	**22.604**
Fornecedores	2.583	2.022
Empréstimos e financiamentos	6.613	4.592
Impostos e contribuições a recolher	2.399	3.484
Obrigações fiscais parcelamento	3.515	1.464
Salários e obrigações sociais	1.346	1.526
Produtos de terceiros	27.127	8.992
Outras contas a pagar	220	524
Não circulante	**34.580**	**33.068**
Ex.I.P - Empréstimos e Financiam	25.580	27.029
Obrigações fiscais parcelamento	8.895	5.859
Outras provisões	105	180
Patrimônio líquido	**(4.793)**	**(7.586)**
Capital social	1.000	1.000
Prejuízo acumulado	(5.793)	(8.586)
Total do Passivo	**75.489**	**48.101**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2019	2018
Receita operacional bruta	**52.435**	**56.438**
Transporte de cargas	39.422	40.276
Serviço de transporte municipal	10.797	11.617
Serviço armazenagem e depósito de mercadorias	3.219	4.527
Serviço de Carga e Descarga	–	19
Deduções	**(9.069)**	**(10.364)**
Impostos sobre os serviços prestados	(9.039)	(9.451)
Devoluções	(30)	(895)
Receita Operacional líquida	**43.369**	**46.074**
Custo dos serviços prestados	(43.073)	(44.226)

	2019	2018
Lucro Bruto	**296**	**1.848**
Despesas operacionais	**(611)**	**(5.496)**
Administrativas e gerais	(3.823)	(3.659)
Resultado financeiro líquido	1.805	(4.585)
Outras receitas/despesas	1.388	2.548
Prejuízo antes de IRPJ e contribuição social	**(334)**	**(3.830)**
Imposto de renda e contribuição social	3.127	767
Lucro líquido do exercício	**2.793**	**(3.732)**
Ebitda	**10,01%**	**9,58%**

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto operacional: A Pacer Transporte foi criada em 2010, destacando-se no mercado de operadores logísticos como um provedor de soluções em armazenagem, transportes e consultoria logística. Almejando um crescimento e visualização no mercado nacional e internacional, os sócios se reuniram no dia 22 de fevereiro de 2017 para deliberar a transformação de empresa limitada para sociedade anônima de capital fechado, ora, as operações nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.406/76 é registrado na junta comercial no dia 11 de abril de 2017. Após o registro da ata na Junta Comercial de São Paulo, foi feita a conversão em ações das quotas da capital da sociedade era transformada, o qual ficou mantido em toda a integralidade a estrutura da sociedade, com o mesmo capital sem solução de continuidade, mantendo a escrituração e exigências legais de natureza fiscal e contábil e sendo guarnecidos os direitos de eventuais credores de acordo com a Lei Este mesmo de 2017 e início de 2018, a Pacer atualizou seu plano de negócios para atender as novas demandas dos clientes atuais e potenciais clientes. Esta atualização requereu também uma revisão nos planos de ações e como consequência houve a necessidade de obter recursos para os investimentos, recursos estes captados através de debentures (mesmos de 2017). Os investimentos realizados ao longo destes anos, auxiliando a Pacer a ter um crescimento efetivo desde 2017, apesar das incertezas e do baixo crescimento da economia brasileira em 2019, porém entendemos que este ano foi atípico e emergentes oportunidades de crescimento nos próximos anos. Destacamos também a projeção de crescimento para os próximos anos, demonstrando no próprio plano de negócios a solidez e a continuidade das operações com resultados e prejuízo acumulado para o lucro líquido assumindo nestes próximos anos. **Estoque de Terceiros:** São representados por estoques de nossos clientes que visam atender a operações de Assistência técnica junto a terceiros. **Debêntures:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Março de 2017, foi aprovada a 1ªemissão de debêntures que serão de espécie quirografária a ser convolada na espécie com garantia real e serão simples, não conversíveis em ações de emissão da companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados, nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades Anônimas e das disposições contidas na escritura ou no montante de 24.000, que foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09. Projeto de restruturação e expansão de negócios: Este ativo intangível foi gerado internamente, utilizando-se como base o disposto no CPC 04 (R1) Correlato às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 38 (IASB - 8/2010). Dada a devida observância da norma, desenvolvo-se e estudo em fase das despesas transcorridas pela Pacer na efetiva produção dos Projetos o qual se provou a real adequação à cada pré-requisito, requisito formal e pós-requisito requerido pela norma, sendo assim, procedeu-se a correta classificação dos mesmos ao Ativo Intangível referente aos itens apresentados, os documentos oficiais, a perspectiva futura de retorno e a análise do tempo de maturação de cada um dos projetos. Por essas premissas foi reconhecido o devido método de amortização deste Ativo Intangível e reconhecimento da mesma. Os custos que não se adequassem as premissas foram alocados no resultado para não alteração dos resultados deste parecer. Dada a conclusão do estudo, mostrando- se observadas todas as adequações necessárias e reconhecimentos encontrados, atesta-se que mediante as apresentado pela administração, os Projetos transcritos abaixo, a normo e podem seguir as instruções evidenciadas pela mesma. **Obrigações Fiscais:** As análise as taxas de juros bancários para aplicação dos impostos em aberto, e através do governo, foi decidido em optar em parcelar os impostos diretos com as fontes arrecadadoras de impostos, dentre eles são: I - Na âmbito federal, a companhia incliniou-se pelo programa PERT e qual teve redução dos juros e multa que seriam cobrados, além de parcelar a dívida em até 84 parcelas, iniciados em 31 de agosto de 2017, e o parcelamento mais longo tem previsão de término em 31/07/2027, as parcelas são corrigidas mês a mês pela taxa Selic, ainda assim a companhia poderá parcelamentos e ambos têm a seguinte maturidade: 9- No âmbito estadual, a companhia aceitou a pagarma PDF e outros parcelamentos o qual teve o benefício de alongar a dívida em até 60 parcelas, os parcelamentos mais longos tem previsão de término em fevereiro de 2024.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

ALEXANDRE BICHARA CALDAS	LUCIANO GUEDES DE MELLO COSTA	ALEXANDRE GALVÃO DE ALMEIDA
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor de Operacional

MARCIO ROBERTO DOS SANTOS - Contador - CRC SP 364.875/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da PACER LOGÍSTICA S.A. Via Anhanguera, 1510 - Parque São Domingos 05112-000 - São Paulo - SP Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da **Pacer Logística S.A. ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pacer Logística S.A.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desse princípio contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará uma distorção relevante, quando existente. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento sobre os controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, concluímos sobre a adequação, na sua administração, do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação fidedigna. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 25 de março de 2019.

Loges, Machado - Auditores Independentes - CRC 2SP018312/O-9
Fernando Luis de Barros
Sócio-Diretor - Contador CRC 1SP.252.087/O-3

BREDA TRANSPORTES E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF nº 05.160.915/0001-09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	2019	2018
Ativo - Circulante	**60.855**	**48.196**
Caixa e equivalentes de caixa	6.822	7.778
Contas a receber	6.991	6.508
Estoques	1.162	1.563
Tributos a recuperar	3.053	2.400
Partes relacionadas	29.619	14.725
Adiantamentos	216	9
Outros créditos	13.396	14.687
Despesas antecipadas	596	520
Não circulante	**201.913**	**242.443**
Realizável a longo prazo	**58.190**	**75.788**
Contas a receber	6.761	5.353
Partes relacionadas	41.242	43.998
Depósitos	6.510	16.445
Outros créditos	74	74
Tributos diferidos	3.623	15.124
Despesas antecipadas	–	143
Investimentos	**322**	**322**
Outros investimentos	322	322
Imobilizado	142.730	165.160
Intangível	671	1.174
Total do ativo	**262.768**	**290.654**

Passivo - Circulante	**38.678**	**51.146**
Empréstimos e financiamentos	19.479	28.389
Arrendamentos financeiros	5.193	720
Fornecedores	2.466	3.157
Obrigações tributárias	1.802	2.852
Imposto de renda e contribuição social	228	181
Obrigações trabalhistas	2.445	2.737
Adiantamentos	1.280	1.439
Outras obrigações	825	1.143
Partes relacionadas	3.360	5.626
Não circulante	**184.163**	**225.564**
Empréstimos e financiamentos	21.185	35.313
Arrendamentos financeiros	13.122	1.382
Obrigações tributárias	19.160	17.737
Tributos diferidos	34.728	47.330
Partes relacionadas	6.788	10.993
Passivos contingenciais	7.163	11.324
Patrimônio líquido	**121.944**	**113.962**
Capital social	120.369	120.369
Reservas de capital	1.150	–
Reserva legal	425	176
Prejuízos acumulados	–	(6.583)
Total do passivo e patrimônio líquido	**262.768**	**290.654**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	2019	2018
Receita líquida	**113.598**	**116.882**
Custos	**(79.683)**	**(105.176)**
Lucro bruto	**33.915**	**11.626**
Receitas (despesas) operacionais	**(14.139)**	**(7.416)**
Despesas comerciais	(3.869)	(409)
Despesas gerais e administrativas	(17.629)	(11.846)
Outras receitas operacionais	7.339	4.839
Amortização de empréstimos	(10.000)	– (10.000)
Pagamento de juros de empréstimo	(2.640)	(2.162) (2.640) (2.162)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**25.282**	**9.838 25.282 9.838**
Resultado financeiro	**(5.910)**	**(6.789)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**15.508**	**(3.562)**
IRPJ e contribuição social corrente	(1.846)	(609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.106	8.007
Resultado líquido do exercício	**9.770**	**3.586**
Número de ações	17.151.065	17.151.065
Resultado líquido básico e diluído por ação (em reais R$)	**0,56**	**0,21**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações sobre a Companhia: A Breda Transportes e Serviços S.A. ("Companhia"), é localizada na área de capital nacional localizada, do Grupo Comporte, com sede social localizada na Av. Dom Jaime de Barros Câmara, 300, Sala 9, Planalto, São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo. Iniciada em 26/04/2007, tem como objeto social o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional. A Companhia mantém suas permissões reguladas pela poder Concedente, ele que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros é regulado pelo Poder Concedente Federal, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal pelo Poder Concedente Estadual e o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 26/03/2020 e em 28/02/2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:**

MARIA ZELIA R.S. FRANÇA - Diretora

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social subscrito	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2017	**120.369**	–	–	**1.575**	–	–	**121.944**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	3.586	3.586
Prejuízos acumulados	–	–	–	3.586	–	(3.586)	–
Absorção prejuízos acumulados	–	–	–	(1.575)	1.575	–	–
Aquisição de períodos anteriores	–	–	–	–	(7.588)	–	(7.588)
Reserva legal	–	–	179	–	(179)	–	–
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(852)	–	(852)
Dividendo adicional - excedente ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	(1.188)	–	(1.188)
Saldos em 31/12/2018	**120.369**	–	**179**	–	**(4.646)**	–	**115.902**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	9.570	9.570
Compensação de prejuízos	–	–	–	–	4.646	(4.646)	–
Reserva legal	–	–	246	–	–	(246)	–
Subvenções governamentais	–	1.150	–	–	–	(1.150)	–
Distribuição de lucros - dividendos	–	–	–	–	–	(882)	(882)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(2.646)	–	(2.646)
Saldo em 31/12/2019	**120.369**	**1.150**	**425**	–	–	–	**121.944**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
Atividades operacionais	**15.508**	**(3.562)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	16.269	17.039
Provisão de perdas	503	503
Custo na alienação do imobilizado	25.583	20.515
Provisão (Reversão) de contingências	(4.161)	(8.523)
Resultado ajustado	**53.700**	**25.972**
Variações no ativo	**4.893**	**27.616**
Estoques	401	2.238
Contas a receber	(6.823)	11.272
Tributos a recuperar	(376)	17.533
Depósitos	9.935	205
Adiantamentos	(207)	(8)
Outros créditos	1.300	(4.346)
Despesas antecipadas	663	242
Variações no passivo	**(3.895)**	**(33.399)**
Fornecedores	(2.885)	(8.560)
Obrigações trabalhistas	(476)	(5.438)
Obrigações tributárias	868	(1.333)
Imposto de renda e contribuição social	–	6.613
Parcelamentos fiscais	–	(21.464)
Adiantamentos	(159)	(117)
Outras obrigações	(1.243)	1.158
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**54.698**	**19.995**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.276)	(762)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**47.422**	**19.233**
Atividades de investimentos		
Instrumentos financeiros derivativos	–	19
Aquisição de imobilizado	(12.138)	19.597
Aquisição de Imobilizado	(19.422)	(7.303)
Caixa líquido de atividades de investimentos	**(31.560)**	**12.306**
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(23.038)	(3.021)
Arrendamentos financeiros	16.212	132
Partes relacionadas	(7.764)	(17.502)
Pagamento de dividendos	(2.646)	(5.897)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(16.818)**	**(25.798)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(956)**	**5.741**
Caixa e equivalentes de caixa - início	**7.778**	**2.035**
Caixa e equivalentes de caixa - fim	**6.822**	**7.776**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(956)**	**5.741**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e provisões para passivos contingentes. As estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Demonstrações Financeiras:** Completas e auditadas pela KSM Brasil Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Empresa para apreciação.

VICTOR PANHOTA DA SILVA - CIC SP-302068/O-8 - Controller

Oliveira Trust Participações S

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 15.115.504/0001-24
Sociedade Aberta

UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER PÚBLICO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado) (Nota 1.1)	01/01/2018 (Reapresentado) (Nota 1.1)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	**195.564**	47.264	75.184
Aplicações financeiras	5	-	5.539	-
Títulos e valores mobiliários		**9.246**	6.890	5.552
Contas a receber de clientes	6	**51.862**	87.671	78.484
Adiantamento a fornecedores		**457**	29.043	30.000
Estoques	7	**319.085**	266.163	199.747
Tributos a recuperar	8	**26.650**	29.970	50.278
Valores a receber de partes relacionadas	18	**1.319**	42.446	23.832
Outros ativos		**9.962**	7.738	19.035
		614.145	522.724	482.112
Não circulante				
Tributos a recuperar	8	**22.093**	3.533	12.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16 (b)	**8.009**	6.203	-
Depósitos judiciais	13	**1.853**	1.908	3.823
Contas a receber de clientes	6	-	5.725	-
Outros ativos		**4.670**	2.667	7.141
		36.625	20.036	23.055
Imobilizado	9	**129.305**	126.272	120.216
Ativos de direito de uso	10	**7.409**	-	-
Intangível		**1.922**	768	45
		138.636	127.040	120.261
		175.261	147.076	143.316
Total do ativo		**789.406**	669.800	625.428

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado) (Nota 1.1)	01/01/2018 (Reapresentado) (Nota 1.1)
Passivo circulante				
Fornecedores		**28.599**	15.412	10.156
Empréstimos e financiamentos		-	713	1.313
Passivos de arrendamento	10	**4.001**	-	-
Salários e encargos sociais	11	**21.426**	22.855	21.719
Impostos, taxas e contribuições	12	**4.796**	6.931	9.663
Valores a pagar a partes relacionadas	18	**4.025**	1.697	14.970
Dividendos a pagar	15 (e)	**5.577**	1.708	11.850
Provisão para contingências e outras provisões	13	**860**	410	255
Provisão para gastos para desmobilização da mina	14	**23.552**	1.102	2.303
Outros passivos		**6.253**	4.697	5.432
		99.089	55.525	77.661
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos		-	415	1.126
Passivos de arrendamento	10	**4.180**	-	-
Provisão para contingências e outras provisões	13	**30.193**	20.660	19.286
Provisão para gastos para desmobilização da mina	14	**78.412**	95.194	87.874
		112.785	116.269	108.286
Patrimônio líquido	15			
Capital social		**206.929**	162.505	162.505
Reservas de capital		**136.307**	180.731	180.731
Reservas de lucros		**238.742**	161.489	104.310
Outros resultados abrangentes		**(4.446)**	4.329	2.991
Lucros acumulados			(11.048)	(11.056)
		577.532	498.006	439.481
Total do passivo e do patrimônio líquido		**789.406**	669.800	625.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial	Reservas de capital Isenção e redução de imposto de renda	Reservas de lucros Legal	Para Incentivos fiscais	Especial aumento de capital	para dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	162.505	22.791	21.633	136.307	8.084	73.869	20.121	2.236	-	2.991	450.537
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 1.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.056)	-	(11.056)
Saldos em 1º de janeiro de 2018 - ajustado	162.505	22.791	21.633	136.307	8.084	73.869	20.121	2.236	(11.056)	2.991	439.481
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	155.672	-	155.672
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.338	1.338
Dividendos propostos complementares	-	-	-	-	-	-	(20.121)	(2.236)	-	-	(22.357)
Constituição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.213)	-	(48.213)
Constituição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.923)	-	(27.923)
Constituição de reservas	-	-	-	-	7.783	40.970	27.705	3.078	(79.536)	-	-
Ganhos (Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado (Nota 1.1))	162.505	22.791	21.633	136.307	15.867	114.839	27.705	3.078	(11.048)	4.329	498.006
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	109.910	-	109.910
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.356	2.356
Prescrição de dividendos	-	-	-	-	-	-	173	-	-	-	173
Constituição de juros sobre capital próprio (Nota 15 (f))	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.740)	-	(17.740)
Aumento de capital (Nota 15 (a))	44.424	(22.791)	(21.633)	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularização reserva de incentivos fiscais anos anteriores	-	-	-	-	-	(470)	423	47	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 15 (f))	-	-	-	-	5.496	27.932	40.410	3.242	(77.080)	-	-
Dividendos propostos (Nota 15 (d))	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.042)	-	(4.042)
Ganhos (Perdas) atuariais (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.131)	(11.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**206.929**	-	-	**136.307**	**21.363**	**142.301**	**68.711**	**6.367**	-	**(4.446)**	**577.532**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações gerais: A Tronox Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Tronox Pigmentos") é uma sociedade anônima de capital aberto que tem ações negociadas na BOVESPA, com sede em Camaçari - BA. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias-primas aplicadas ou não em sua própria produção; a importação e a exportação de matérias-primas e de produtos industrializados acabados; a produção, industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, ilmenita, zirconita e cianita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos. O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda., sendo esta, controlada pela Tronox Holdings plc, acionista controladora da Tronox Limited. Em 10 de abril de 2019 a Companhia divulgou Fato Relevante em continuidade ao Fato Relevante de 21 de fevereiro de 2017, com relação à celebração de Acordo de Transação ("Acordo") entre, de um lado, a acionista controladora indireta da Companhia, a The National Titanium Dioxide Company Limited, e algumas de suas afiliadas, e, de outro, a Tronox Limited, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a transação prevista no Acordo foi implementada nesta data, tendo o controle societário indireto da Companhia sido transferido para a Tronox Holdings plc, acionista controladora da Tronox Limited. Em 8 de novembro de 2019 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração a divulgação de Fato Relevante informando sobre a exaustão da lavra da Mina do Guajú, localizada no Município de Mataraca – PB, prevista para 2020. A Companhia também informa que a produção da Zirconita está prevista para encerrar também em 2020. Os demais produtos – Ilmenita, Rutilo e Cianita – estão com data estimada de encerramento da produção em 2021. O fornecimento de Ilmenita para a fábrica da Bahia está garantido pelo estoque existente até o ano de 2023. Após essa data, a fábrica da Bahia será suprida por fonte alternativa, que pode incluir importação por uma das filiais da Tronox Global. O processo de encerramento das atividades de mineriárias segue um planejamento estratégico e legal, estabelecido pelos órgãos reguladores e de proteção ambiental. **1.1. Reapresentação das cifras comparativas (benefícios de saúde pós-emprego):** Em 2019, a Companhia contratou empresa especializada para avaliação atuarial dos seus planos médicos para aposentados (atuais e/ou futuros) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Visando também avaliar possíveis impactos materiais em anos anteriores, a Companhia optou por escopo dos serviços esta mesma avaliação atuarial para os dois últimos exercícios sociais comparativos (31 de dezembro de 2018 e 2017). Esta avaliação atuarial teve como objetivo principal avaliar o benefício médico concedido no caso de aposentadoria nas seguintes situações: a) Benefício em função da Lei 9656 – benefício médico concedido em função da Lei 9656 – Artigo 31 que considera que empregados que realizaram contribuição para o plano médico tenham direito a permanecer no plano médico pelo tempo que contribuíram ou de forma vitalícia para quem realizou pelo menos 10 anos de contribuição; e b) Benefício médico no caso de aposentadoria por invalidez: visto que o aposentado por invalidez permanece com contrato suspenso enquanto inválido, há a concessão do benefício médico para aposentado por invalidez e seus dependentes. Como resultado da avaliação efetuada, a Companhia identificou a necessidade de constituição de uma obrigação oriunda de benefícios de saúde pós-emprego no valor de R$21.922 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como para os exercícios comparativos anteriores no valor de R$11.048 e R$ 11.056 (31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente). Em função da materialidade dos valores nos exercícios findos em 2018 e 2017, os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme demonstrado a seguir.

a) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

Ativo	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	47.264	-	47.264
Aplicações financeiras	5.539	-	5.539
Títulos e valores mobiliários	6.890	-	6.890
Contas a receber de clientes	87.671	-	87.671
Adiantamento a fornecedores	29.043	-	29.043
Estoques	266.163	-	266.163
Tributos a recuperar	29.970	-	29.970
Valores a receber de partes relacionadas	42.446	-	42.446
Outros ativos	7.738	-	7.738
	522.724	-	**522.724**
Não circulante			
Tributos a recuperar	3.533	-	3.533
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.203	-	6.203
Depósitos judiciais	1.908	-	1.908
Contas a receber de clientes	5.725	-	5.725
Outros ativos	2.667	-	2.667
Imobilizado	126.272	-	126.272
Intangível	768	-	768
	147.076	-	**147.076**
Total do ativo	**669.800**	-	**669.800**

Passivo e Patrimônio Líquido	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	15.412	-	15.412
Empréstimos e financiamentos	713	-	713
Salários e encargos sociais	22.855	-	22.855
Impostos, taxas e contribuições	6.931	-	6.931
Valores a pagar a partes relacionadas	1.697	-	1.697
Dividendos a pagar	1.708	-	1.708
Provisão para contingências e outras provisões	410	-	410
Provisão para gastos para desmobilização da mina	1.102	-	1.102
Outros passivos	4.697	-	4.697
	55.525	-	**55.525**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	415	-	415
Provisão para contingências e outras provisões	9.612	11.048	20.660
Provisão para gastos para desmobilização da mina	95.194	-	95.194
	105.221	**11.048**	**116.269**
Capital social	162.505	-	162.505
Reservas de capital	180.731	-	180.731
Reservas de lucros	161.489	-	161.489
Outros resultados abrangentes	4.329	-	4.329
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(11.048)	(11.048)
	509.054	**(11.048)**	**498.006**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**669.800**	-	**669.800**

b) Balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018

Ativo	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	75.184	-	75.184
Títulos e valores mobiliários	5.552	-	5.552
Contas a receber de clientes	78.484	-	78.484
Adiantamento a fornecedores	30.000	-	30.000
Estoques	199.747	-	199.747
Tributos a recuperar	50.278	-	50.278
Valores a receber de partes relacionadas	23.832	-	23.832
Outros ativos	19.035	-	19.035
	482.112	-	**482.112**
Não circulante			
Tributos a recuperar	12.091	-	12.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Depósitos judiciais	3.823	-	3.823
Outros ativos	7.141	-	7.141
Imobilizado	120.216	-	120.216
Intangível	45	-	45
	143.316	-	**143.316**
Total do ativo	**625.428**	-	**625.428**

Passivo e Patrimônio Líquido	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	10.156	-	10.156
Empréstimos e financiamentos	1.313	-	1.313
Salários e encargos sociais	21.719	-	21.719
Impostos, taxas e contribuições	9.663	-	9.663
Valores a pagar a partes relacionadas	14.970	-	14.970
Dividendos a pagar	11.850	-	11.850
Provisão para contingências e outras provisões	255	-	255
Provisão para gastos para desmobilização da mina	2.303	-	2.303
Outros passivos	5.432	-	5.432
	77.661	-	**77.661**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.126	-	1.126
Provisão para contingências e outras provisões	8.230	11.056	19.286
Provisão para gastos para desmobilização da mina	87.874	-	87.874
	97.230	**11.056**	**108.286**
Patrimônio líquido			
Capital social	162.505	-	162.505
Reservas de capital	180.731	-	180.731
Reservas de lucros	104.310	-	104.310
Outros resultados abrangentes	2.991	-	2.991
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(11.056)	(11.056)
	450.537	**(11.056)**	**439.481**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**625.428**	-	**625.428**

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. - Aspectos gerais: O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras e respectiva emissão em 27 de março de 2019. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), com observância das disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários ("CMV") e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*) emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM. **2.2. - Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras ou resultado. b) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças em circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido. c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: (i) A provisão para créditos de liquidação duvidosos (nota 6); (ii) A provisão para perdas no estoque (nota 7); (iii) A análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis (nota 2.2 (b)); (iv) A provisão para gastos para desmobilização da mina (nota 14); (v) O imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 16 (b)); (vi) A provisão para contingências (nota 13); e (vii) Benefícios de saúde pós-emprego (nota 13). A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos estimados refletidos nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. d) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS. **3. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes: 3.1. - Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis no exercício corrente - IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019) -** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos bens arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os que anteriormente eram denominados operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16/CPC 06 R2 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Maiores detalhes vide nota 10. **IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Vigência a partir de 01/01/2019 -** Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer os ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados na Nota 2.2(c). **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. - Fatores de risco financeiro:** a) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o endividamento. A Administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. 31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado) (Nota 1.1))
Total dos passivos de arrendamento e dívida com partes relacionadas	**12.206**	1.126
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**(195.564)**	(47.264)
Dívida líquida	**(183.358)**	(46.138)
Total do patrimônio líquido	**577.532**	498.006
Total do capital	**394.174**	451.870
Índice de alavancagem financeira	**-47%**	-10%

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. b) Risco de taxa de câmbio: Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas da Companhia para o mercado externo representaram 3,41% e 6,27%, respectivamente, do total da receita bruta dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. Os saldos de clientes, fornecedores e partes relacionadas, cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. 31/12/2019	31/12/2018
Clientes	**2.772**	3.228
Fornecedores	**(80)**	(1.169)
Partes relacionadas - ativo	**1.319**	42.446
Partes relacionadas - passivo	**(4.025)**	(1.697)
	(22)	42.808

c) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. d) Risco com taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. e) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes de depósito a prazo, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou líquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A. Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de dezembro de 2019		
Fornecedores	**28.599**	
Passivos de arrendamento	**4.001**	**4.180**
Partes relacionadas	**4.025**	-
Em 31 de dezembro de 2018		
Fornecedores	15.412	
Passivos de arrendamento	713	415
Partes relacionadas	1.697	-

f) Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2019, análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que reconhece os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, em cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Cenário I	Efeito Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	5,94%	Baixa do CDI	**10.418**	**7.813**	**5.209**

Risco cambial

Instrumento/operação	Dólar Provável	Risco	Cenário I	Efeito Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	4,07	Baixa do dólar	**27**	**(675)**	**(1.372)**
Fornecedores no exterior	4,07	Alta do dólar	**(1)**	**(23)**	**(45)**
Partes relacionadas - ativo	4,07	Baixa do dólar	**13**	**(320)**	**(653)**
Partes relacionadas - passivo	4,07	Alta do dólar	**(39)**	**(1.055)**	**(2.071)**

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem os títulos e valores mobiliários, que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu reconhecer nessa categoria. Essas investimentos são estratégicos e a Cristal Pigmentos considera essa classificação como sendo a mais adequada. As contas a receber, o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras, os depósitos judiciais, as contas a pagar, os empréstimos e financiamentos, outros ativos e outros passivos, e os saldos a receber e a pagar para partes relacionadas são classificados como ao custo amortizado (2017 - "Empréstimos e recebíveis" e "Outros passivos financeiros"). Os instrumentos financeiros registrados no ativo e no passivo têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembrode 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	19	**589.335**	636.045
Custo de vendas	20	**(450.227)**	(417.837)
Lucro bruto		**139.108**	218.208
Despesa com vendas	21	**(28.199)**	(31.072)
Despesas gerais e administrativas	20	**(33.704)**	(36.359)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	**30.345**	2.769
Resultado operacional		**107.550**	153.546
Receitas financeiras	23	**16.053**	10.744
Despesas financeiras	23	**(15.488)**	(13.469)
Variação cambial, líquida		**2.577**	6.216
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**111.292**	157.037
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	**(3.188)**	(7.568)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	**1.806**	6.203
Lucro líquido do exercício		**109.910**	155.672
Total de ações no final do exercício (em milhares)	15		
Ordinárias		**10.159**	**8.127**
Preferenciais Classe "A"		**12.343**	**9.874**
Preferenciais Classe "B"		**6.518**	**5.214**
Lucro básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia - R$			
Ordinárias		3,79	6,71
Preferenciais Classe "A"		3,79	6,71
Preferenciais Classe "B"		3,79	6,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	**109.910**	155.672
Ganhos (Perdas) atuariais (Nota 13)	**(11.131)**	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes (a)	**2.356**	1.338
Total de resultados abrangentes do exercício	**101.135**	157.010

(a) Refere-se à variação do valor justo das ações dos títulos e valores mobiliários detidos pela Companhia, classificados como "valor justo por meio do resultado abrangente".

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**111.292**	157.037
Ajuste para reconciliação do resultado do período ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**25.934**	18.524
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	**(11.242)**	(9.425)
Perda com ativo imobilizado baixado ou vendido	**971**	45
Provisão para desvalorização e perdas dos estoques (Nota 7)	**112**	19
Apropriação do AVP - Gastos para desmobilização da mina (Nota 14)	**7.700**	7.152
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6)	**1.315**	212
Constituição (Reversão) de provisões, líquidas	**2.136**	8.047
	138.217	181.611
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	**40.361**	(16.906)
Adiantamento a fornecedores	**28.586**	957
Estoques	**(53.034)**	(66.435)
Fornecedores	**13.187**	5.256
Partes relacionadas	**45.487**	(25.265)
Salários e encargos sociais	**(1.429)**	1.136
Impostos, taxas e contribuições	**(12.017)**	20.152
Outros ativos e passivos	**(11.726)**	(6.935)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**187.632**	93.571
Juros pagos sobre arrendamentos	**(180)**	(143)
Juros recebidos sobre duplicatas	-	3.156
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**187.452**	96.584
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo de direito de uso e ativo imobilizado e intangível	**(26.370)**	(25.348)
Aplicações financeiras	**5.539**	10.486
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(20.831)**	(14.862)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de arrendamentos	**577**	15
Amortização de arrendamentos	**(1.158)**	(1.465)
Juros sobre capital próprio pagos (Nota 15 (f))	**(17.740)**	(27.480)
Dividendos pagos	-	(80.712)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(18.321)**	(109.642)
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**148.300**	(27.920)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**47.264**	75.184
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**195.564**	47.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		
Vendas brutas de produtos (nota 19)	**722.413**	768.915
Outras receitas	**33.278**	8.077
	755.691	776.992
Insumos adquiridos de terceiros	**(345.695)**	(321.690)
Valor adicionado bruto	**409.996**	455.302
Depreciação, amortização e exaustão (nota 20)	**(25.934)**	(18.524)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**384.062**	436.778
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações cambiais positivas	**24.551**	33.102
Valor adicionado total a distribuir	**408.613**	469.880
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos	**126.999**	126.846
Salários e encargos	**87.627**	88.371
Outros benefícios	**31.364**	30

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 15.115.504/0001-24
Sociedade Aberta

UMA EMPRESA COM AÇÕES EM CAPITAL ABERTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas com devedores duvidosos da Companhia está apresentada a seguir:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	3.811
Constituição de provisão	212
Baixa da provisão	(3.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	948
Constituição de provisão	**1.381**
Baixa de provisão	**(66)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.263**

Em 9 de abril de 2018, foi assinado termo de renegociação e consolidação de faturas originalmente vencidas até 14 de março de 2018 e não liquidadas, no valor total de R$16.606, valor este corrigido com base na CDI CETIP. Foi negociada a liquidação deste montante em 30 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela em 30 de junho de 2018. O valor atualizado desta renegociação, em 31 de dezembro de 2019, é de R$7.790, do qual está registrado no ativo circulante. **7. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. Quando aplicável, uma provisão para perdas para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo é constituída

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	**194.747**	136.123
Produtos em elaboração	**66.066**	75.539
Matérias-primas e insumos	**37.118**	35.179
Importações em andamento (a)	**1.288**	204
Materiais de suprimento	**24.106**	23.247
Provisão para desvalorização e perdas (b)	**(4.240)**	(4.128)
	319.085	266.164

(a) Refere-se à importação de matéria-prima (escória de titânio). (b) Refere-se à provisão de itens obsoletos dos estoques de materiais de suprimento, matérias-primas e produtos acabados. A movimentação da provisão para desvalorização e perdas dos estoques da Companhia está demonstrada a seguir:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	(4.109)
Provisão para perda na realização de estoques	(57)
Baixa de provisão para perda na realização de estoques	38
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(4.128)
Provisão para perda na realização de estoques	**48**
Baixa de provisão para perda na realização de estoques	**(160)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(4.240)**

8. Tributos a recuperar

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Crédito de PIS e COFINS a recuperar	**41.018**	19.823
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	**4.316**	2.951
Imposto de renda IR e Contribuição social - CS	**2.791**	8.571
IRRF a recuperar	-	296
Outros	**618**	1.862
	48.743	33.503
Circulante	26.850	29.970
Não circulante	22.093	3.533

No segundo semestre de 2019, a Companhia teve conhecimento do trânsito em julgado da decisão que julgou procedente Ação reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, nos períodos de apuração compreendidos entre jan/15 a jun/19, bem como de ser restituída, inclusive mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, individualmente recolhidos, tendo sido reconhecido créditos fiscais a recuperar cujo valor corresponde a R$36.790 e, que atualizado para 31 de dezembro de 2019 é de R$36.996. A administração da Companhia espera realizar este crédito tributário em até 2 anos.

9. Imobilizado

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.						
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	ARO	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2018	4.426	10.232	46.775	9.520	20.743	9.445	19.075	120.216
Aquisições	-	-	2.555	172	-	5.897	15.832	24.456
Baixas, líquidas	-	-	-	-	-	(39)	(45)	(84)
Depreciação	-	(1.600)	(9.737)	(2.414)	(4.149)	(455)	-	(18.355)
Transferência	-	-	23.899	7.608	-	(3.457)	(28.010)	-
Em 31 de dezembro de 2018	4.426	8.632	63.492	14.886	16.594	11.351	6.891	126.272
Aquisições	-	-	2.317	193	-	5.981	16.892	24.383
Baixas, líquidas	-	-	(38)	-	-	(926)	(1.577)	(2.541)
Depreciação	-	(1.222)	(10.957)	(2.221)	(3.319)	(1.040)	-	(18.759)
Transferência	-	348	10.357	877	-	(4.426)	(7.156)	-
Em 31 de dezembro de 2019	4.426	7.758	65.171	13.735	13.275	10.890	14.050	129.305
Custo total	4.426	110.142	361.178	48.008	19.088	14.050	14.050	715.544
Depreciação acumulada	-	(102.384)	(296.505)	(144.418)	(34.727)	(8.205)	-	(586.239)
Saldo líquido	4.426	7.758	65.171	13.735	13.275	10.890	14.050	129.305
Taxas anuais de depreciação	-	10%	10%	10%	4 a 20%	-	-	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R$20.473 (31/12/2018 - R$17.341) e **as** despesas é de R$5.044 (31/12/2018 - R$1.014). No terceiro trimestre de 2019 ocorreu a finalização de um projeto de capital no valor de R$1.571, o qual foi transferido para o intangível por se tratar de aquisição de software, e está apresentado no mapa de movimentação como uma baixa. Em 31 de dezembro de 2019, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques, agitadores e tubulações, além de melhorias no turbogerador). O custo de exaustão por operação mina, líquido de exaustão, no valor de R$13.275 (31/12/2018 - R$16.954), está incluído na rubrica "ARO" e **é decorrente da estimativa** dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de vida útil exaustão desse custo é calculada com base no tempo estimado de operação da mina, cujo término é previsto para o ano de 2023. **10. Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:** Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os arrendamentos da Companhia incluem o aluguel de equipamentos, veículos e alguns poucos imóveis, sendo que, em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de até 3 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Estas opções de prorrogação, e também as de extinção, estão incluídas em alguns dos arrendamentos de ativos imobilizados. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm termos e condições diferenciados. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os passivos de arrendamento incluem, quando aplicável, o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando uma taxa de juros pré-definida pela Companhia. Para o exercício de 2019 a taxa foi de 10,10% a.a.. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos de direito de uso		
Edificações	**479**	-
Máquinas e equipamentos	**6.822**	-
Veículos	**108**	-
	7.409	-
Passivos de arrendamento		
Circulante	**4.001**	-
Não circulante	**4.180**	-
	8.181	-

(b) Movimentação dos ativos de direito de uso

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.			
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2	**762**	**11.152**	**216**	**12.130**
Adições	-	**2.037**	-	**2.037**
Depreciação	**(283)**	**(6.367)**	**(108)**	**(6.758)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**479**	**6.822**	**108**	**7.409**

(c) Movimentação dos passivos de arrendamento

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Captação	**573**
Encargos	**174**
Adoção inicial IFRS 16/CPC 06 R2	**8.768**
Amortização de juros	**(1.338)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**8.181**

11. Salários e encargos sociais

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Provisão de férias e encargos sobre férias	**12.794**	13.651
Encargos sociais obrigatórios	**2.638**	2.744
Participação nos lucros e resultados	**4.483**	4.873
Outros	**1.511**	1.587
	21.426	22.855

12. Impostos, taxas e contribuições

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	**1.996**	2.983
Programa de integração social - PIS	**-**	260
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**-**	1.203
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**1.787**	1.857
Contribuição social e contribuição social	**494**	-
Outros impostos	**519**	628
	4.796	6.931

(a) ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: i) ICMS - Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE. A Companhia aderiu ao "DESENVOLVE" programa de incentivo da Bahia que permite a dilação do pagamento do ICMS excedente a R$1.056 em até 72 meses, acrescidos de 85% da TJLP a.a. No período findo em 31 de dezembro de 2019, o valor desse incentivo foi de R$7.940 (31/12/2018 - R$11.774) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica "Impostos incidentes sobre vendas". ii) ICMS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN. O Estado da Paraíba concedeu, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, incentivos fiscais para investimento industrial no Estado. A filial aderiu ao programa e goza de redução de 54% do saldo a pagar de ICMS. No período findo em 31 de dezembro de 2019, o valor desse incentivo foi de R$4.960 (31/12/2018 - R$6.057) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica "Impostos incidentes sobre vendas".

13. Provisão para contingências e outras provisões

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado (Nota 1.1))
Contingências trabalhistas (i)	**6.692**	7.256
Contingências tributárias (i)	**1.679**	1.603
Provisões ambientais (ii)	**760**	1.160
Benefícios de saúde pós-emprego (iii)	**21.922**	1.048
	31.053	21.070
Circulante	**860**	410
Não circulante	**30.193**	20.660
Depósitos judiciais relacionados às provisões	**(1.853)**	(1.908)

(i) A Companhia discute judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defende de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas que julga prováveis, consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei. Os processos de natureza trabalhista consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes de trabalho e responsabilidade subsidiária. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R$7.740 (31/12/2018 - R$8.894) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Já as contingências tributárias referem-se a Autos de infração de ICMS. (ii) Refere-se à estimativa dos custos de operação e manutenção de equipamentos e construções do sistema de remediação. Do montante de provisão total, R$360 (31/12/2018 - R$410) serão pagos no curto prazo. (iii) A Companhia disponibiliza aos planos de benefícios de saúde pós-emprego, os quais são avaliados anualmente por empresa especializada. Para 31 de dezembro de 2019 foi identificado uma perda atuarial oriunda deste benefício definido na ordem de R$21.922 (31/12/2018 – R$ 11.048 – reapresentado (nota 1.1)). A movimentação do saldo das provisões para contingências e outras provisões em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.				
	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Provisões ambientais	Benefícios de saúde pós-emprego	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	6.925	-	1.560	11.056	19.541
(Reapresentado (Nota 1.1))	5.708	1.603	-	-	7.311
Adições/atualizações	(5.190)	-	(395)	(8)	(5.593)
Baixas por reversão	(189)	-	-	-	(189)
Adições por meio de incorporação	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.254	1.603	1.165	11.048	21.070
(Reapresentado (Nota 1.1))	**3.194**	**76**	**-**	**12.117**	**15.387**
Adições/atualizações	**(1.506)**	**-**	**(405)**	**(1.243)**	**(3.154)**
Pagamentos	**(2.250)**				**(2.250)**
Baixas por reversão	**6.692**	**1.679**	**760**	**21.922**	**31.053**
Saldos em 31 de dezembro de 2019					

(a) Provisão para contingências: As principais causas com probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foram constituídas as respectivas provisões, referem-se à: i) Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho: Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei nº 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 1º de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990. Em 19 de abril de 2002 foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta. Em 14 de maio de 2015, o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu a decisão que reconhece como válida a indexação dos salários estabelecida pela Cláusula Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho de 1989/1990, conforme pleiteado pelo Sindicato dos Trabalhadores, entretanto, o Sindicato Patronal, em 13 de agosto de 2015, opôs Embargos de Declaração contra essa decisão que se encontra aguardando julgamento. Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores ajuizou ação de cumprimento contra a Companhia perante a 2ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, que foi julgada parcialmente procedente determinando o pagamento aos substituídos, cujos contratos de trabalho estavam ativos após o mês de março de 1990, das diferenças salariais atinentes aos reajustes salariais mensais previstos na cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, correspondentes a 90% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou índice substituto apurado no mês anterior, e sua repercussão em outras parcelas salariais. A referida decisão determinou, entretanto, a limitação dos reajustes deferidos à data-base subsequente, nos termos da Orientação Jurisprudencial 262 do TST. Contra essa decisão que deferiu os reajustes, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho, que manteve a decisão de primeira instância, parcialmente favorável ao Sindicato dos Trabalhadores. Posteriormente, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho - TST, sendo que neste momento aguarda decisão do tribunal regional que autorizou a apreciação desse mesmo pelo TST. Apesar de a Companhia possuir decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva semelhante movida anteriormente pelo Sindicato dos Trabalhadores, considerando o estágio atual deste processo, os assessores jurídicos classificam como possível o risco de perda referente a esse processo (valor estimado como causa R$1.475). ii) Auto de Infração de ICMS: ii.1) Ação Anulatória SP - 0051021-36.2012.8.26.0053: A Secretaria de Fazenda lavrou Auto de Infração contra a Companhia no valor de R$7.900 em virtude de suposta inadimplência no pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008 que, julgado parcialmente improcedente, foi reduzido para R$5.900. Contra esta decisão, a Companhia ajuizou ação anulatória na Vara da Fazenda Pública e obteve decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo até o julgamento final do processo. Julgada parcialmente procedente a ação (Deferido o pedido para exclusão de infrações relativas ao pagamento do imposto e mantidas as infrações relativas aos livros fiscais e registros magnéticos, com cálculo dos juros com base na SELIC). Protocolamos recurso de apelação. Vista para contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Estadual. ii.2) Ação Anulatória PB - 200.2012.084.032.3: Em 17 de maio de 2012, a 4ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa concedeu tutela antecipada em Ação Anulatória ajuizada pela antes controlada da Companhia, Cristal Mineração, para suspender a exigibilidade do pagamento, no montante de R$38.000, do Auto de Infração lavrado pela auditoria de recolhimento do ICMS sobre a transferência de propriedade de estoques a bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada. **(b) Depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências:** A movimentação do saldo dos depósitos judiciais relacionados às provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2019, está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.
	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.823
Adições	573
Baixas	(1.688)
Baixas por reversão	(925)
Atualização monetária	125
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.908
Adições	**807**
Baixas	**(799)**
Baixas por reversão	**(129)**
Atualização monetária	**66**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.853**

(c) Benefícios de saúde pós-emprego: A Companhia concede planos de assistência médica mediante duas operadoras para os atuais empregados (futuros aposentados) e aposentados, que realizam/realizarão contribuição fixa para o plano médico e são elegíveis a permanecerem nos planos de acordo com a Lei 9.656/98, assumindo o custo. A Lei 9.656/98 garante ao consumidor (e seus beneficiários), que contribuiu para um plano médico enquanto ativo no caso de aposentadoria ou desligamento sem justa causa, a possibilidade à manutenção no plano médico com a mesma cobertura e condições quando o contrato de trabalho estava em vigor, contanto que o consumidor assuma o pagamento integral do custo. No caso de desligamento o período de permanência no plano é de pelo menos seis meses e no máximo vinte e quatro meses dependendo do tempo de contribuição em anos para o plano. Para aposentados é permitido permanecer no plano pelo número de anos que houver pagamento de contribuição para o plano médico empregado durante o período em que o empregado contribuir por pelo menos 10 anos, o benefício será vitalício. Os cálculos atuariais realizados para se mensurar os efeitos deste tipo de benefício frente às demonstrações financeiras utiliza-se de dados históricos da Companhia, e são estimados considerando cenários de mercado e suposições sobre eventos futuros, tais quais, mas não somente: ■ Experiência do plano diferente da prevista nas hipóteses econômicas ou demográficas; ■ Alteração nas hipóteses econômicas ou demográficas; ■ Mudança nas regras do plano ou na legislação; e ■ Eventos significativos, tais como reestruturações, aquisições e alienações.A seguir demonstramos tabela resumo resultado dos cálculos atuariais realizados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Encerramento do Ano Fiscal	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A Resultado de Atividade		
1 Custo do serviço corrente	-	-
2 Custo do serviço passado – alterações de Plano	-	-
3 Custo do serviço passado – reduções antecipadas	-	-
4 Liquidações antecipadas (ganho)/perda	-	-
5 Custo do Serviço	-	-
6 Juros líquido sobre passivo(ativo) líquido	987	1.044
7 Custo de benefício definido no resultado	987	1.044
8 Custo da administração incorrido no período	-	-
9 Custo de eliminação de benefícios	-	-
10 Custo reconhecido no resultado - **A**	987	1.044
B Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
1 (Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	2.074	(1.989)
2 (Ganhos)/Perda atuariais de alterações de hipóteses	9.057	2.074
3 (Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	11.130	85
4 Rendimento sobre os ativos do plano (Maior)/Menor que a taxa de desconto	-	-
5 Mudança no superávit irrecuperável	-	-
6 Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA - **B**	11.130	85
C Custo do Benefício Definido		
1 Custo do serviço corrente	-	-
2 Juros líquido sobre o valor líquido de passivo(ativo)	987	1.044
3 Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	11.130	85
4 Custo do benefício definido - **A + B**	12.117	1.129
D Hipóteses utilizadas para determinar o custo do benefício definido		
1 Taxa de desconto	8,93%	9,44%
2 Taxa de inflação	3,80%	3,80%
3 Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A
4 Inflação Médica	6,91%	6,91%
E Amortização das obrigações de benefícios pós-emprego		
1 Benefícios pagos diretamente pela Companhia	(1.243)	(1.137)

14. Provisão para gastos para desmobilização da mina: Os gastos para desmobilização da mina correspondem aos programas desenvolvidos de forma a contemplar todos os custos que serão necessários para as atividades destinadas à mitigação dos impactos decorrentes da desmobilização do empreendimento e restauração socioambiental. Estes gastos são calculados através da utilização de premissas específicas, quais incluem o método de recuperação, o período em que o trabalho será executado, a taxa de inflação e a taxa de desconto a valor presente da provisão (8% a.a.). As estimativas de custos são revistas anualmente, como também a consequente revisão de cálculo do valor presente. O impacto no resultado financeiro referente ao valor presente da provisão é registrado em contrapartida da despesa financeira. A movimentação dos gastos para recuperação da mina da Companhia está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldos no início do exercício	**96.296**	90.177
Ajuste a valor presente (apropriação)	**7.700**	7.152
Complemento da provisão	**-**	680
Baixas	**(2.032)**	(1.713)
Saldos no final do exercício	**101.964**	96.296
Circulante	**23.552**	1.102
Não circulante	**78.412**	95.194

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em assembleia geral extraordinária foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia no valor total de R$44.424, passando este de R$162.504 para R$206.929, mediante a incorporação da Reserva de Ágio na Subscrição de Ações (no valor de R$22.791) e da Reserva de Correção Monetária Especial (no valor de R$21.633). O capital social subscrito e integralizado é de R$206.929 (31/12/2018 - R$ 162.505). A composição por classe (em número de ações) está demonstrada a seguir:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Ações ordinárias	**10.158.398**	8.126.719
Ações preferenciais:		
Classe "A"	**12.342.238**	9.873.790
Classe "B"	**6.518.111**	5.214.488
	29.018.747	23.214.998

As ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e de acordo com os critérios estabelecidos pelo estatuto da Companhia e pela legislação societária, sendo a aprovação da assembleia geral. Em determinadas situações específicas, a Companhia pode determinar pela reversão/dividendo distribuição parcial ou total, conforme já ocorrido em exercícios passados. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto ao Preferenciais classe "A" - gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano, caso seja gerado lucro distribuível no exercício e, ainda, de prioridade, sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de remanescentes de capital decorrentes de eventuais redução de capital ou de incorporação de bens ou reservas ao capital social. Preferenciais classe "B" - gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo 1º do artigo 111 da Lei das S.A. b) Reservas de capital: *i) Correção monetária especial (Lei nº 8.200/91)* - Registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos. ii) *Isenção e redução de imposto de renda* - Para o lucro decorrente das operações isentas, até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados. c) Reservas de lucros: i) *Reserva legal* - Constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital. ii) *Incentivos fiscais* - A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de isenção e redução de imposto de renda" no grupo "Reservas de lucros". d) Reservas estatutárias: i) *Especial para dividendos* - Essa reserva tem por objetivo garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos. ii) *Para aumento de capital* - Tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 95% do lucro líquido do exercício ajustado, não podendo exceder o limite de 80% do capital social. e) Dividendos: O saldo em aberto de R$2.915 em 31 de dezembro de 2019 refere-se a dividendos devidos apurados em exercícios anteriores (R$1.535) e corrente (R$1.380). A movimentação dos dividendos a pagar da Companhia está demonstrada a seguir:

Dividendos:	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	11.850
Constituição de dividendos complementares referente ao exercício anterior	22.357
Constituição de dividendos intermediários referente ao exercício corrente	48.213
Pagamento de dividendos intermediários referente ao exercício corrente	(47.314)
Pagamento de dividendo referente a exercícios anteriores	(33.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.708
Constituição de dividendos	**4.042**
Dividendos prescritos	**(173)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**5.577**

f) Juros sobre o capital próprio ("JCP"): O Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberação tomada em reunião realizada no dia 15 de março de 2019, aprovou o pagamento de JCP no valor bruto global de R$17.740 (valor líquido de R$ 15.079). Os JCP líquido serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo

Lucro líquido do exercício **109.910**
Constituição da reserva legal (5.496)
Constituição das reservas de incentivos fiscais (27.932)
Lucro ajustado I (A) **76.482**
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (B) 19.121
(-) JCP bruto já distribuídos no exercício de 2019 (C) 17.740
IR sobre JCP pago (15%) (2.661)
(-) JCP líquido já distribuídos no exercício de 2019 (D) 15.079
Dividendo mínimo obrigatório ainda a distribuir (E) = (B) - (D) **4.042**
Lucro ajustado II (A) - (C) - (E) **54.700**
Reserva para aumento de capital (90%) 49.230
Reserva especial para dividendos (10%) 5.470

16. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. a) *Reconciliação de despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social.* Segue a conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota nominal) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da tributação	**111.292**	157.037
Alíquota fiscal de 34%	**(37.839)**	(53.393)
Subvenção governamental-isenção de imposto e benefícios	**19.806**	29.715
Despesas não dedutíveis / Receitas não tributáveis para fins fiscais:		
Utilização de prejuízos fiscais	**8.949**	10.508
Ajustes de exercícios anteriores	**2.266**	-
Pagamento de JCP	**6.032**	9.494
Outras adições permanentes	**(595)**	889
Imposto diferido não reconhecido	**-**	1.421
Alíquota efetiva	**(1.382)**	(1.365)
Corrente	**(3.188)**	(7.568)
Diferido	**1.806**	6.203

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu um saldo de tributos diferidos ativos de R$8.009, decorrentes de prejuízos fiscais. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. O valor anteriormente reconhecido reconhecido pela Companhia corresponde a uma projeção calculada com base no lucro tributável futuro, representando a melhor expectativa da Administração para realização futura do referido crédito. A Administração pretende realizar todo este crédito ainda no exercício de 2020. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados totalizam R$55.400 sendo que as atuais previsões de expectativa de realização futura não demonstram lucro tributável em prazo adequado para suportar a totalidade dos referidos créditos. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia. **17. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais (incentivos fiscais) são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo. A Companhia tem subvenções estaduais que são registradas como redutora dos tributos incidentes sobre as vendas e as federais que são registradas diretamente na linha do imposto de renda durante o exercício, e, posteriormente, são destinadas à reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros). a) Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração: A Companhia possui o direito de redução de 75% do imposto de renda até o ano-calendário de 2026, sobre o lucro oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano. As atividades de mineração da filial na Paraíba possuem também o

TRONOX

TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 15.115.504/0001-24
Sociedade Aberta

UMA EMPRESA COM AÇÕES EM PODER PÚBLICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Estoques

	31/12/2019		
Pigmento de titânio	Minérios	Total
Produtos acabados	138.419	56.328	194.747
Produtos em elaboração	12.447	53.619	66.066
Matérias-primas e insumos	35.952	1.166	37.118
Importações em andamento	1.288	-	1.288
Materiais de suprimento	20.514	3.592	24.106
Provisão para desvalorização e perdas	(4.239)	(1)	(4.240)
	204.381	114.704	319.085

	31/12/2018	
Pigmento de titânio	Minérios	Total
Produtos acabados	103.126	32.997	136.123
Produtos em elaboração	11.099	64.440	75.539
Matérias-primas e insumos	33.590	1.588	35.178
Importações em andamento	204	-	204
Materiais de suprimento	19.357	3.890	23.247
Provisão para desvalorização e perdas	(4.128)	-	(4.128)
	163.248	102.915	266.163

d) Outras informações: *i) Pigmento de titânio*

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	69.155	100.561
Imobilizado e Ativos de direito de uso	31/12/2019	31/12/2018
Custo total	550.434	518.244
Depreciação acumulada	(438.397)	(419.710)
	112.037	98.525
Total de ativo	637.700	479.493

ii) Minérios

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do IR e CS	42.137	56.476
Imobilizado e Ativos de direito de uso	31/12/2019	31/12/2018
Custo total	179.278	174.876
Depreciação acumulada	(154.601)	(147.129)
	24.677	27.747
Total de ativo	151.706	190.307

29. Lucro por ação: Demonstramos a seguir o cálculo do lucro básico por ação:

	Tronox Pigmentos do Brasil S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	109.910	155.872
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares):		
Ordinárias	10.159	8.127
Preferenciais Classe "A"	12.342	9.874
Preferenciais Classe "B"	6.518	5.214
Lucro básico por mil ações - R$		
Ordinárias	3,79	6,71
Preferenciais Classe "A"	3,79	6,71
Preferenciais Classe "B"	3,79	6,71

Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Eventos subsequentes: As recentes notícias sobre o avanço do novo coronavírus ("COVID-19") pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos ao redor do mundo. Desta pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial. Visando mitigar os possíveis impactos em seus negócios, a Companhia está elaborando um plano de contingência e monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento da produção, e consequentemente a continuidade de suas operações. Neste momento, não há previsão de relevantes impactos nas operações que possam afetar as receitas do primeiro trimestre de 2020 de forma significativa. Na data dessas demonstrações financeiras não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar em impactos nos negócios da Companhia. Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os possíveis impactos futuros no setor e nos seus negócios e irá empenhar os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Companhia.

DIRETORIA

Paulo Roberto Dantas Oliveira - Diretor
Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras - Diretor

CONSELHO FISCAL

Massao Fabio Oya João Roberto Sena da Paixão Aurélio Cézar da Silva Cardozo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, nos termos do 163, incisos II, III e VII, procederam a análise das Demonstrações Financeiras tomadas em seu conjunto, do Relatório Anual da Administração e demais demonstrativos, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e com base nas análises efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2020 e seus esclarecimentos, concluíram que os documentos acima, estão adequadamente apresentados em todos os seus aspectos relevantes, e, considerando as observações "A, B, C e D" de responsabilidade dos Acionistas, apresentadas na ata da reunião do Conselho Fiscal de 25 de março de 2020, opinam pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os Conselheiros Presentes.

Camaçari – BA, 27 março de 2020.

Massao Fábio Oya **Aurélio Cezar da Silva Cardozo** **João Roberto S Paixão**

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores e os Administradores da TRONOX PIGMENTOS DO BRASIL S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede BA 099, KM 20 – Centro – Abrantes – Camaçari, Bahia, inscrita n CNPJ sob nº 15.115.504.0001-24, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers, relativamente as demonstrações financeiras da Tronox referente a 2019, e (ii)Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Tronox referente a 2019.

Camaçari, 27 de março de 2020.
Paulo Roberto Dantas Oliveira - Diretor
Viktor Maximiliano Augusto dos Santos Veras - Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Roberto Dantas Oliveira
Alejandro Hernan Tochilovsky
Roberto Garcia de Souza

CONTADOR

Anderson Ferreira de Araújo
CRC-BA 030329 / O - 4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Tronox Pigmentos do Brasil S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Tronox Pigmentos do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tronox Pigmentos do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Provisão para gastos para desmobilização da mina (Nota 14 às demonstrações financeiras):** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta provisão para desmobilização de mina no montante de R$ 11.964 mil. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que o cálculo dessa provisão envolve julgamentos críticos por parte da administração devido à complexidade envolvida no prazo e no valor de custos futuros a serem incorridos com a recuperação de áreas degradadas e encerramento da mina, bem como na determinação da taxa de desconto apropriada para descontar esses fluxos de pagamento a valor presente. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos, entre outros, os seguintes procedimentos de auditoria: Avaliamos a consistência entre a política contábil definida pela Companhia relativamente à provisão para fechamento de minas e os procedimentos por ela adotados para a determinação da provisão e suas respectivas divulgações. Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos especialistas externos da administração que efetuaram os cálculos das estimativas de custo a serem incorridos no fechamento das minas. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e estimativas de custos consideradas pela administração, comparando-as com dados de mercados e cotações externas, quando aplicável, bem como testamos as movimentações ocorridas no ano. Os resultados de nossos procedimentos demonstram que os julgamentos e premissas utilizadas são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos. **Porque é um PAA - Benefícios de saúde pós-emprego (Nota 1.1 e 13 (c) às demonstrações financeiras):** Conforme Nota Explicativa nº 1.1, a Administração da companhia identificou erros de exercícios anteriores relacionados ao reconhecimento do passivo atuarial dos planos médicos para aposentados não classificados retrospectivamente como um cust

Racional Engenharia Ltda.

CNPJ/MF nº 43.202.951/0001-56

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2019	2018
Ativo circulante	**89.336**	**120.600**
Caixa e equivalentes de caixa	46.437	97.383
Aplicações financeiras	34.428	20.743
Contas a receber de clientes	7.224	6.793
Adiantamentos a fornecedores	74	652
Ativo fiscal corrente	462	2.441
Outros créditos	711	648
Ativo não circulante	**29.738**	**23.117**
Contas a receber de clientes	–	225
Depósitos judiciais	1.888	1.857
Ativo fiscal diferido	15.329	12.279
Outros créditos	1.103	437
Investimentos	85	85
Ativos de direitos de uso	3.278	–
Imobilizado	492	564
Intangível	7.563	7.670
Total do ativo	**119.074**	**151.777**

Passivo e Patrimônio Líquido	2019	2018
Passivo circulante	**87.871**	**115.784**
Fornecedores	25.717	12.246
Obrigações trabalhistas e sociais	8.988	12.989
Passivo fiscal corrente	3.333	2.200
Imposto de renda e contribuição social a recolher	261	2.394
Adiantamentos de clientes	43.154	79.317
Provisão para garantia de obras	5.037	5.710
Passivos de arrendamento	1.060	–
Outras contas a pagar	120	928
Passivo não circulante	**14.395**	**11.478**
Obrigações trabalhistas e sociais	–	1.023
Fornecedores	1.203	48
Provisão para contingências	4.557	4.856
Provisão para garantia de obras	468	2.245
Benefícios a empregados	5.260	1.712
Passivos de arrendamento	2.274	–
Outras contas a pagar	633	134
Patrimônio líquido	**17.008**	**24.515**
Capital social	21.615	21.615
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.321)	(145)
(Prejuízos) lucros acumulados	(3.286)	3.045
Total do passivo e patrimônio líquido	**119.074**	**151.777**

Demonstrações do Resultado

	2019	2018
Receita Operacional líquida	616.227	603.066
Custos dos serviços prestados	(586.336)	(596.182)
Lucro bruto	**29.891**	**55.618**
Despesas administrativas e comerciais	(41.742)	(46.788)
Depreciações	(988)	(209)
Amortizações	(412)	(572)
Outras receitas	870	1.035
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	**(12.381)**	**9.084**
Receitas financeiras	5.512	3.803
Despesas financeiras	(519)	(500)
Receitas financeiras líquidas	**4.993**	**3.303**
Resultado antes dos impostos	**(7.388)**	**12.387**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.130)	(3.466)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.444	(661)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(6.074)**	**8.260**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(6.074)**	**8.260**
Ajuste de avaliação patrimonial de benefício definido	(1.176)	1.167
Resultado abrangente total	**(7.250)**	**9.427**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01/01/2018	**21.615**	**(1.312)**	**(5.215)**	**15.088**
Lucro líquido do exercício	–	–	8.260	8.260
Ganhos com obrigações atuariais – IRPJ e CSSL sobre as obrigações atuariais	–	74	–	74
Saldo em 31/12/2018	**21.615**	**(145)**	**3.045**	**24.515**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(6.074)	(6.074)
Dividendos distribuídos conforme ata em reunião de sócios	–	–	(257)	(257)
Perdas sobre as obrigações atuariais – IRPJ e CSSL sobre as obrigações atuariais	–	(1.782)	–	(1.782)
Saldo em 31/12/2019	**21.615**	**(1.321)**	**(3.286)**	**17.008**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(7.388)**	**12.387**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		
Ajustes para: Depreciação sobre arrendamento	819	–
Depreciação do ativo imobilizado	169	209
Amortizações	412	572
Juros sobre aplicações financeiras	(104)	(465)
(Reversão)/constituição de provisão para garantia de obras	(2.450)	2.955
Provisão para benefício a empregados	306	388
Baixa/perda na venda de imobilizado e intangível	83	–
Constituição de contingências	3.524	6.571
	(4.630)	**19.210**
Variações em: (Aumento) Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(206)	14.288
Ativo fiscal corrente	1.979	(627)
Adiantamentos a fornecedores	578	10.094
Depósitos judiciais	(31)	(12)
Outros créditos	(729)	39
Aumento (Redução) dos passivos: Fornecedores	14.644	159
Adiantamentos de clientes	(36.163)	47.726
Obrigações trabalhistas e sociais	(5.023)	(1.669)
Passivo fiscal corrente	1.133	(989)
Outras contas a pagar	(309)	(326)
Caixa (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais	**(28.757)**	**87.889**
Juros pagos	(18)	–
Pagamento de contingências	(3.823)	(5.367)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(7.388)**	**12.387**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		
Ajustes para: Depreciação sobre arrendamento	819	–
Depreciação do ativo imobilizado	169	209
Amortizações	412	572
Juros sobre aplicações financeiras	(104)	(465)
(Reversão)/constituição de provisão para garantia de obras	(2.450)	2.955
Provisão para benefício a empregados	306	388
Baixa/perda na venda de imobilizado e intangível	83	–
Constituição de contingências	3.524	6.571
	(4.630)	**19.210**
Variações em: (Aumento) Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(206)	14.288
Ativo fiscal corrente	1.979	(627)
Adiantamentos a fornecedores	578	10.094
Depósitos judiciais	(31)	(12)
Outros créditos	(729)	39
Aumento (Redução) dos passivos: Fornecedores	14.644	159
Adiantamentos de clientes	(36.163)	47.726
Obrigações trabalhistas e sociais	(5.023)	(1.669)
Passivo fiscal corrente	1.133	(989)
Outras contas a pagar	(309)	(326)
Caixa (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais	**(28.757)**	**87.889**
Juros pagos	(18)	–
Pagamento de contingências	(3.823)	(5.367)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(13.581)	14.166
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de bens intangíveis	(584)	(559)
Caixa proveniente da alienação de imobilizado	99	61
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**(14.066)**	**13.668**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	(763)	–
Dividendos distribuídos	(257)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(1.020)**	**–**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(50.946)**	**95.118**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	97.383	2.265
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	46.437	97.383
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(50.946)**	**95.118**

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144

Aviso aos Acionistas - Disponibilização de Documentos para Assembleia Geral Ordinária - Artigo 133 da Lei nº 6.404/76

São Paulo, 28 de março de 2020 - A Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. (B3: MTRE3 - "Companhia") comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir de 30 de março de 2020 (inclusive), os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, bem como aqueles previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009 estarão disponíveis aos acionistas, na forma da legislação aplicável, para consulta na sede da Companhia e, eletronicamente, no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br/). São Paulo, 28 de março de 2020.

Rodrigo Coelho Cagali
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Grupo SBF S.A.

CNPJ/ME nº 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Companhia aberta

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os senhores acionistas da **GRUPO SBF S.A.** ("Companhia" ou "Centauro") a se reunirem em AGO/E, que se realizará no dia 30/04/2020, às 09h, na sede social, localizada na Rua Hugo D'Antola, nº 200, Bloco A, Lapa, em SP/SP a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de AGO: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2019; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019; e, em sede de AGE: **(iii)** a retificação do montante global da remuneração da Administração da Companhia para o biênio de 2019/2020, aprovada em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 15/02/2019. **Informações Gerais**: 1. Poderão participar da AGO/E os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, (i) pessoalmente; (ii) por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme disposto o artigo 126 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); ou (iii) via boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). 2. Os acionistas deverão apresentar-se com antecedência ao horário de início indicado neste Edital, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia e, conforme o caso: (i) **Pessoas Físicas**: documento de identificação com foto; (ii) **Pessoas Jurídicas**: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso); (iii) **Fundos de Investimento**: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração, conforme o caso). Sob pena de não admissão, seus representantes legais ou procuradores deverão comparecer à AGO/E munidos dos documentos com foto e validade no território nacional que comprovem sua identidade e/ou condição. Solicita-se que os acionistas apresentem os documentos referidos acima com antecedência de 48 horas antes da data da AGO/E para melhor organização dos trabalhos da AGO/E. 3. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.centauro.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br/ e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/19: (i) relatório da administração; (ii) cópia das demonstrações financeiras; (iii) parecer dos auditores independentes da Companhia; e (iv) demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO/E, incluindo este Edital, a Proposta da Administração e aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481, de 17/12/09, conforme alterada. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 2588-5000 ou via e-mail: ri@centauro.com.br/ **Sebastião Vicente Bomfim Filho** - Presidente do Conselho de Administração.

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/MF nº 61.167.060/0001-98

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	2019	2018
Circulante		**146.022**	**97.941**
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.246	9.239
Contas a receber de clientes	5	103.206	75.415
Estoques	6	8.524	6.167
Impostos a recuperar		1.933	5.567
Adiantamentos a fornecedores		3.962	1.370
Outros créditos		151	183
Não circulante		**79.764**	**75.494**
Realizável a longo prazo			
Créditos com pessoas ligadas		244	296
Depósitos judiciais		54	–
Valores a receber		522	421
Investimentos	7	10.653	7.548
Imobilizado	8	26.021	25.027
Intangível	9	42.270	42.202
Total do ativo		**225.786**	**173.435**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2019	2018
Circulante		**78.842**	**42.800**
Fornecedores	10	7.044	5.629
Empréstimos e financiamentos	11	53.830	24.860
Obrigações trabalhistas	12	4.101	3.723
Obrigações tributárias	13	7.503	10.382
Obrigações por aquisição de participações	7	2.070	3.833
Venda para entrega futura		3.584	–
Outras obrigações		710	373
Não circulante		**50.596**	**30.843**
Empréstimos e financiamentos	11	33.512	12.474
Obrigações tributárias	13	11.292	13.708
Obrigações por aquisição de participações	7	3.667	3.667
Contratos de mútuos	14	2.124	994
Patrimônio líquido	15	**96.349**	**93.792**
Capital social		1.500	1.500
Reserva de lucros		45.672	42.781
Ajustes de avaliação patrimonial		49.177	49.511
Total do passivo e patrimônio líquido		**225.786**	**173.435**

Demonstração do Resultado

	Notas	2019	2018
Receita líquida	16	**104.870**	**97.404**
Custos dos produtos vendidos		(34.150)	(31.162)
Lucro bruto		**70.747**	**66.242**
Receitas (despesas)			
Despesas administrativas	17	(7.282)	(6.089)
Despesas comerciais	18	(34.472)	(30.094)
Despesas tributárias		(1.007)	(1.037)
Depreciação		(2.027)	(1.669)
Resultado de equivalência patrimonial		(849)	2.982
Outras receitas (despesas)		664	1.581
Lucro antes do resultado financeiro		**25.774**	**31.916**
Receitas financeiras	19	951	2.624
Despesas financeiras	19	(12.270)	(8.111)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**14.452**	**26.429**
Imposto de renda		(3.153)	(4.478)
Contribuição social		(1.162)	(1.620)
Lucro líquido do exercício		**10.137**	**20.331**
Quantidade de quotas		**1.500.000**	**1.500.000**
Lucro líquido do exercício por quota – R$		**6,76**	**13,55**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**10.137**	**20.331**
Resultado abrangente do exercício	**10.137**	**20.331**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Re-serva de lucros	Ajustes de ava-liação patri-monial	Lucros (prejuízos) acumu-lados	Total
Saldos em 31/12/2017	**1.500**	**34.188**	**49.800**	–	**85.488**
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(289)	289	–
Lucros distribuídos	–	(6.382)	–	–	(6.382)
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	(5.645)	(5.645)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	20.331	20.331
Constituição de reserva de lucros	–	14.975	–	(14.975)	–
Saldos em 31/12/2018	**1.500**	**42.781**	**49.511**	–	**93.792**
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(334)	290	(44)
Lucros distribuídos	(7.536)	–	–	–	(7.536)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	10.137	10.137
Constituição de reserva de lucros	10.427	–	–	(10.427)	–
Saldos em 31/12/2019	**1.500**	**45.672**	**49.177**	–	**96.349**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**10.137**	**20.331**
Lucro líquido do exercício		
Ajustes para reconciliar o resultado e o caixa líquido (aplicado) gerado		
Nas atividades operacionais		
Ajustes de avaliação patrimonial	(44)	–
Resultado de equivalência patrimonial	849	(2.982)
Deságio com investimentos	–	(2)
Valor residual do ativo permanente baixado	4.757	660
Depreciação e amortização	2.592	1.925
Lucro ajustado	**18.291**	**19.832**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(27.791)	(16.511)
Estoques	(2.357)	(1.600)
Impostos a recuperar	3.634	(3.149)
Adiantamentos a fornecedores	(2.592)	–
Outros créditos	32	(255)
Realizável a longo prazo	(103)	(56)
Fornecedores	1.415	1.255
Obrigações trabalhistas	378	503
Obrigações tributárias	(5.295)	735
Venda para entrega futura	3.584	–
Outras obrigações	337	(515)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(10.467)**	**239**
Atividades de investimentos		
Aplicações em investimentos	(3.954)	(10.346)
Aquisição de imobilizado	(9.337)	(5.300)
Aumento do intangível	(74)	(205)
Caixa líquido aplicado atividades de investimentos	**(12.365)**	**(15.851)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(7.536)	(6.382)
Contratos de mútuos	1.130	6
Obrigações por aquisição de participações	(1.763)	7.500
Empréstimos de curto prazo	28.970	5.977
Empréstimos de longo prazo	21.038	6.684
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**41.839**	**13.785**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**19.007**	**(1.827)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	28.246	9.239
No início do exercício	9.239	11.066
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**19.007**	**(1.827)**

	2019	2018
Custo atribuído: A Empresa optou pela adoção do custo atribuído *(deemed cost)* ajustando os saldos de abertura de suas marcas na data de transição em 01/01/2009 para fins de comparação. Os valores utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, que emitiram os respectivos laudos de avaliação. Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 01/01/2009 totalizaram R$ 10.884, e foram lançados em contrapartida da conta de Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Em 31/12/2019 e 2018 não houve a necessidade de constituição de provisão.		
9. Intangível	**2019**	**2018**
KIMCOAT	30.359	30.359
NUTRIL	4.111	4.111
EXION	2.873	2.873
KANT	2.873	2.873
CUPRAZOL	839	839
SOLOGEL	433	433
MARCAS E PATENTES	81	52
SOFTWARES	701	662
Totais	**42.270**	**42.202**
Custo atribuído: A Empresa optou pela adoção do custo atribuído *(deemed cost)* ajustando os saldos de abertura de suas marcas na data de transição em 01/01/2009 para fins de comparação. Os valores utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, que emitiram o respectivo laudo de avaliação. Os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído em 01/01/2009 totalizaram R$ 41.479, e foram lançados em contrapartida da conta de Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido.		
10. Fornecedores	**2019**	**2018**
Fornecedores nacionais	7.044	5.629
Totais	**7.044**	**5.629**
11. Empréstimos e Financiamentos	**2019**	**2018**
Capital de giro	85.944	36.231
Finame	1.055	755
Duplicatas descontadas	59	276
Outros	284	52
Total	**87.342**	**37.334**
Circulante	53.830	24.860
Não circulante	**33.512**	**12.474**

Os empréstimos e financiamentos referem-se a operações de capital de giro, contas garantidas e financiamentos de máquinas e veículos.

12. Obrigações trabalhistas	**2019**	**2018**
Salários a pagar	734	692
INSS a recolher	536	494
FGTS a recolher	178	165
Provisão de férias e encargos sociais	2.573	2.305
Outros	80	67
Totais	**4.101**	**3.723**

13. Obrigações tributárias	**2019**	**2018**
Circulante		
IRRF a recolher	500	437
IRPJ a recolher	3.153	4.903
CSLL a recolher	1.162	1.846
Parcelamento de ICMS	249	573
Parcelamentos Lei 11.941	851	1.123
Parcelamentos Lei 12.996	190	293
Parcelamento PERT – débitos previdenciários	243	243
Parcelamento PERT – demais débitos	252	273
Parcelamentos ordinários de INSS	299	272
Parcelamentos ordinários de IRPJ	308	291
Parcelamentos ordinários de CSLL	142	141
Outros	154	(13)
Totais	**7.503**	**10.382**
Não circulante		
Parcelamento de ICMS	524	1.148
Parcelamentos Lei 11.941	2.874	3.607
Parcelamentos Lei 12.996	2.194	2.262
	2019	**2018**
Parcelamentos ordinários de INSS	521	847
Parcelamentos ordinários de IRPJ	249	557
Parcelamentos ordinários de CSLL	130	271
Parcelamento PERT – débitos previdenciários	2.340	2.449
Parcelamento PERT – demais débitos	2.422	2.538
Outros	38	29
Totais	**11.292**	**13.708**

14. Contratos de mútuos – Referem-se a valores obtidos junto a sócios e investidores, com pagamento de encargos a valores de mercado. **15. Patrimônio Líquido a) Capital social** O capital social em 31/12/2019 e 2018 é de R$ 1.500, dividido em 1.500.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente integralizados em moeda corrente nacional. **b) Reserva de lucros** O saldo de lucros apurados no exercício, foi mantido em conta de reserva de lucros para decisão futura da administração com relação a sua destinação. **c) Ajustes de avaliação patrimonial** Estão representados pelas contrapartidas dos valores de custo atribuído registrados no ativo imobilizado, conforme nota nº 8, e valor econômico do intangível conforme nota nº 9. Os valores realizados no exercício por depreciação e baixas do imobilizado foram baixados em contrapartida a conta de lucros acumulados. Não ocorreram baixas do valor econômico do intangível registrado.

16. Receita líquida	**2019**	**2018**
Receita bruta	**120.078**	**110.521**
Impostos sobre as vendas	(4.734)	(4.481)
Vendas canceladas	(11.247)	(8.636)
Receita líquida	**104.897**	**97.404**

Renato Bassan Peixoto – Diretor ADM/Financeiro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia de nossos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

Nova Master Auditores Independentes	**Haroldo Campello Pasin**
CRC nº 2SP 024.315/O-6	Sócio-contador CRC/SP nº 1SP 155.773/O-2

Aos Quotistas e Administradores da Indústria Química Kimberlit Ltda. – Olímpia-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Indústria Química Kimberlit Ltda.** em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

Crivella pede liberação de FGTS para trabalhadores no Rio de Janeiro

O prefeito do Rio, Marcelo Crivella disse que encaminhou na sexta-feira (27) um ofício ao ministro da Economia, Paulo Guedes, com o pedido de liberação, no valor de R$ 90 milhões, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de motoristas de ônibus, taxistas, ambulantes e artistas de rua cadastrados na prefeitura.

Segundo Crivella, o assunto seria discutido nesta sexta-feira, no Rio, em reunião com o ministro, mas ele foi informado que Guedes está de quarentena. Por isso, encaminhou o pedido por meio de ofício.

O prefeito acrescentou que seriam beneficiados pela medida os trabalhadores com carteira assinada. Para aqueles que não têm o documento, a administração municipal está preparando a distribuição de cestas básicas a fim de amenizar a crise financeira provocada pelo coronavírus.

No caso dos rodoviários, as empresas de ônibus ameaçaram paralisar os serviços por causa da falta de recursos causada pela crise que o setor vem enfrentando, agravada pela queda no movimento de passageiros, após o início da quarentena, em razão da cidade e no estado.

"As categorias que têm carteira assinada e saldo no Fundo de Garantia, pedimos ao presidente da República, que autorize que eles resgatem o FGTS. Aquelas categorias que não têm, estamos ajudando com cestas básicas", afirmou, em entrevista, no Riocentro, zona oeste do Rio.

Hospitais

Crivella informou ainda que o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, em Acari, zona norte do Rio, está sendo organizado para uso exclusivo de atendimento aos pacientes infectados com coronavírus.

Haverá um hospital de campanha, que está sendo montado no Pavilhão 3 do Riocentro. A previsão é de que as obras de adaptação estejam concluídas em até 20 dias. Lá, serão instalados 500 leitos, mas se houver necessidade, a prefeitura admitiu que pode ter um aumento no número de leitos.

Sobre flexibilizações nas atividades suspensas estão ligadas ao em conta aspectos políticos ou sanitários, o prefeito afirmou que as decisões são tomadas depois de após ouvir a comunidade científica do município.

"Nossos médicos, professores de universidade, nossa secretária de saúde [Beatriz Busch], nossos infectologistas. Temos tomado decisões sempre no gabinete de segurança, sempre juntos", disse.

De acordo com o prefeito, as medidas adotadas a nível municipal têm dado resultado. Pelo número de infectados previstos para este sábado, (28), e com base na série histórica que começou no dia 27 do mês passado, poderiam ocorrer 2 mil casos. Mas pelos dados atuais, segundo ele, os casos não chegarão a 1 mil registros.

Diante dos números, o prefeito não descartou a possibilidade de novas flexibilizações nos próximos dias. "Acredito que daqui a 15 dias a gente comece a flexibilizar esse afastamento social, mas isso vai depender das curvas e dos números que estamos acompanhando dia a dia", indicou, acrescentando que no momento não há decisões de novas aberturas de atividades.

A partir de hoje, quando divulgar os boletins, a prefeitura do Rio vai incluir o indicador de pessoas internadas na rede municipal com síndromes respiratórias agudas e que tiveram alta, mas vai deixar de divulgar os números de casos suspeitos.

A secretária Beatriz Busch afirmou que a partir do término da fase em que a contaminação se dava especificamente por pessoas que voltavam de viagens ao exterior não tem porquê manter a divulgação de casos suspeitos de novo coronavírus.

"Abandonamos a restrição de casos suspeitos e passamos a tratar todos os casos gripais como prováveis. Temos um levantamento recebido da secretaria estadual desde o dia 16 de março de notificação desses casos e passamos a adotar este número, que ontem estava em 4 mil 471 casos prováveis. São todos os pessoas que apresentaram quadros gripais desde o dia 16 de março", afirmou a secretária.

A partir desta sexta-feira, a prefeitura passa a divulgar os casos prováveis, os confirmados, os internados e os que estão em unidades de tratamento intensivo (UTIs), além das pessoas internadas na rede municipal com síndromes respiratórias agudas e que tiveram alta.

Reabertura

Hoje, em decorrência do decreto do prefeito publicado no Diário Oficial do município, voltaram a funcionar mercearias, lojas de conveniências nos postos de combustível, desde que sem o consumo no local; as de material de construção, açougues, aviários e peixarias, depósitos, distribuidoras e transportadoras, vedada a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato; comércio de insumos agrícolas e de medicamentos veterinários, alimentos e produtos de uso animal e os estabelecimentos comércio de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Igrejas

Crivella disse que a prefeitura pediu a padres e pastores para que evitem aglomerações em templos religiosos e igrejas. "Hoje o que oc

Jornal O DIA SP

BANK OF CHINA

BANCO DA CHINA BRASIL S.A.

CNPJ nº 10.690.848/0001-43

Avenida Paulista, 901 - 14º andar - CEP 01311-100 - Bela Vista - São Paulo - SP

ouvidoria@boc-brazil.com 0800-940-8505

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: I - Cenário econômico: O ano de 2019 iniciou com expectativas otimistas em relação ao crescimento do produto interno bruto (PIB), com projeções em torno de 2,5% ao ano, fundadas sobretudo na proposta de reformas estruturais do novo governo e uma política econômica liberal voltada à modernização e à melhoria da eficiência do setor produtivo. A reforma da Previdência, a mais importante de todas, foi aprovada no início do 2º semestre apesar da forte resistência das classes privilegiadas. As novas regras preveem economia de gastos públicos da ordem de R$ 800 bilhões nos próximos 10 anos indicando o início de um processo de reequilíbrio das contas do setor público. Outras reformas, igualmente importantes como a tributária e a administrativa, não tiveram avanços esperados e foram postergadas para 2020. Neste cenário, o PIB terminou o ano aquém do projetado, pouco acima de 1% ao ano, praticamente repetindo o mesmo desempenho do ano anterior. Os investimentos estrangeiros, aguardados para este ano no rastro das reformas, não vieram, optando os grandes países por outros melhor fundamentados economico. Para atrair esses investimentos é fundamental que as reformas avancem e sejam aprovadas em 2020. As projeções mais recentes do mercado para o PIB de 2020 apontam para uma capital local, mas sobretudo o externo, indicando, desde modo, a um crescimento mais consistente da atividade econômica. Apesar das dificuldades, a economia brasileira continuou crescendo acima do esperado. O nº semestre o PIB mostrou uma leve aceleração fundada no consumo das famílias. Inflação baixa e expectativas inflacionárias ancoradas permitiram quedas gradativas nas taxas de juros com reflexo na expansão de consumo via crédito e no barateamento do capital de giro das empresas. Os juros básicos (Selic) encerraram o ano em números com otimismo e já prevê crescimento da ordem 2,3% para 2020. Outros dados, porém, não mostraram desempenho tão bom no período. O crescimento industrial ficou praticamente estagnado, com ligeira melhora no final e no desempenho da construção civil. A indústria de transformação, a mais importante na caracterização de uma economia emergente, passou em relação a 2018. As projeções para 2020 apontam para excesso de capacidade ociosa, da ordem de 25% a 30%, de acordo com os dados de órgãos representativos do setor. A perda de dinamismo do setor se deve em parte à recessão na Argentina, importante mercado para manufaturados brasileiros, e que com a crise tem importado menos produtos do Brasil. Com o fraco crescimento da China e EUA e os problemas que as economias latino-americanas estão passando, o crescimento do Brasil vai depender quase que exclusivamente do mercado interno. A taxa de investimento tos cresceu 3% em 12 meses, mas o total investido ficou em 16,3% do PIB. Para o mesmo tipo de ano antes, muito abaixo do necessário – cerca de 25% - a ampliação e a modernização do parque produtivo. Com um maior crescimento do PIB projetado para 2020 e com reaquecimento de setores que utilizam intensivamente a mão de obra como os setores de construção civil, comércio e serviços, o nível de emprego e renda aumentando com impacto positivo no consumo e consequentemente no retorno ao dinamismo da economia. A balança comercial fechou 2019 com superávit de US$46,6 bilhões retrocedendo 20% em relação a 2018. No ano, as exportações somaram US$221,9 bilhões, queda de 6,6% em relação ao ano de 2018 para 2019, e as importações alcançaram US$177,3 bilhões, com recuo de 2,1%. Além da desaceleração no nível global de comércio que afetou a economia de todos os países, o setor externo brasileiro, a Argentina enfrentou em 2019 seu segundo ano de recessão e com isso diminuiu suas compras no Brasil em 35,6%. Mercadorias industrializadas como carros e autopeças estão se que registraram as maiores quedas nos embarques, com recuo de 11,1% em relação ao ano anterior. A expectativa para 2020 é de recuperação, mas continuamente sua participação no total exportado, em parte como reflexo da falta de competitividade dos produtos fabricados no País. Esse recuo tem sido compensado em boa parte pelo aumento nas exportações de bens que alcançou o patamar de 52,7%, um recorde em termos de participação no total de exportações brasileiras. Para 2020, prevê-se um aumento na quantidade de importações e retomada da atividade econômica, que embora ainda lenta, tende a se consolidar e, sobretudo, se acelerar nos próximos meses o que deve resultar no recuo do superávit da Balança Comercial uma vez que as exportações devem evoluir mais lentamente. Para aumentar as exportações são necessários investimentos e mais recursos na indústria que possam melhorar a competividade dos produtos fabricados internamente, além de políticas de incentivo à abertura de novos mercados para as exportações brasileiras. O ingresso líquido de investimentos foi de US$50,7 bilhões em 2019 , o equivalente a 2,8% do PIB. Este déficit foi amplamente compensado pelo entrada de investimentos diretos estrangeiros de US$78,6 bilhões, o que demonstra que as crises externas do País continuam sólidas. As reservas cambiais se mantiveram em nível confortável em torno de US$356,9 bilhões. A inflação em 2019 teve alta de 4,31%, superior à taxa apurada em 2018 de 3,75%. O índice ficou ligeiramente acima do centro da meta de inflação fixada pelo Banco Central de 4,25% para 2019. A alta de preços se mostrou mais intensa no 2º semestre culminando com índice de 1,15% em dezembro de 2019. Neste período, a aceleração da inflação foi influenciada pelo aumento de preços de alimentos e bebidas. No 2º semestre teve um aumento expressivo na exportação de proteína animal para países onde ocorreram surtos e problemas de abastecimento. Isto resultou, como reflexo, em aumento de preços no varejo interno em função da oferta deste produto no mercado interno, e, consequentemente, uma escalada mais sensível nos preços destes produtos. A instabilidade geopolítica deteu também o preço do petróleo e seus derivados, acidentando maior pressão sobre os preços. Outro fator de alta nos preços foi o aquecimento dos preços administrados especificamente os relacionados aos de energia elétrica. A lenta recuperação da economia e do emprego projeta ainda um cenário onde as expectativas inflacionárias se mantêm ancoradas em patamares baixos, mesmo diante de pressão inflacionária non curto e médio prazos. Neste cenário de inflação baixa, as taxas de juros devem permanecer baixas por um bom período, estimulando, portanto, o crescimento econômico em bases sustentáveis. A indústria retrocedeu 1,1% em 2019 interrompendo dois anos consecutivos de crescimento. A expectativa inicial era de que a queda nas taxas de juros e retomada gradual da economia, liderada pelo setor privado, poderia estimular a reativação da indústria no Brasil. Entretanto, o setor ainda não mostra tração necessária para retomar os níveis de atividade dos anos anteriores. A despeito da reação positiva do consumo interno, a indústria brasileira foi afetada, de um lado, pela queda nas exportações de bens mais importante mercado para manufaturados brasileiros, e por outro, pela desaceleração da economia mundial com reflexo negativo na pauta de exportações brasileiras. Porém, com os índices de uma moderada retomada presentes no 2º semestre de 2019, já se vislumbra um futuro promissor para a indústria brasileira com a evolução da atividade industrial em 2020 próxima do crescimento projetado do PIB. O governo deve continuar com as políticas macroeconômicas voltadas à reativação do mercado interno, buscando para aumentar a produtividade do setor tais como incentivo ao desenvolvimento tecnológico, simplificação tributária, descentralização burocrática e melhorias na infraestrutura. São medidas que podem estimular investimentos, melhoram o desempenho do setor industrial com produtos de qualidade voltadas para o consumo interno e exportações. Em particular, os investimentos em máquinas e equipamentos devem se intensificar nos próximos anos em função de expectativas mais otimistas em relação ao crescimento econômico, o que amplia, consequentemente, o potencial de crescimento da indústria. Até recentemente, os investimentos na indústria se refletiam basicamente à reposição e substituição de itens de ativos depreciados ou muito desatualizados. Porém, é necessária que a confiança do empresariado continue crescendo suportada pelas reformas estruturais programadas para 2020 e pela recuperação econômica. **Estratégia de negócios:** A estratégia de negócios do Banco da China Brasil (BOC) é focada na eficiência operacional buscando maximizar rentabilidade por meio de um portfólio composto de maior concentração de ativos de retorno ajustados ao risco. Nesta estratégia, a prioridade continua sendo a de crescer em operações junto a empresas chinesas sediadas no Brasil e com empresas locais fortemente engajadas no fluxo de comércio entre os dois países. Num cenário de expansão do PIB, o BOC espera aumentar a carteira de crédito com empresas de grande porte. Desde o início, a estratégia do BOC foi centrada em operações de *trade finance* entre Brasil e China. O BOC mantém bons relacionamentos com as subsidiárias chinesas e suas respectivas matrizes na China, o que facilita negócios com boa combinação risco-retorno. As subsidiárias chinesas operam há pouco tempo no Brasil e não têm histórico de crédito, portanto os limites são concedidos fundados nos corporate ou banking guarantee emitidos pelo controlador ou banco no exterior. Nos dois segmentos, o BOC estruturados produtos de maior complexidade para atender a demanda de clientes. Além dos produtos de crédito tais como CCB (Cédula de Crédito Bancário), Conta Garantida, ACC (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio), NCE (Nota de Crédito de Exportação), Empréstimo Pessoal, e Finanças Bancárias, alguns dos derivativos tais como NDF e swaps de moeda indexo índices são negociados com os clientes do BOC. A instituição planeja estruturar outros produtos de complexidade maior atendendo a demanda e os riscos necessários para uma gestão eficiente dos riscos envolvidos. Com a retomada da atividade econômica, o BOC estima que existam boas oportunidades para aumentar a carteira de crédito. Em 2019, o BOC manteve crescimento da carteira de crédito no próximo trimênio (2020, 2021 e 2022) com uma combinação retorno e risco que permita geração de valor aos acionistas. Em 2019, o Banco ampliou um pouco mais a oferta de produto devido à geração de recebíveis advindos do exterior e auxiliou de inadimplências. Para 2020, prevê-se, além do recebimento de comissão pela originação e estruturação da operação de crédito para refinanciados pelo, uma maior flexibilização dos prazos de crédito devido ao crescimento do fluxo de caixa gerado pelo capital de giro. Para as empresas chinesas, os retornos desses bancos devem continuar sendo atrativos, está em linha com a política de diversificação de investimentos no exterior. **Orçamento: Orçado x Realizado: Referente 2º Semestre de 2019.** A tabela seguinte mostra o desempenho do Banco da China Brasil S.A. (BOC) no 2º semestre de 2019 em comparação com o Plano Estratégico para o período referido. Para fins de análise, procurou-se destacar itens de maior relevância no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo de Resultados.

	Realizado 31/12/2019	Orçado 31/12/2019	R$mil % /R (0)
Ativo			
Disponibilidades	10.601	10.601	0,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez	268.317	354.304	75,73
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	689.975	311.357	221,62
Relações interfinanceiras/interdependências	1.548	1.288	120,19
Operações de crédito	196.564	240.000	81,90
Outros créditos	400.098	343.261	116,56
Outros valores e bens	159	157	935,29
Imobilizado de uso	3.058	3.412	89,62
Total do ativo	**1.570.364**	**1.293.480**	**121,41**
Passivo			
Depósitos	895.845	720.753	124,29
Captações no mercado aberto de títulos de obrigações	45.955	27.989	164,13
Relações interfinanceiras/interdependências	16.459	15.205	108,25
Obrigações por empréstimos e repasses	340.340	207.535	165,40
Outras obrigações	142.699	121.999	27,60
Resultados de exercícios futuros	307	609	50,41
Patrimônio líquido	**121.827**	**119.990**	**101,53**
Resultado	**4.735**	**2.939**	**232,22**
Receitas operacionais	251.530	251.530	0,00
Despesas operacionais	(246.832)	(184.494)	133,79
Resultado não operacional			
Total do passivo	**1.570.364**	**1.293.480**	**121,41**

Demonstrativo de resultado (P&L) realizado	**Realizado 1º Semestre 2019**	**Orçado 1º Semestre 2019**	**Realizado x Orçado (%)**
Receita da intermediação financeira	**250.937**	**185.573**	**135,22**
Operações de crédito	16.316	16.186	89,69
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.095	12.269	82,28
Resultado de títulos e valores mobiliários	8.126	8.126	174,99
Resultado de câmbio	209.831	143.293	142,25
Despesas da intermediação financeira	**(217.202)**	**(162.116)**	**134,39**
Captações no mercado	(24.145)	(20.063)	120,35
Captações no interbancário	(29)		
Operações com créditos de liquidação duvidosa	1.201	(1.200)	(112,58)
Obrigações por empréstimos e repasses	4.517	6.065	74,11
Resultado de câmbio	(199.426)	(141.918)	25,71
Resultado da intermediação financeira	**33.144**	**23.405**	**141,61**
Outras receitas/despesas operacionais	**(29.483)**	**(19.757)**	**123,97**
Receita de prestação de serviços	727	900	80,83
Outras receitas operacionais	479	(600)	79,83
Despesas de pessoal	(10.126)	(11.940)	84,81
Outras despesas administrativas	(14.040)	(5.542)	199,21
Despesas tributárias	(3.552)	(1.173)	302,79
Outras despesas operacionais	8.631	3.648	237,14
Resultado operacional	**3.661**	**3.648**	**100,36**
Resultado não operacional	73	70	20,00
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**8.661**	**3.708**	**234,12**
Provisão para a contribuição social	(2.640)	(1.080)	244,44
PLR	(1.300)		
Lucro líquido do período	**4.735**	**2.939**	**232,22**

1. Ativo: O total do Ativo do Banco da China Brasil S.A. (BOC) fechou em R$1.570 milhões no 2º semestre de 2019 com recuo de 28% em relação ao semestre anterior devido à forte queda de R$763 milhões na carteira de câmbio no 2º semestre. Em termos de orçamento, o total do Ativo correspondeu a 121% da meta de R$1.293 milhões. As Operações de Crédito retrocederam 15% no semestre com saldo de R$197 milhões ao final do período e com percentual de atingimento de 74% em relação ao orçado. O quadro no 2º semestre refletiu um mercado ainda volátil em termos de risco, restringindo, portanto, um crescimento mais agressivo da carteira de empréstimos do BOC conforme previsto no planejamento estratégico. Apesar da ligeira recuperação na atividade econômica em 2019, o cenário de crise externa continuou volátil o que pelo qual o BOC manteve a sua estratégia conservadora focando suas operações em empresas de maior porte com menor risco. Outros Créditos, que por vez, atingiram R$400 milhões com recuo de 117% em relação ao orçado. Todavia, este item mostrou uma redução de 66% em relação ao 1º semestre deste ano em conta da diminuição significativa na carteira de câmbio da instituição. As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez totalizaram R$268 milhões no 2º semestre de 2019 encolhendo 10% quando comparado com o 1º semestre. Com a meta fixada em R$354 milhões, o percentual de realizado versus orçado ficou em 76%. BOC estima que existam boas oportunidades para aplicar o caixa mínimo de liquidez diretamente junto aos bancos chineses no mercado interbancário e mercado de títulos públicos, por outro lado, alcançaram R$690 milhões, muito superior à meta de R$311 milhões (222%). **2. Passivo:** O total do Passivo do Banco apresentou desempenho acima do orçado no 2º semestre de 2019 devido ao volume maior de captação junto aos Bancos Chineses. Os depósitos totais, que abrangem depósitos à vista, depósitos a prazo e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), tiveram uma evolução de 7% em relação ao saldo registrado em Junho/2019, alcançando volume de R$942 milhões com índice de 126% em relação ao orçado. As Obrigações por Empréstimos e Repasses registraram no semestre saldo de R$344 milhões com índice de 165% em termos de 165% em função do maior volume de operações cambiais. Outras Obrigações no valor de R$143 milhões referem-se à dívida subordinada de US$30 milhões com o Banco Safra. O Patrimônio Líquido do BOC alcançou R$121 milhões no 2º semestre ligeiramente acima do projetado de R$120 milhões. Com o lucro líquido de R$4,735 mil obtido no 2º semestre de 2019, o Banco teve um retorno sobre o PL (ROE) de R$143,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos. **3.2 Despesas da intermediação financeira:** As Despesas da Intermediação Financeira alcançaram R$217,79 milhões no 2º semestre de 2019, acima da meta de R$162,17 milhões (134%) O Resultado de Câmbio apresentou uma despesa de R$199,42 milhões superior à meta de R$142,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos. **3.2 Despesas da intermediação financeira:** As Despesas da Intermediação Financeira alcançaram R$217,79 milhões no 2º semestre de 2019, acima da meta de R$162,17 milhões (134%) O Resultado de Câmbio apresentou uma despesa de R$199,42 milhões superior à meta de R$142,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

Demonstrativo de resultado (P&L) realizado

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	2018
Receita da intermediação financeira	**250.937**	**185.573**	**135,22**
Operações de crédito	16.316	16.186	89,69
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.095	12.269	82,28
Resultado de títulos e valores mobiliários	8.126	8.126	174,99
Resultado de câmbio	209.831	143.293	142,25
Despesas da intermediação financeira	**(217.202)**	**(162.116)**	**134,39**
Captações no mercado	(24.145)	(20.063)	120,35
Captações no interbancário	(29)		
Operações com créditos de liquidação duvidosa	1.201	(1.200)	(112,58)
Obrigações por empréstimos e repasses	4.517	6.065	74,11
Resultado de câmbio	(199.426)	(141.918)	25,71
Resultado da intermediação financeira	**33.144**	**23.405**	**141,61**
Outras receitas/despesas operacionais	**(29.483)**	**(19.757)**	**123,97**
Receita de prestação de serviços	727	900	80,83
Outras receitas operacionais	479	(600)	79,83
Despesas de pessoal	(10.126)	(11.940)	84,81
Outras despesas administrativas	(14.040)	(5.542)	199,21
Despesas tributárias	(3.552)	(1.173)	302,79
Outras despesas operacionais	8.631	3.648	237,14
Resultado operacional	**3.661**	**3.648**	**100,36**
Resultado não operacional	73	70	20,00
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**8.661**	**3.708**	**234,12**
Provisão para a contribuição social	(2.640)	(1.080)	244,44
PLR	(1.300)		
Lucro líquido do período	**4.735**	**2.939**	**232,22**

1. Ativo: O total do Ativo do Banco da China Brasil S.A. (BOC) fechou em R$1.570 milhões no 2º semestre de 2019 com recuo de 28% em relação ao semestre anterior devido à forte queda de R$763 milhões na carteira de câmbio no 2º semestre. Em termos de orçamento, o total do Ativo correspondeu a 121% da meta de R$1.293 milhões. As Operações de Crédito retrocederam 15% no semestre com saldo de R$197 milhões ao final do período e com percentual de atingimento de 74% em relação ao orçado. O quadro no 2º semestre refletiu um mercado ainda volátil em termos de risco, restringindo, portanto, um crescimento mais agressivo da carteira de empréstimos do BOC conforme previsto no planejamento estratégico. Apesar da ligeira recuperação na atividade econômica em 2019, o cenário de crise externa continuou volátil o que pelo qual o BOC manteve a sua estratégia conservadora focando suas operações em empresas de maior porte com menor risco. Outros Créditos, que por vez, atingiram R$400 milhões com recuo de 117% em relação ao orçado. Todavia, este item mostrou uma redução de 66% em relação ao 1º semestre deste ano em conta da diminuição significativa na carteira de câmbio da instituição. As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez totalizaram R$268 milhões no 2º semestre de 2019 encolhendo 10% quando comparado com o 1º semestre. Com a meta fixada em R$354 milhões, o percentual de realizado versus orçado ficou em 76%. BOC estima que existam boas oportunidades para aplicar o caixa mínimo de liquidez diretamente junto aos bancos chineses no mercado interbancário e mercado de títulos públicos, por outro lado, alcançaram R$690 milhões, muito superior à meta de R$311 milhões (222%). **2. Passivo:** O total do Passivo do Banco apresentou desempenho acima do orçado no 2º semestre de 2019 devido ao volume maior de captação junto aos Bancos Chineses. Os depósitos totais, que abrangem depósitos à vista, depósitos a prazo e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), tiveram uma evolução de 7% em relação ao saldo registrado em Junho/2019, alcançando volume de R$942 milhões com índice de 126% em relação ao orçado. As Obrigações por Empréstimos e Repasses registraram no semestre saldo de R$344 milhões com índice de 165% em termos de 165% em função do maior volume de operações cambiais. Outras Obrigações no valor de R$143 milhões referem-se à dívida subordinada de US$30 milhões com o Banco Safra. O Patrimônio Líquido do BOC alcançou R$121 milhões no 2º semestre ligeiramente acima do projetado de R$120 milhões. Com o lucro líquido de R$4,735 mil obtido no 2º semestre de 2019, o Banco teve um retorno sobre o PL (ROE) de R$143,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos. **3.2 Despesas da intermediação financeira:** As Despesas da Intermediação Financeira alcançaram R$217,79 milhões no 2º semestre de 2019, acima da meta de R$162,17 milhões (134%) O Resultado de Câmbio apresentou uma despesa de R$199,42 milhões superior à meta de R$142,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

4. Outras receitas/despesas operacionais: As Outras Receitas Operacionais totalizaram R$29,48 milhões no 2º semestre de 2019 com índice de 123% em relação ao orçado. Este resultado foi possível em função do maior volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos. **3.2 Despesas da intermediação financeira:** As Despesas da Intermediação Financeira alcançaram R$217,79 milhões no 2º semestre de 2019, acima da meta de R$162,17 milhões (134%) O Resultado de Câmbio apresentou uma despesa de R$199,42 milhões superior à meta de R$142,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos. **3.2 Despesas da intermediação financeira:** As Despesas da Intermediação Financeira alcançaram R$217,79 milhões no 2º semestre de 2019, acima da meta de R$162,17 milhões (134%) O Resultado de Câmbio apresentou uma despesa de R$199,42 milhões superior à meta de R$142,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

3. Resultado (P&L): 3.1. Receitas de intermediação financeira: As Receitas de Intermediação Financeira fecharam o 2º semestre de 2019 em R$250,94 milhões, acima da meta de R$185,57 milhões (135%). O Resultado de Câmbio apresentou uma receita de R$209,83 milhões superior à meta de R$143,29 milhões significativo 142% de atingimento. Este resultado foi possível devido ao aumento no volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

3.3. Resultado operacional: O Resultado Operacional do 2º semestre de 2019 totalizou R$3,66 milhões com índice de 100% em relação ao orçado. Este resultado foi possível em função do maior volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

3.4. Outras receitas/despesas operacionais: As Outras Receitas Operacionais totalizaram R$29,48 milhões no 2º semestre de 2019 com índice de 123% em relação ao orçado. Este resultado foi possível em função do maior volume de operações cambiais e de crédito e ao reconhecimento de receitas de serviços de comissão pela originação e estruturação de operações de crédito. As receitas relativas às Operações de Crédito e Adiantamento a Clientes Contrato de Câmbio (ACC) alcançaram R$16 milhões e a conta fixada em R$13,9 milhões para o semestre. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez somaram R$10,09 milhões (82%) no semestre, e os Títulos Públicos Federais renderam no período uma soma significativa de R$20,70 milhões, muito superior ao orçado de R$11,83 milhões (175%) devido ao aumento no volume médio no período. Os volumes crescentes de depósitos obtidos pela instituição foram direcionados em boa medida para aplicação em títulos públicos.

3.5. Resultados antes da tributação sobre o lucro e lucro líquido: O resultado antes da tributação sobre o lucro foi de R$8,66 milhões, resultado significativamente acima da meta de R$3,71 milhões. Com a provisão de R$2,65 milhões para Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido e com a provisão de R$1,30 milhão de PLR referente ao exercício de 2019, o resultado no 2º semestre de 2019 fechou em lucro de R$4,74 milhões. **Plano estratégico 2019 - metas e ações:** Em 2019 o Banco manteve a sua estratégia conservadora focando suas operações em empresas de maior porte com menor risco. Também

(...Continuação)

11. Depósitos à vista, interfinanceiros e a prazo: Os vencimentos estão assim distribuídos:

	2019				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos						
À vista – não ligadas	70.262	-	-	-	-	70.262
Não ligada moeda estrangeira	462	-	-	-	-	462
Apoio não ligadas (i)	-	121.112	21.193	175.208	538.238	855.751
Total	**70.724**	**121.112**	**21.193**	**175.208**	**538.238**	**926.475**

	2018				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos						
À vista – não ligadas	70.262	-	-	-	-	70.262
Não ligada moeda estrangeira	462	-	-	-	-	462
Apoio não ligadas (i)	-	121.112	21.193	175.208	538.238	855.751
Total	**70.724**	**121.112**	**21.193**	**175.208**	**538.238**	**926.475**

(i) Os depósitos a prazo, em aberto em 31 de dezembro de 2019, foram captados a uma taxa média de 95,15% do CDI (2018 – 96,15% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou despesas de captações no mercado R$46.522, ao 2º semestre/2019 – R$24.426 (2018 – R$41.582). **12. Recursos de aceites cambiais, LI, LH, debêntures e similares:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco efetuou captação de recursos juntos aos clientes através de LCA – Letras de Crédito do Agronegócio no montante de R$45.955. A LCA em aberto em 31 de dezembro de 2019, foram captadas a uma taxa média de 94,16% do CDI, cujos valores e vencimentos estão assim distribuídos:

	2019				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos					
LCA – Letras de Crédito do Agronegócio	7.971	6.963	14.802	16.219	45.955

	2018				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
LCA – Letras de Crédito do Agronegócio	5.520	2.437	5.480	10.546	**23.983**

13. Relações interfinanceiras: Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação - Créditos vinculados a depósitos compulsórios de microfinanças junto ao BACEN R$61.548 (2018 – R$1.171).

14. Relações interdependências: Os recursos em trânsito de interdependências referem-se à ordem de pagamento em moeda estrangeira a liquidar no montante R$16.459 (2018 – R$13.823). **15. Obrigações por empréstimos e repasses:** São representados por recursos captados em bancos no exterior em dólar (US$) captados à exportação até 360 dias no montante R$3.024 (2018 – R$130.617) à taxa média de juros de 3,35% linear a.a. (2018 – taxa média de juros de 3,50% linear/ano) e outros recursos captados em 2018 no montante de R$3.243, cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	2019 Até 90 dias	De 180 a 360 dias	Total
Exportações ate 360 dias	110.498	52.326	162.824

Vencimento	2018 Até 90 dias	Total
Exportações ate 360 dias	130.577	130.617
Obrigações em moedas estrangeira - Outras	3.076	3.076
	134.453	**134.493**

Os recursos no montante de R$130.667 (2018 – R$130.144) foram captados junto as instituições financeiras do Grupo (Nota 26). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentou um montante de encargos sobre as obrigações por empréstimos e repasses no montante de R$21.483 (2018 – R$41.589) e no 2º semestre/2019 – R$18.445. **16. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias e diversas:** a) Sociais e estatutárias: Em 31 de dezembro de 2019, o Banco efetuou provisão para pagamento de PLR – Participação nos lucros e resultados de exercício, de acordo com a convenção dos empregados/empregadores bancários 2018/2019, no montante de R$1.300, a ser pago aos colaboradores até 1º de março de 2019.

b) Fiscais e previdenciárias:

	2019	2018
Provisão de impostos de renda sobre lucro	4.123	1.782
Provisão de contribuição social sobre lucro	1.292	127
Provisão para impostos e contribuições diferidos	4.362	1.782
Outros impostos e contribuições a recolher	1.447	886
Total	**9.230**	**7.008**

Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras. A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. c) Dívida subordinada elegível a capital: Captação realizada em 20 de fevereiro de 2014 junto ao Bank of China – Nassau Branch (Nota 26), no valor de US$30.000, por meio de emissão de dívida subordinada, com vencimento em 20 de fevereiro de 2024. A operação é remunerada à taxa libor mais 3,30% a.a. no montante de R$123.278 (2018 – R$118.722), o Banco no exercício de 2019 efetuou pagamento de juros no montante de R$3.647 (2018 – R$5.378).

d) Outras:

Curto prazo	2019	2018
Provisão de despesas de pessoal	4.723	1.782
Provisão para perdas em avais e fianças	23	-
Despesas administrativas	1.872	953
Outras obrigações	-	1.500
Total	**6.535**	**3.850**
Exigível de longo prazo	1.874	1.561
Provisão para passivos contingentes	1.874	1.561
Total	**1.874**	**1.561**

17. Resultado de exercícios futuros: As rendas antecipadas referem-se às comissões recebidas antecipadamente de fiangas e garantias prestadas a tesouros, no montante de R$307 (2018 – R$555). **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social do Banco é de R$262.225, dividido em ações ordinárias em 242.225.000 (2018 – 242.225.000) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$1,00. b) Reserva legal: Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Lucro do exercício e lucros acumulados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco apurou lucro no valor de R$1.091 (2018 – R$4.525) e os montantes de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2019 foram R$23.006 (2018 – R$130.397). d) Dividendos: Os acionistas terão direito a dividendos obrigatórios, correspondente de 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A assembleia geral de acionistas deliberar a distribuição de um dividendo inferior ao dividendo obrigatório ou ater a totalidade de lucro líquido. No exercício não houve distribuição de dividendo. e) Ajustes de avaliação patrimonial: O ajuste a valor de mercado dos títulos Disponíveis para venda de R$10.995 (2018 – R$12.895), deduzidos dos efeitos fiscais de R$4.362 (2018 – R$5.782) está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no PL.

19. Receitas de prestações de serviços

	2º semestre/2019	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Rendas de outros serviços	22	55	29
Rendas de cobrança	2	3	9
Rendas de tarifas bancárias	97	193	245
Total	**121**	**251**	**283**

20. Composição de outras despesas administrativas e operacionais

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Despesas de aluguéis	(1.389)	(2.706)	(2.982)
Despesas de processamento de dados	(1.869)	(3.973)	(2.982)
Despesas de manutenção e conservação	(184)	(349)	(396)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.955)	(2.861)	(1.153)
Despesas de serviço de vigilância	(83)	(174)	(135)
Despesas de seguros	(276)	(454)	(443)
Despesas de promoções e relações públicas	(173)	(252)	(76)
Despesas de comunicação	(240)	(590)	(444)
Despesas de serviços de terceiros	(103)	(208)	(214)
Despesas de publicação	(26)	(91)	(81)
Despesas de propaganda	(41)	(88)	(101)
Despesas de água, energia e gás	(49)	(95)	(163)
Despesas de amortização do sistema financeiro	(235)	(449)	(356)
Despesas de seguro	(49)	(22)	(20)
Despesas de material	(15)	(33)	(39)
Despesas indiretas	(142)	(371)	(138)
Outras despesas administrativas	(1.460)	(2.995)	(2.406)
	(7.120)	**(12.451)**	**(9.934)**

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Outras despesas operacionais			
Despesas de depreciação	(366)	(717)	(775)
Outras despesas operacionais	(6)	(6)	(12)
Outras despesas de provisões operacionais	(263)	(311)	(1.414)
Total	**(635)**	**(1.034)**	**(2.201)**

21. Despesas de pessoal

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Honorários	(8.252)	(16.245)	(13.017)
Encargos	(2.197)	(4.702)	(4.907)
Benefícios	(2.152)	(4.309)	(4.557)
Outras	(43)	(64)	(105)
Total	**(13.344)**	**(25.320)**	**(22.746)**

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Contribuição ao COFINS	(2.126)	(3.322)	(3.918)
Contribuição ao PIS/PASEP	(345)	(538)	(635)
Imposto sobre serviços	(418)	(652)	(584)
Outras	(702)	(1.362)	(1.014)
Total	**(3.592)**	**(5.916)**	**(6.105)**

23. Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Variação cambial sobre obrigações por empréstimo	1.511	-	-
Rendas de aplicações no exterior	91	223	294
Rendas de garantias prestadas	193	459	392
Reversão de provisão	-	-	1.504
Outras	105	295	87
Total	**389**	**8.488**	**2.247**

24. Resultado não operacional: Em 2019, a Administração do Banco, visando uma redução de custos administrativos e aproveitando uma oportunidade de negócios, mudou a sua sede para a cidade do Rio de Janeiro – presentação na cidade do Rio de Janeiro – RJ, e em 2017 mudou o endereço da matriz da Rua Frei Caneca, 1360 – 1º Andar – Consolação, São Paulo – SP para Avenida Paulista, 901 – 14º andar, Bela Vista, 01.310-100, São Paulo – SP. Nesse caso, teve uma ruptura significativa no valor do aluguel do imóvel da Av. Paulista em relação ao imóvel da Rua Frei Caneca. O impacto no resultado referente à baixa de itens do ativo imobilizado foi:

	2º semestre	Exercício	
Descrição	**2019**	**2019**	**2018**
Instalações	30	30	(2)
Móveis e equipamentos	-	-	(26)
Veículos	30	30	(2)
Sistemas de segurança	-	-	(2)
Total	**30**	**31**	**(643)**

25. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**12.113**	**5.521**
Participações no lucro	(1.300)	(736)
Resultado antes da tributação	**10.813**	**4.785**
Diferenças temporárias	**1.120**	**4.021**
Provisão para passivos contingentes	2.705	469
Ganho (perda) com títulos e valores mobiliários	163	1.147
Provisão de perdas de operação de crédito – IN 1700-RFB	-	(2.505)
Recuperação em operação de crédito	(30)	(669)
Provisão e amortização (Diretoria)	3.597	99
Provisão (reversão) para contingências tributárias	289	1.414
Reversão – Provisão para fianças e garantias	-	(1.500)
Diferenças permanentes	**371**	**138**
Outros adições - Despesas indedutíveis	371	138
Compensação de prejuízos fiscais	**(3.991)**	**(270)**
Prejuízos fiscais - exercício anteriores	(3.991)	(270)
Base de cálculo da imposto de renda e da contribuição social	**8.172**	**8.672**
Alíquotas de 15% para imposto de renda e adicional de 10%	(2.725)	(1.133)
Alíquota de 15% para contribuição social	(1.702)	(1.133)
Imposto de renda e contribuição social no período	**(4.427)**	**(2.266)**

a) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social:

	2019	2018
Impostos correntes		
Impostos devidos	(4.427)	(766)
Total	**(4.427)**	**(766)**
Imposto de renda e contribuição social do período	**(4.427)**	**(766)**

b) Resultado do imposto de renda e contribuição social: Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 mil e de 15% para contribuição social para as empresas financeiras. A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco não constituiu o imposto de renda de R$2.129 (2018 – 133) e Contribuição social sobre o lucro líquido de R$1.292 (2018 – R$127). No ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício de 2018, o Banco considerou efeitos da Instrução Normativa RFB nº 1.700 no montante de R$5.460 para dedução de perdas referente aos créditos baixados para prejuízo não recuperados que se enquadram na condições estabelecidas pela referida Instrução Normativa.

c) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2018	Constituições/ baixa	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda (Nota 6a)	5.782	(1.420)	4.362	5.782

d) Créditos tributários não ativados: O Banco possui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social não contabilizados, decorrente de Decisão do Pleno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – 2ª Turma – RB23.553) e sobre Provisões para devedores duvidosos no montante de R$4.730 (2018 – R$6.057). O cálculo contemplando a majoração das alíquotas de contribuição social sobre o lucro líquido das bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019. Esses créditos tributários serão registrados quando o Banco atender as normas do Banco Central do Brasil aplicáveis. **26. Partes relacionadas:** a) Controladores: As partes relacionadas decorrem de transações do Banco, com seu controlador Bank of China Limited e respectivas filiais. Despesas ligadas e parecer-chave da Administração. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam saldos de operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	**Natureza**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo			
Disponibilidades	Outras partes relacionadas	-	6
Bank of China	New York Branch	5.333	10.972
Bank of China	Frankfurt Branch	22	1.144
Bank of China	Shanghai	1.005	21
Bank of China	Hong Kong	3.500	10
Total		**9.860**	**12.155**
Aplicação em moeda estrangeiras	Outras partes relacionadas	-	7.058
Bank of China	Grand Cayman Branch	-	-
Bank of China	Uk Limited London	62.490	-
Total ativo		**72.350**	**19.214**
Passivo			
Empréstimos no exterior	Outras partes relacionadas		
Bank of China	Beijing	53.926	-
Bank of China	New York	76.161	99.268
Bank of China	Macau	-	3.826
Total		**130.687**	**103.144**
Câmbio vendido a liquidar	Outras partes relacionadas		
Dívida subordinada	Sociedades ligadas		
Bank of China	Beijing	123.277	118.722
Total passivo		**253.964**	**221.866**
Receita			
Rendas de operações de câmbio	Outras partes relacionadas	12.311	2.938
Rendas de aplicação no exterior	Outras partes relacionadas	293	293
Receita de empréstimo variação cambial	Sociedade ligadas	5.099	-
Total		**17.818**	**263**
Despesas			
Despesas de empréstimos	Outras partes relacionadas	(14.689)	(18.866)
Sociedades ligadas		-	(23.577)
Total		**(14.689)**	**(42.295)**

b) Remuneração da administração

Benefícios de curto prazo à administradores	**2019**	**2018**
Proventos	3.300	3.279
Encargos sociais	720	738
Total	**4.114**	**4.017**

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos próprios membros do Conselho e da Diretoria. **Outras informações:** I – Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos a seus administradores e membros dos conselhos consultivo ou administrativo, fiscais e estatutários, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau. b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem do capital com mais de 10% (**c**) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%; (**d**) pessoas jurídicas sob controle comum; (**e**) pessoas físicas ou jurídicas que participem de mais de 10% do capital votante de sociedade de cujo capital participem com mais de 10%; (**f**) pessoas físicas ou jurídicas que tenham poderes ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. c) Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação societária igual ou superior a 10% do capital votante ou são vinculadas aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ou seus familiares. **27. Passivos contingentes:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco tem conhecimento de processos trabalhistas, relativos a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e o encerramento das

A DIRETORIA

Zhang Guanghua - Diretor-Presidente **Gao Xiang** - Diretor Vice-Presidente **Xing Tongqing** - Diretor **Auro Seigui Uehara** - Contador CRC-1SP162.120/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores do Banco da China Brasil S.A. – Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da China Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da China Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com os demais aspectos éticos de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Base de contabilização:** Conforme descrito em detalhes na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração do Banco para atender a legislação societária brasileira e as normas e instruções do Banco Central do Brasil. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outra finalidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se ele aparenta conter distorção de forma relevante. Com base no trabalho realizado no relatório da Administração, não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burla ou conluios internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2020. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.** CRC-2SP034519/O-6 **Gilberto Bizerra de Souza** Contador CRC-1SJD152826/O-2

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan – Bracrecosan

CNPJ N.º 01.439.107/0001-01 - NIRE 35.400.042.150

Autorização Banco Central Nº DESP/RECRP–962/2008

Cancelamento de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Cosan - Bracrecosan, no uso de suas atribuições estatutárias, decide cancelar a convocação da Assembleia Geral Ordinária que seria realizada no dia 06/04/2020, na cidade da sede social, excepcionalmente no "Hotel Estância Barra Bonita", situado na Rua João da Silva Nogueira nº 2700, Bairro São Benedito, em Barra Bonita/SP, tendo em vista o agravamento e a extensão dos efeitos decorrentes do novo Coronavírus, considerando: a) a configuração de caso fortuito e força maior, nos termos da legislação civil; b) a publicação do Decreto do Estado de São Paulo nº 64.862, de 13/03/2020, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual; c) a declaração de Estado de Calamidade pelo Executivo Federal e, em especial, o) o compromisso da cooperativa com os seus cooperados e as suas comunidades. Esta decisão está em consonância com a RCI – 015/2020 – Sicredi Central Cooperativa, de 19 /03/2020, e, ainda, com a Circular 3.971/2020 do BACEN, tendo como assunto: Orientações sobre o adiamento, cancelamento de convocação, ou realização à distância (por canais digitais) das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) de 2020 - Covid-19. A assembleia em questão fica adiada por tempo indeterminado. Barra Bonita/SP, 24/03/2020. **Luis Carlos Veguin** - Presidente do Conselho de Administração.

MOINHO PROGRESSO S/A

CNPJ Nº 60.866.688/0001-19

Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 06 de maio de 2020 - CONVOCAÇÃO

A diretoria da sociedade convida os Srs.(as) Acionistas da Moinho Progresso S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 06 de maio de 2020, em primeira convocação nos termos do artigo 124 da Lei 6404/76, na sede social, rua Emílio Goeldi nº 95, a realizar-se às 10 horas, do dia 8 do mês de abril de 2020. Ordem do dia: Leitura, discussão e votação da proposta de retenção de lucros do exercício findo em 31/12/2019, de acordo com as seguintes alterações: Criação e regulamentação do Conselho de Administração; reformulação das competências e funcionamento da Diretoria; Alteração na forma de convocação e competências da Assembleia Geral: Adequação do texto o Estatuto às modificações introduzidas, com regras específicas de competência e remuneração dos órgãos. Ficam linalleardos o Objeto Social e a Política de Dividendos. **AVISOS GERAIS (COVID 19):** O Estatuto compilado e a proposta integral de reforma do Estatuto encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da companhia, podendo ser retirados por cerceiros devidamente autorizados em documento assinado e datado. Levando-se em consideração a situação de Emergência de Saúde Pública e o decreto 64.881/2020 do Estado de São Paulo, que determinou também poderão ser requeridos e obtidos pelos acionistas através de email, bastando a identificação do acionista requerente e indicação do email para resposta. A requisição deverá ser endereçada a moinpss@uol.com.br aos cuidados da Sra. Adriana. Os acionistas poderão ser representados por procuradores constituídos há menos de um ano, pessoas físicas ou legais e em especial o art. 126 da Lei 6404/76, com poderes específicos para votar a pauta convocatória. São Paulo, 26 de março de 2020. **Renato Ragazzini, Diretor Presidente, Rodrigo Goestchi Gentil, Diretor.** (25-27-28)

CACONDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 04.031.213/0001-31

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Milhares de Reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: A Administração da Caconde Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as Informações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório do Auditor Independente. A Companhia foi constituída em 31 de dezembro de 2000, por meio de cisão parcial da Pecnê Participações S.A., companhia aberta, e tem como objeto social a participação em outras sociedades. Sua principal fonte de receita está relacionada ao reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum ativo de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização dos oportunidades em análise. Por fim, visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contratou, durante o exercício de 2019 e qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, 28 de março de 2020

Diretor de Relações com Investidores

BALANÇOS PATRIMONIAIS	**2019**	**2018**
Ativo/Circulante: Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	79	90
Impostos a recuperar	1	1
Despesas antecipadas	5	5
	85	95
Total do ativo	**85**	**95**
Passivo e patrimônio líquido	**2019**	**2018**
Circulante: Contas a pagar (nota 5)	20	20
Total do passivo	20	20
Patrimônio líquido (nota 6)		
Capital social	850	850
Reservas de capital	603	503
Prejuízos acumulados	(1.388)	(1.283)
	65	70
Total do passivo e patrimônio líquido	**85**	**90**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2017	**850**	**503**	**(1.174)**	**179**
Integralização de capital		150		150
Prejuízo do exercício			(109)	(109)
Em 31 de dezembro de 2018	**850**	**503**	**(1.283)**	**70**
Integralização reserva de capital		100		100
Prejuízo do exercício			(105)	(105)
Em 31 de dezembro de 2019	**850**	**603**	**(1.388)**	**65**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	**2019**	**2018**
Receitas financeiras	2	2
Despesas gerais e administrativas (nota 7)	(107)	(112)
Prejuízo do exercício	(105)	(109)
Quantidade de ações (média ponderada)	1.839.753	1.839.753
Prejuízo por ação de operações da companhia (expresso em R$ por ação)	(0,05758)	(0,05929)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	**2019**	**2018**
Prejuízo do exercício	(105)	(109)
Resultado abrangente do exercício	(105)	(109)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	**2019**	**2018**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(105)	(109)
Impostos a recuperar	(1)	-
Despesas antecipadas	-	1
Contas a pagar aos fornecedores	(0)	2
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(111)	(114)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		
Integralização de capital	100	150
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100	150
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(11)	36
Caixa e equivalentes no início do exercício	90	54
Caixa e equivalentes no final do exercício	79	90
Variação líquida	(11)	36

Liquidez: (a) Capital social: Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de setembro de 2015, foi aprovado aumento do capital social no valor de R$ 100, mediante a emissão de 100.000 ações, sendo 33.333 ações ordinárias e 66.667 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2016 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 2.000, mediante a emissão de 500.000, sendo 166.667 ações ordinárias e 333.333 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas no prazo de 90 dias, sendo que o valor de emissão será de R$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social e o valor de R$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital. Em 20 de dezembro de 2017, foi integralizado 100 ações do patrimônio líquido, sendo R$ 50 destinado à conta de capital social e R$ 50 à conta de reserva de capital, totalizando em R$ 400 de capital social integralizado e R$ 400 à conta de reserva de capital a integralizar. Em 26 de maio de 2017, foi integralizado R$ 100 destinado à conta de reserva de capital. O saldo remanescente de R$ 100, mediante a 1.226.562 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. A companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. **(b) Reservas de capital:** A reserva de capital foi constituída a partir do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. **(c) Reserva legal:** A Companhia não constituiu reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois ainda possui reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve reserva. **(d) Dividendos:** Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Transações com partes relacionadas:** O Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

**a Diretoria - Contador: Valdo